



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MIH**

**IDEOLOGIA DO ÓDIO SOCIAL E AGENDA ECONÔMICA: ANÁLISE DO
DISCURSO CRÍTICA DA SESSÃO PARLAMENTAR DO IMPEACHMENT DE
DILMA ROUSSEFF**

FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA

**REDENÇÃO/CE
2020**

FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA

**IDEOLOGIA DO ÓDIO SOCIAL E AGENDA ECONÔMICA: ANÁLISE DO
DISCURSO CRÍTICA DA SESSÃO PARLAMENTAR DO IMPEACHMENT DE
DILMA ROUSSEFF**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/ UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira

Coorientador: Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho

REDENÇÃO/CE
2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Oliveira, Fábio Paulino de.

O42i

Ideologia do ódio social e agenda econômica: análise do discurso crítica da sessão parlamentar do impeachment de Dilma Rousseff / Fábio Paulino de Oliveira. - Redenção, 2020.
171f: il.

Dissertação - Curso de , Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira.
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho.

1. Análise do discurso. 2. Manipulação ideológica. 3. Cognição social. 4. Agenda econômica. 5. Ódio e afetos morais. I.
Título

CE/UF/DSIBIUNI

CDD 401.41

FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA

IDEOLOGIA DO ÓDIO SOCIAL E AGENDA ECONÔMICA: ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DA SESSÃO PARLAMENTAR DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/ UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Humanidades.

Aprovada em 30/01/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho (Coorientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu (Examinador Externo à Instituição)
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes (Examinadora Externa ao Programa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho (Examinador Externo ao Programa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedicado à memória de Mamãe: Elizabete da Silva Oliveira

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, agradeço às duas mulheres mais importantes da minha vida:

À Dona Elizabete da Silva Oliveira, a quem chamei, nos últimos 40 anos, de mamãe, e que nos deixou em dezembro de 2019 - não podendo ver concretizada esta etapa de um longo projeto. Como muitas mães e pais da explorada classe trabalhadora, ela financiou, com o malabarismo de centavos, a formação de sua prole - a fim de que seus filhos conquistassem mais conhecimento (e, conseqüentemente, liberdade) e de que estivessem menos suscetíveis aos infortúnios reservados aos despossuídos.

Igualmente à minha parceira de vida e associada intelectual, Geysa Danielle Barbosa de Moura Silva, que tem aturado minhas bizarridiossincrasias por mais de quinze anos, desde quando a possibilidade de realização desta etapa acadêmica ainda se apresentava, à minha cognição, como um oásis reservado a alguns socialmente privilegiados.

Agradecimento aos meus queridos pai, irmãos, sogra e sogro, que acompanharam de perto muitas das minhas renúncias para chegar até aqui; tendo, por isso, comigo também participado de tudo.

Agradeço ao meu orientador pela paciência e por todas as contribuições. Com seu compromisso, foi possível aproveitarmos cada minuto que nos encontramos. Até mesmo em ocasiões como colação de grau, o meu querido Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira puxava uma cadeira para o lado e, com toda tranquilidade, me passava orientações fundamentais para que eu pudesse progredir na redação desta peça.

Ao meu coorientador e aos membros da banca de qualificação, nas pessoas do Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho, pelas necessárias contribuições, sobretudo motivacionais, em momentos de dúvida. Ao querido Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho e à querida Prof.^a Dr.^a Léia Cruz de Menezes Rodrigues, pelas valiosíssimas (e não é força de expressão) ponderações acolhidas nesta peça.

Agradecimento aos membros da banca de defesa, pela disponibilidade, compromisso profissional e ponderações a respeito do resultado desta pesquisa - imprescindíveis ao seu aprimoramento. Agradecimento ao Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu, cujas contribuições foram, além das valiosas considerações nesta banca, adentrando tematicamente à pesquisa - por meio de alguns de seus precisos trabalhos de investigação intelectual.

Aos queridíssimos funcionários e funcionárias da Coordenação do Curso de Mestrado e da Biblioteca da Unilab.

A Renata Aguiar Nunes, a quem devo reverências eternas: porque, sem ela, definitivamente não teria conseguido finalizar esta pesquisa (ao menos no prazo estabelecido regimentalmente). Aos meus amigos e amigas de trabalho Handson Cunha Girão, Emanuel Kleber Porto Soares, Vitória Ramos de Sousa, Sheila Maria de Paiva Casimiro, Afra Sampaio Gomes, Selma Cruz Lima: que me ouviram falar muito sobre a pesquisa e que suportaram meus estresses no cotidiano da repartição.

Aos donos de estabelecimentos de entretenimento noturno da cidade de Redenção, que me acolheram como um bom filho que à casa sempre torna: muitas elucubrações fundamentais para a realização desta pesquisa emanaram das mesas e cadeiras de plástico do Espetinho do amigo Laércio, da Churrascaria O Gatinha (sim, o artigo é este mesmo) e dos meus companheiros leais, o filósofo Corró, o meu conterrâneo Cigano, Mestre Paulino e o próprio Gatinha. Também à Villa do Chopp e ao Route Shot Bar (*in memoriam*). Digo que, após o meu doutoramento, reabrirei este último espaço - tal como em seu projeto original, qual seja: voltado à formação multicultural complementar e como espaço de desopilação cognitiva (com vias ao progresso intelectual e intersubjetivo, necessário a toda formação acadêmica!).

Às professoras e professores do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, por contribuírem com a formação de base desta pesquisa; em especial àqueles e àquelas que comigo discutiram em profundidade, mensurando as bases estruturais deste trabalho, como o Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro e o Prof. Dr. Fabio Eduardo Cressoni.

Às professoras e professores, equipe técnica e discentes da Unilab, que me proporcionaram instigantes considerações, sobre temas e formas pelos quais caminhava a dissertação: Rosalina Semedo de Andrade Tavares, Carlos Mendes Tavares, Ramon Souza Capelle de Andrade, Lourenço da Conceição Cardoso, José Josberto Montenegro Sousa, Francisco de Assis Silveira, Francisco Wesley Mendonça, Rodrigo Ordine Graça, Giancarlo Cardoso Vecchia, Eliane Barbosa da Conceição, Antônia Leiliane Pontes Pereira, Carlos Sousa (e Banda Cabaçal) entre tantas/os outras e outros.

Agradeço, enfim, a todas as amigas e a todos os amigos discentes, técnicos e técnicas administrativos e docentes, que comigo debateram e contribuíram com esta pesquisa em diversas ocasiões (sim, em mesas de bares também... pronto, falei!), sendo impossível enumerá-los/as sem me esquecer de alguém. Sintam-se todos/as fortemente abraçados/as. Em especial, às minhas mais recentes irmãs e irmãos Fernando Afonso Ferreira Junior e Monalisa Valente Ferreira, Handson Cunha Girão, Maurílio Machado Lima Júnior, Leandro de Proença Lopes, Joana D'Arc de Sousa Lima, Pedro Rosas Magrini, Márcia Regina, Maise Natália (da terrinha), Leozinho e Dimas... e tantas outras e outros a quem abraçarei e agradecerei pessoalmente.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

(...)

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização.

O sentido da colonização

Caio Prado Júnior

RESUMO

Esta pesquisa empreende uma análise crítica dos pronunciamentos em razão dos votos favoráveis à admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade da Presidenta da República, Dilma Rousseff, emitidos na Sessão do Plenário da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016. O objetivo é o de investigar relações eventuais entre a manipulação cognitiva de afetos sociais e a disputa de agendas econômicas, encerrada nas intenções dos pronunciamentos desses parlamentares votantes. Mais especificamente, procuramos analisar se tais pronunciamentos se integram à conformação de uma espécie de populismo moral, como insumo ideológico a serviço de um consenso hegemônico e conservador - em torno da defesa e da aprovação de uma agenda econômica derrotada nas últimas quatro eleições presidenciais. Para o tratamento teórico-metodológico desse empreendimento, adotamos, como base, a abordagem sociocognitiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Teun van Dijk (2008). A macrodivisão da pesquisa segue três cenas: teórico-conceitual, metodológica e analítica. Na primeira cena, consideramos a relação social entre discurso, poder e uma de suas formas de materialização no signo linguístico por meio das Estruturas Ideológicas do Discurso (EID). Complementando essa primeira cena, discutimos conexões possíveis entre as concepções de cognição política e manipulação ideológico-afetiva da cognição social a partir do aporte dos estudos de van Dijk (2008), complementarmente traçando contrastes e aproximações em relação a abordagem semiolinguística de análise de discurso de Patrick Charaudeau (2005, 2010, 2016), com foco em seus estudos sobre *pathos* e subjetivação da instância política pelo discurso. Em uma segunda cena de natureza metodológico, específico à caracterização do procedimento da pesquisa e de suas categorias de análise, recorreremos às concepções dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), também em van Dijk (2008), relacionando-as ao tratamento dos pronunciamentos em uma perspectiva quantitativo-categorial e qualitativo-analítica. Por fim, no momento então analítico, abordamos possíveis articulações de interesses e disposições entre as classes econômica e política, de acordo com Alysson Mascaro (2018), Jessé Souza (2016, 2017), e Ladislau Dowbor (2017) como esteio contextual para, então, submetemos o *corpus* a uma análise sociocognitiva, com foco na identificação de estruturas e estratégias discursivas e contextuais com potencial para influenciar representações mentais individuais e socioculturalmente compartilhadas de grupos sociais em torno da conformação ideológico-afetiva de uma agenda social de costumes de natureza axiológica. Ao cabo da análise, tornou-se possível constatar a ação de diversos dispositivos discursivos, agindo em uma dupla perspectiva - de uma hostilização moralmente paradigmática, associada a exogrupos constituintes de determinado espectro político, e de uma autoexaltação de um *Éthos* conservador - contribuindo para a (re)produção de cenário propício ao impeachment da então Presidenta da República. Toda a estratégia discursiva de acusação e de impreciação moral, associada à presumida representação mental dos receptores dos discursos, proporcionou uma substituição do legalmente imprescindível debate sobre a agenda técnico-jurídica do supostamente cometido crime de responsabilidade pela promoção de uma outra discussão em torno de uma agenda social de valores e costumes que compunha a base de apoio político dos representantes da agenda econômica do Estado que, por sua vez, fora rejeitada consecutivamente nos últimos quatro pleitos eleitorais para o comando do Poder Executivo do Estado.

Palavras-chave: Estudos Críticos do Discurso. Manipulação Ideológica. Cognição Social. Ódio e Afetos Morais. Agenda econômica.

ABSTRACT

This research undertakes a critical analysis of the pronouncements due to the votes in favor of the admissibility of the accusation of a crime for which the President of the Republic, Dilma Rousseff, was responsible, issued at the Plenary Session of the House of Representatives on 17 April 2016. The objective is to investigate possible links between cognitive manipulation of social affections and the dispute over economic agendas, which is encapsulated in the intentions of the pronouncements of these voting parliamentarians. More specifically, we seek to analyze whether such pronouncements are part of a kind of moral populism, as an ideological input in the service of a hegemonic and conservative consensus - around the defense and approval of an economic agenda defeated in the last four presidential elections. For the theoretical-methodological treatment of this venture, we adopted, as a basis, the socio-cognitive approach of the Critical Discourse Analysis (ADC) of Teun van Dijk (2008). The macrodivision of the research follows three scenes: theoretical-conceptual, methodological and analytical. In the first scene, we consider the social relationship between discourse, power and one of its forms of materialization in the linguistic sign through the Ideological Structures of Discourse (EID). Complementing this first scene, we discuss possible connections between conceptions of political cognition and ideological-affective manipulation of social cognition from the contribution of van Dijk's studies (2008), complementarily drawing contrasts and approximations in relation to Patrick Charaudeau's semi-linguistic approach to discourse analysis (2005, 2010, 2016), focusing on his studies on pathos and subjectivation of political instance by discourse. In the methodological approach, specific to the characterization of the research procedure and its categories of analysis, we resort to the conceptions of Critical Discourse Studies (ECD), also in van Dijk (2008), relating them to the treatment of pronouncements from a quantitative-categorical and qualitative-analytical perspective. Finally, at the then analytic moment, we approached possible articulations of interests and dispositions between the economic and political classes, according to Alysson Mascaro (2018), Jessé Souza (2016, 2017), and Ladislau Dowbor (2017) as a contextual support to then submit the corpus to a socio-cognitive analysis, with a focus on identifying discursive and contextual structures and strategies with the potential to influence individual and socio-culturally shared mental representations of social groups around the ideological-affective conformation of a social agenda of customs of an axiological nature. At the end of the analysis, it became possible to see the action of various discursive devices, acting from a double perspective - from a morally paradigmatic hostilization, associated with exogroups of a certain political spectrum, and from a self-exaltation of a conservative ethos - contributing to the (re)production of a scenario propitious to the impeachment of the then President of the Republic. The entire discursive strategy of accusation and moral imprecation, associated with the presumed mental representation of the speech recipients, provided a replacement for the legally indispensable debate on the technical-legal agenda of the supposedly committed crime of responsibility for promoting another discussion around a social agenda of values and customs that formed the basis of political support for the representatives of the State's economic agenda which, in turn, had been rejected consecutively in the last four elections for the command of the State Executive Branch.

Keywords: Discourse Critical Studies. Ideological Manipulation. Social Cognition. Hate and Moral Affections. Economic Agenda.

Lista de ilustrações

Tabela 1 – tabela e gráfico informativo referente ao axioma 02	114
Tabela 2 – tabela e gráfico informativo referente ao axioma 03	116
Tabela 3 – subcategorias relacionadas à categoria “futuro”	123
Tabela 4 – tabela e gráfico manifestações que citaram a categoria temática “futuro”	126
Tabela 5 – tabela e gráfico do uso do recurso do quadrado ideológico da polarização	135
Tabela 6 – tabela e gráfico utilização do slogan político “é porque p que q”	146
Tabela 7 – tabela de axiomas	166
Tabela 8 – quantidade de manifestações por matriz expositiva.....	167
Tabela 9 – Tabela e gráfico dados gerais do resultado da votação.....	167
Tabela 10 – categorias temáticas por Duarte (2017)	168
Tabela 11 – categorias temáticas por Marcolim (2019)	168
Tabela 12 – subcategorias de da categoria temática “futuro”	168

LISTA DE SIGLAS

ACD - Análise Crítica do Discurso

ADC - Análise do Discurso Crítica

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AS/COA - Sociedade Americana/Conselho das Américas

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

ECD - Estudos Críticos do Discurso

EID - Estruturas Ideológicas do Discurso

EIDP - Estruturas Ideológicas do Discurso Político

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IMPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IR - Imposto de Renda

MPL - Movimento Passe Livre

ONU - Organização das Nações Unidas

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PGR - Procuradoria Geral da República

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Superior Tribunal Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO	21
1.1 Discurso e mudança social – contribuições históricas.....	22
1.2 Discurso e postura crítica.....	28
1.3 Discurso, sociedade e poder.....	32
1.3.1 Estruturas do discurso e estruturas do poder	32
1.3.2 Controle e modos de produção e reprodução do discurso	35
1.3.3 Ideologia e Estruturas Ideológicas do Discurso – EID	37
1.3.4 Polarização ideológica de grupos discursivos e EID	47
1.4 Interface cognitiva	52
1.4.1 Cognição política	53
1.4.1.1 Cognição política – dimensão pessoal.....	54
1.4.1.2 Cognição política – dimensão social	56
1.5 Manipulação cognitiva.....	58
1.5.1 Manipulação da cognição social e controle da mente	58
1.5.2 Manipulação e sociedade	63
1.5.3 O discurso político e estratégias gerais de fabricação de efeitos afetivos	65
1.5.4 A subjetivação da instância política.....	66
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO	73
2.1 Enfoque epistemológico	73
2.2 Caracterização da pesquisa	75
2.2.1 O <i>corpus</i> de pesquisa	75
2.2.2 Referencial teórico-metodológico.....	77
2.3 Metodologia, método e procedimentos de análise dos dados.....	78
2.3.1 Procedimentos de microanálise e categorias de pesquisa.....	79
3. TRATAMENTO DOS DADOS E EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS	84
3.1 Recontextualização da conjuntura	85
3.1.1 Enquadramento teórico-metodológico da abordagem contextual	85
3.1.2 Contexto externo.....	87
3.1.2.1 Determinação e sobredeterminação da crise brasileira	87

3.1.2.2 Conflitos, contradições e antagonismos entre a classe econômica e a classe política	89
3.1.2.3 Controle ideológico, propaganda política e crises sociais.....	92
3.1.3 Contexto interno	95
3.1.3.1 Segunda onda da crise financeira internacional	95
3.1.3.2 As Jornadas de Junho de 2013	97
3.1.3.3 PSDB/PMDB, Mídia e Lava Jato	100
3.1.3.3.1 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	101
3.1.3.3.2 PMBD - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	102
3.1.3.3.3 Lava Jato e Mídia	104
3.2 “Sim” pelo que mesmo? investigação, culpa ou expulsão?	110
3.3 Da imprescindibilidade de materialidade jurídica ao seu uso escasso como causa de aceitação da denúncia	113
3.4 Das (outras) razões evocadas para o impedimento	115
3.5 Das principais categorias temáticas motivadoras do impeachment	120
3.5.1 Da natureza valorativa das principais categorias motivadoras do Impeachment	121
3.6 Da natureza ideológica e afetivamente polarizada das razões do impeachment	131
3.6.1 Da polarização afetiva	131
3.7. A dramatização do ato: “o triângulo da dramaturgia política” e o <i>slogan</i> político.....	136
3.7.1 Da apresentação dos valores	136
3.7.1.1 <i>Condições de simplicidade</i>	137
3.7.1.1.1 Singularização	137
3.7.1.1.2 Essencialização	138
3.7.2 O <i>slogan</i> e a busca pelo consenso passional.....	139
3.7.3. Condições de argumentação	142
3.7.3.1 Raciocínio causal ético ou principista	143
3.7.3.2 Raciocínio causal pragmático.....	143
3.7.3.3 Triângulos da dramaturgia política.....	144
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

Buscar a real identidade na aparente diferenciação e contradição, e procurar a substancial diversidade sob a aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e, contudo, essencial virtude do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico.

(Gramsci, Q 1, 43, 33-34)

Segundo o sociólogo Jessé Souza (2016, p.19), “ninguém se deixa explorar de modo direto e violento sem reação”. O autor acrescenta a essa dificuldade os altos custos para a manutenção do aparato bélico – em contexto de conflito armado –, as incontornáveis perdas humanas, próprias dessa modalidade de dominação, bem como sua eficácia de curto prazo (SOUZA, 2016, p. 19). Em contrapartida, o advento de novas tecnologias proporcionara informação globalizada e instantânea, ensejando a oportunidade de uma reinvenção e reconfiguração dos métodos, técnicas e processos de controle sobre o outro (SANTOS, 2015).

Ainda segundo Jessé Souza (2016, p.19): “no mundo moderno, quem quiser se apropriar, por meio de instrumentos de mercado e de estado, da riqueza e do produto do trabalho alheio tem, antes, de convencer os espoliados de que a dominação que os explora e subordina é para seu próprio bem”. A hegemonia cultural da globalização técnica e econômica acrescentaria uma promessa a esse desafio: arregimentar voluntários para o exercício de uma violência simbólica sobre os grupos dominados, mantendo-se os bônus do consentimento de sua submissão. Segundo Terry Eagleton:

Podemos definir a hegemonia como um espectro inteiro de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga. Conquistar a hegemonia, no parecer de Gramsci, é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria “visão de mundo” pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997, p. 107, destaque do autor).

Sobre estas considerações do autor, algumas perguntas se afiguram: como convencer alguém de que uma ação que efetivamente o prejudica lhe pareça diversa, benéfica? Seria possível convencer esse alguém a adotar e apoiar no presente ações declaradamente contrárias a seus interesses, com promessas de benefícios futuros? Como turvar o seu discernimento para que não perceba ações que afrontam e ameaçam diretamente seus direitos, garantias, interesses e mesmo suas ambições e preferências? Que artifícios formais e temáticos operam para a consecução de uma manipulação tão complexa da percepção crítica e do tirocínio?

Como esses artifícios se articulam entre si para a produção de sentidos que encubram os verdadeiros interesses pretendidos pelos grupos e instituições produtores de determinadas narrativas?

Estes questionamentos constituem a problemática de nossa pesquisa. Entendemos que processos de dominação deste tipo se exercem antes pela formulação subjetiva e pelo controle das mentes das pessoas, ou seja, pela manipulação de suas crenças, valores, conhecimentos em perspectivas e em formas identitárias e ideológicas - portanto, prevalentemente por meio de processos discursivos. Como consequência disso, é que nos inclinamos aqui às pesquisas do estudioso crítico do discurso, Teun van Dijk (2008, 2011, 2016), que é considerado o fundador e principal representante da perspectiva cognitivista dos Estudos Críticos do Discurso.

De acordo com esta perspectiva, doravante (ECD), estabelecem-se feixes de práticas e de dispositivos de dominação, caracterizados, sobretudo, pelo exercício do controle sobre outras pessoas, normalmente contra as suas vontades e interesses, justamente por meio de emulações e manipulações discursivas. Tais práticas de caráter comunicativo e interacional foram justamente intituladas pelo autor de *manipulação*. Nas palavras de van Dijk, lemos:

A manipulação envolve não apenas poder, mas especificamente *abuso* de poder, ou seja, *dominação*. Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de poder *deslegitimada* por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados (VAN DIJK, 2008, p. 234, grifo do autor).

Buscamos relacionar esse fenômeno a um evento que figura entre os principais acontecimentos políticos dos últimos anos no Brasil, mais especificamente às justificativas dos votos dos Deputados Federais favoráveis à admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade supostamente cometido pela então Presidenta da República - emitidos na sessão plenária deliberativa, instituída para esse fim pela Câmara dos Deputados da República, no dia 17 de abril de 2016. A relevância desse evento se dá por diversas razões, mas crucialmente por ele ter representado o primeiro episódio institucional deliberativo, de ampla repercussão social e midiática, de um processo que culminaria com a deposição de uma agenda econômica destoante dos interesses históricos de grupos e instituições políticos, financeiros e empresariais, tradicionalmente dominantes no país (SOUZA, 2016). Referimo-nos à agenda de desenvolvimento social, mais diretamente voltada ao combate e à erradicação

da pobreza, que acabara de vencer, pela quarta vez consecutiva, a sua poderosa agenda rival - conservadora e elitista.

O entendimento do processo no qual resulta esta Sessão plenária não prescinde da compreensão de um contexto maior - que tem como estopim a crise financeira internacional de 2008 e a sua pronta receita, baseada em políticas fiscais de austeridade, contingenciamento de gastos/investimentos públicos e irresponsabilidade social dos governos, blindando completamente, conforme constata o economista Ladislau Dowbor (2017), “o ator principal” da crise: as instituições de intermediação financeira do capital internacional, que lucram com programas de concessões e privatizações e com o pagamento escorchante de juros da dívida pública.

Além disso, para uma compreensão mais ampla da crise política e social brasileira da qual o processo de impedimento representa tão somente um episódio de sua trajetória, tal como destacado pelo jurista e filósofo do direito, Alysson Mascaro (2018), se faz necessário também um juízo crítico adequado acerca do atual cenário de desnacionalização dos setores produtivos estratégicos e da *reprimarização produtiva* da economia brasileira, como mostram os estudos do historiador social, Gilberto Maringoni (2018). Para além desta nova filosofia aplicada à política externa nacional pós-impeachment, até então paulatina e progressivamente em processo de distanciamento e autoafirmação de maior autonomia perante seu parceiro histórico estadunidense, a crise política instaurada em nossa história mais recente nos remete ao indício de uma orquestração hegemônica internacional - contrária ao papel do país enquanto protagonista em cenários geopolíticos, em especial, na articulação do bloco dos BRICS¹.

¹ O acrônimo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul) foi utilizado pela primeira vez em 2001, mas o bloco apenas se efetiva, como agrupamento diplomático político-econômico, na reunião dos chanceleres dos quatro primeiros *sócios* durante a 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2006. Juntos, os atuais cinco países governam quase metade da população mundial (cerca de 3 bilhões de pessoas), e seu crescimento econômico representou 65% da expansão do PIB mundial entre os anos de 2003 e 2007. O PIB conjunto dos cinco países respondeu por 14% do PIB mundial em 2009 e, considerando-se a paridade do poder de compra, que já supera o dos Estados Unidos e o da União Europeia, respondeu por 25% do PIB mundial em 2010 (FIORI et al., 2013). O impeachment mitigou a participação do Brasil no bloco dos BRICS, à medida que elevou a sua subordinação à hegemonia estadunidense “a um patamar que nem mesmo os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e de Castelo Branco (1964-67) lograram fazer” (MARINGONI, 2018). Em dois anos de ações pós impeachment e de operações da Lava Jato, constata-se um processo de desnacionalização de setores como construção civil, estaleiro, petróleo, energia elétrica, carne e derivados e indústria de aviação, como consequência do rápido solapamento do papel do país no Mercosul, Unasul e principalmente de sua perda de protagonismo junto ao BRICS. Em suma, “a destinação do Brasil a um papel cada vez mais irrelevante na cena mundial forma as linhas mestras da política externa - de um país em acelerado processo de reprimarização produtiva” (MARINGONI, 2018). O impeachment capitaneado pelo bloco partidário PSDB/MDB e,

Há a assimilação desse indício com a singular trajetória das movimentações políticas, compreendidas desde as efusivas *manifestações de junho de 2013*, em todo o país, ressignificadas, redimensionadas e reorientadas pelos principais setores da mídia de massa (SOUZA, 2016), passando pela intensiva campanha de desqualificação política, com viés de gênero, de Dilma Rousseff - durante e após a campanha eleitoral em 2014². Segue-se a isso as denúncias acerca da prática de *lawfare* exercida pela operação Lava Jato, as sistemáticas denúncias de corrupção junto a setores produtivos estratégicos e a atuação subterrânea dos dois maiores representantes da República após a Presidência: os peemedebistas Michel Temer e Eduardo Cunha, respectivamente Vice-Presidente da República e Presidente da Câmara dos Deputados.

Considerando esse contexto político e social interno, algumas questões se apresentam: haveria uma relação entre os períodos históricos marcados por fortes abalos econômicos e o despontar de crises de costumes e valores, normalmente formuladas mediante narrativas sociais mistificadoras, fabulosas, de caráter individualista, excludente, messiânico e violento? O processo de impeachment em 2016 no Brasil teria outras motivações não reveladas, além das acusações suscitadas contra a então Presidenta eleita? Haveria relação entre a imposição à população brasileira de uma agenda econômica neoliberal, negada eleitoralmente, e a manipulação discursiva de estruturas político-midiático-ideológicas? Qual é o papel dos atores, grupos e instituições, interessados nessa agenda econômica, para a construção de discursos que apelam para os sentimentos e as emoções de bases afetivas, consuetudinárias e axiológicas socialmente conservadoras? Que elementos, instrumentos, métodos e técnicas discursivos atribuem significação a essas narrativas, e como estes se relacionam para a disseminação/imantação de seus efeitos de exceção aos direitos e garantias da população?

Com vistas à abordagem dessas questões, recorreremos à perspectiva crítica do campo de estudos do discurso, partindo do conceito de manipulação, tal como desenvolvido por van Dijk (2008), com o auxílio da semiologia da análise do discurso francesa, a partir dos estudos de Patrick Charaudeau (2016). Dessa forma, pretendemos buscar uma melhor compreensão

principalmente, pela operação Lava Jato reconfigura a participação do Brasil na cena internacional, subsistindo, “para os americanos, como quintal empobrecido e mercado interno colonizado, já que o Pré-sal e a Petrobras eram as cartas na manga do país para uma inserção internacional menos dependente” (SOUZA, 2017, p. 225).

² Também conhecidas como *jornadas de junho de 2013*, essas manifestações populares, ocorridas por todo o país, foram capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) - que propunha centralmente tarifação gratuita para o transporte público, tendo como bandeira, na ocasião, o combate ao recente aumento das passagens de ônibus, metrô e trens em São Paulo. O movimento ganhou maior intensidade e repercussão após a forte repressão policial, que deixou diversos feridos, e daí assumiu novas pautas de luta, como, por exemplo, a insatisfação generalizada com a corrupção da classe política.

acerca das seguintes questões de base: de que forma aspectos da relação entre a manipulação de afetos sociais e a disputa de agendas econômicas puderam trazer marcas e representações à estruturação das justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade contra a Presidenta da República, especificamente no curso da sessão parlamentar de 17 de abril de 2016? Qual é o papel das situações e dos eventos políticos - específicos àquele contexto - no gerenciamento da produção dos discursos dos atores políticos envolvidos no evento? Quais foram as condições sociocognitivas consideradas e implicadas, para que a estruturação ideológica dos discursos daqueles atores pudesse, então, atingir a eficácia pretendida junto aos afetos da opinião pública - notadamente quanto à manipulação de crenças sócio-historicamente compartilhadas, resultantes da exploração do medo, da ira e da hostilidade entre os diversos grupos sociais?

Para a consecução da pesquisa, esteamo-nos, como referencial teórico-metodológico, na perspectiva sociocognitivista de investigação, conforme empreendida por van Dijk (2008): concepção segundo a qual a mediação relativa entre as estruturas discursivas e as propriedades dos processos políticos necessita de uma interface cognitiva (VAN DIJK, 2008). Nosso grupo social de análise, em proposição a essa perspectiva, constitui-se dos 367 parlamentares que dispuseram justificativas de votos favoráveis ao prosseguimento das denúncias de crime de responsabilidade contra a Presidenta da República, nomeadamente na sessão instituída para esse fim na Câmara dos Deputados, na data do dia 17 de abril de 2016. O nosso corpus de análise é constituído, pois, pelas manifestações desses e dessas parlamentares.

A predileção e a escolha do objeto, ora investigado, surgem da interação recursiva de trajetórias de atividade intelectual, profissional e civil, as quais nos são pessoal e igualmente indissociadas do interesse por questões que envolvem análise discursiva, política e desigualdade social. Em vista da confluência desses fatores em um mesmo episódio, decidimos então pelo empreendimento da presente pesquisa: buscando ampliar a nossa compreensão a propósito das manipulações discursivas, assim como contribuir para a produção e a socialização do conhecimento no campo das relações entre manipulação afetiva da cognição social e disputa de agendas econômicas, precisamente por intermédio da emulação dos discursos políticos.

Esta pesquisa se mostra relevante em sua proposição - precisamente devido à eleição de uma abordagem que, a partir de um duplo enfoque possível de descrição e análise -

sociopolítico e sociocognitivo (VAN DIJK, 2008) -, intersecciona a relação entre discurso, manipulação e política. Esta abordagem nos enseja a possibilidade de conhecermos especificidades - não só das crenças individuais dos atores parlamentares, como também da influência de seus interesses imediatos no jogo político. Especificamente por meio da análise do contexto situacional dos eventos e interações nos quais se veem envolvidos é que podemos analisar - em seus discursos - a composição das forças diversas que influenciam e agem sobre suas ações.

A contribuição primordial da pesquisa reside, portanto, na operacionalização desta abordagem, notadamente em dois níveis de descrição e análise: sobre as crenças e as ideologias disseminadas pelos discursos dos atores. Neste ponto, especificamente por ocasião de suas elocuções discursivas na sessão parlamentar de 17 de abril de 2016, se concentra o cerne de nossa análise: dadas as muitas formas de manipulação de crenças, ideologias e estereótipos sociais - fundantes de preconceitos, intolerâncias e discriminações - ali então enfaticamente performadas.

Naquele evento, afetos como o medo e ódio, resultantes de condenações morais, foram mobilizados por meio da manipulação cognitiva dos discursos. Diante disso, com vistas à produção interdisciplinar do conhecimento, em uma perspectiva entre política e linguagem, nos propomos a uma compreensão mais ampla acerca das estratégias discursivas de dominação postas em prática por grupos políticos, econômicos, midiáticos e empresariais, detentores tradicionais do poder financeiro e do controle das instituições em nosso país. O intuito é o de que também se conceda subsídios para o desenvolvimento de métodos e técnicas de combate a diversas modalidades de violências discursivas e simbólicas - as quais se apresentam como desafios ao letramento das populações mais pobres, assim como à compreensão dos pesquisadores e cientistas sociais.

São, por exemplo, fenômenos e índices resultantes da manipulação ideológica de afetos e representações mentais a intensificação - em nosso tempo presente - de discursos e crimes de ódio: como os que têm sido recentemente bastante suscitados, inclusive na última campanha presidencial, contra as pessoas LGBTQIA+, as pessoas negras e os coletivos de comunidades tradicionais, além do aumento dos abusos e violências sexuais contra mulheres, crianças e adolescentes³. Verifica-se, no mesmo diapasão, a escalada da promoção de pós-

³ Mais da metade (52%) de todos os assassinatos de pessoas trans (transexuais e travestis) registrados em 71 países, ocorreram - segundo o Relatório Mundial da *Transgender Europe* -, entre os anos de 2016 e 2017, no

verdades, de *fake news*, de expressões e manifestações comuns de cultura ou ideologia de classe, de autoritarismos, de supremacismo branco e até de avanço - legislativo - de grupos e regimes políticos ultraconservadores e totalitários de extrema direita⁴.

Partindo da compreensão desse quadro - de acirramento das violências e de crescente incitação ao ódio -, buscamos reconhecer, em nosso objeto de pesquisa, traços e marcadores ideológico-discursivos da manipulação cognitiva de afetos sociais, e a sua correlação com os

Brasil. Nós assassinamos um total de 171 pessoas trans em apenas um ano, o que representa uma quantidade muito maior em relação aos dois países que aparecem na sequência: México, com 56 assassinatos, e Estados Unidos, com 25. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matamos, no Brasil, ainda mais homossexuais do que nos 13 países do Oriente Médio e da África, nos quais há a previsão de pena de morte especificamente para estas pessoas. Os números tornam-se ainda mais estupefacentes se considerarmos toda a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis e intersexuais. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), que coleta dados estatísticos sobre assassinatos de homossexuais e pessoas trans há 38 anos no país, passamos de 343 assassinatos em 2016 para 445 em 2017 (aumento de 30%). Se considerarmos o recorte racial da escalada da violência e dos crimes de ódio, o Atlas da Violência de 2017, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, revelou que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Ainda de acordo com o documento, a mortalidade de mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas) apresentou redução de 7,4%, no período entre 2005 e 2015. Entre as mulheres negras, no entanto, esse índice registrou aumento de 22% no mesmo período. Considerando todos os segmentos, há uma diminuição na mortalidade de indivíduos não negros de 12,2% e aumento de 18,2% entre a população negra. A Nota Técnica apresentada pelo Ipea, baseada em dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde – Sinan, mostra que, entre 2013 e 2014, a média real de casos de estupros no Brasil poderia chegar à proporção de uma vítima a cada 15 segundos. As estimativas divulgadas afirmam que, no mínimo, 527 mil pessoas são estupradas por ano no país, dentre as quais 89% são vítimas do sexo feminino, sendo que 70% do total dessas vítimas são crianças e adolescentes. A violência no campo também tem batido recordes sucessivos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dados de assassinatos no campo ocorridos no ano de 2017. Houve um aumento de 15% em relação ao número de 2016, chegando ao maior número de assassinatos desde 2003: 70 casos registrados ao todo. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimou, por sua vez, que 8.350 indígenas foram mortos durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1984. Diga-se que esses dados são parciais, uma vez que não se conseguiu considerar todos os povos afetados. A Comissão também identificou que a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi militarizada, e se tornou instrumento de graves violações de direitos humanos, alegadamente em nome da *integração* dos índios à sociedade brasileira. Disponível em: <http://caritas.org.br/cpt-divulga-novos-dados-sobre-violencia-no-campo-e-denuncia-ataques-hackers/38404>, <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html>, <https://apav.pt/uavmd/index.php/pt/intervencao/crimes-de-odio>. Associação Portuguesa de Apoio à Vida – APAV – Manual ódio Nunca Mais – Apoio à Vítima de Crime de Ódio.

⁴ Todos esses fenômenos dispõem efeitos comuns, relacionados em alguma medida à imposição/imantação social de sistemáticos processos de subalternização, submissão e dominação - especificamente de determinados grupos, discriminados e marginalizados, em face de outros (ideologicamente reconhecidos como superiores). A consequência mais funesta a esse respeito é a incitação a violências e crimes motivados por ódio, em função de estarem - indivíduos e grupos subalternizados - associados a marcadores ou identidades sociais etnicorraciais, de identidade de gênero ou orientação sexual, religiosos, ideológicos, de condição social, física ou mental minoritários, ou ainda desviantes/dissonantes dos padrões estabelecidos de prestígio e normalidade. As veiculações do ódio recaem igualmente sobre os defensores dos direitos humanos e aqueles que promovem as garantias e os valores democráticos - em prol da igualdade social e dos direitos de grupos e movimentos populares. Embora aparentemente desconectadas, essas modalidades de lutas e resistências - contra injustiças e desigualdades históricas - parecem partilhar algumas características comuns. Se as primeiras se insurgem contra o uso ilegítimo do poder, as demais pugnam em oposição às categorizações de preconceitos, intolerâncias, discriminações e associações seletivas de estereótipos. Essas duas modalidades se tocam, entre outros pontos, na forma como os grupos e as comunidades violentados são percebidos pelos seus potenciais e tradicionais agressores.

interesses de grupos e instituições políticas, financeiras, midiáticas e empresariais - nacionais e internacionais -, tradicionalmente dominantes, e que ora têm se arregimentado e municiado: precisamente em torno da retomada de um programa ou de uma agenda econômica e de poder, a qual foi derrotada nas quatro últimas disputas eleitorais à presidência do país. Para esse intento, traçamos os seguintes objetivos:

1. Identificar quais são as principais categorias temáticas das representações mentais, especificamente enunciadas/projetadas pelas falas que compõem o *corpus* da pesquisa - com foco nas que são potencialmente imantadas por estruturas conservadoras e afetações de ódio.
2. Identificar as estruturas linguístico-discursivas mais recorrentes nas justificativas dos votos dos atores políticos - para a formação e/ou ativação das representações mentais identificadas com a formação de culpa e condenação da Presidenta impedida.
3. Identificar as estruturas ideológicas do discurso - EID prevalentes ainda no *corpus*, como demonstra van Dijk (2008), assim como descrever e examinar as suas propriedades e aspectos mais relevantes - em especial no que atine ao potencial manipulativo de gatilhos ideológicos e/ou sócio-afetivos.
4. Relacionar a propriedade do funcionamento das EID com o contexto da situação social (político-parlamentar) de enunciação dos votos e de suas justificativas - em favor do impedimento da Presidenta.
5. Destacar as propriedades características dos processos de elaboração da manipulação cognitivo-social, dos afetos cívico-morais e dos espectros de ódio, contidos nos discursos dos 367 parlamentares.

A perspectiva triangular de van Dijk (2008) nos serve, aqui, à compreensão da análise do discurso político - submetida a um enfoque social, cognitivo, além de propriamente linguístico-discursivo. Dessa triangulação, dá-se o desdobramento de conceitos importantes à investigação do objeto, tais como os estudos sobre cognição política, manipulação da cognição social e estruturas ideológicas do discurso (VAN DIJK, 2008), assim como a exposição dos modos de seleção e dos sistemas de crenças socialmente partilhadas, conforme Charaudeau (2005; 2016).

Do que disso se segue, para uma prévia explicitação da proposição deste trabalho, apresento a estrutura desta dissertação:

O *primeiro* capítulo, de ordem teórico-conceitual, como fortuna às teorias de base discursiva adotadas, se subdivide em duas macroseções nas quais buscamos identificar relações teóricas entre as noções de discurso e poder nas interações sociais dos indivíduos, passando pela investigação entre discurso e materializações ideológicas que podem transpô-lo, tendo como aportes principais estudos de van Dijk (2008). No propósito de complementar esta perspectiva, voltamo-nos aos estudos a pretexto da ética discursiva e das causas e consequências de sua corrupção. Sobre esse tópico, para melhor e mais ampla explicitação de nossa abordagem sociocognitiva, examinamos os estudos de van Dijk (2008) e de Charaudeau (2005; 2016) acerca dos modelos cognitivos e dos padrões axiológicos dos enunciatários dos discursos correspondentes ao *corpus* da pesquisa.

O *segundo* capítulo perfaz a trilha metodológica da pesquisa. Consideramos a influência do contexto político-institucional (parlamentar) na produção discursiva e a situação social de enunciação/pronunciamento dos votos dos deputados e de suas justificativas - para tanto, nos utilizamos ainda do trabalho de van Dijk (2011), acerca da abordagem sociocognitiva dos contextos discursivos. A fim de abordarmos precisamente a concepção metodológica e a caracterização dos tipos de nossa pesquisa, travamos ainda a discussão sobre os procedimentos e as categorias de análise de dados em discursos políticos. Enquanto qualitativa, analítica e de vertente crítica, a pesquisa se consolida, então, mediante a análise categorial das 367 justificativas de votos - para subsidiar o posterior tratamento analítico do *corpus*, subdividido a partir de recorrências axiomáticas identificadas nos pronunciamentos, um de cada partido e de cada unidade federativa brasileira. Interessam-nos apenas as emissões de justificativas dos votos parlamentares favoráveis ao prosseguimento da denúncia de crime de responsabilidade, supostamente cometido pela Presidenta da República (conforme pauta da sessão plenária realizada no dia 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados).

O *terceiro* capítulo comporta propriamente a análise do *corpus*. Para tanto, buscamos primeiramente reconstruir uma contextualização conjuntural de alguns eventos sóciopolíticos internos e externos ao País nos quais estão inseridas as práticas discursivas analisadas no *corpus*. Para o tratamento da situação de crise econômica, político-institucional e social que se estabelece no país, recorreremos à análise de Alysson Mascaro (2018) e de Jessé Souza (2016; 2017) - sobre os principais eventos políticos no recorte temporal do contexto de nosso objeto de pesquisa -, bem como a Ladislau Dowbor (2017), entre outros autores - particularmente no que concerne às suas análises e concepções acerca da interação entre os agentes da classe

política e da classe econômica, e no que se refere ao comprometimento do contexto social, das práticas midiáticas e políticas envolvidas à produção dos discursos.

Por fim, o *quarto* capítulo é de caráter conclusivo - no qual apresentamos considerações finais, retomando a trajetória sintética da pesquisa e registrando os principais resultados obtidos em consideração ao objeto estudado. Também ressaltamos, nessas considerações, alguns cenários de pesquisa futura, que se delinearam no transcurso da investigação. Finalizamos com a apresentação das referências bibliográficas consultadas e os anexos, contendo a transcrição dos pronunciamentos dos votos parlamentares sob análise.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses, e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas.

(van Dijk, 1986, p. 4).

Este tópico, referente aos Estudos Críticos do Discurso, tem o objetivo de servir de alicerce teórico para o entendimento acerca do fenômeno da manipulação da cognição social - haja vista a sua disposição, em grande medida, discursiva. Iniciamos com uma breve retomada histórica sobre a evolução do campo dos ECD, nos apoiando nas perspectivas de diversos estudiosos do discurso, destacando uma trajetória conceitual importante para o desenvolvimento dos estudos do discurso em sua dimensão crítica.

Na sequência, debatemos, de modo sintético, exatamente sobre essa dimensão crítica e as implicações dela decorrentes. Acreditamos ser oportuno entender em que termos se concretiza uma de suas propriedades mais fundamentais e que, sem ela, não faria sentido o estudo de fenômenos como manipulação, ideologia, hegemonia, entre outros: referimo-nos ao potencial do discurso para o controle das mentes das pessoas, através da produção, reprodução e alteração de suas crenças socialmente compartilhadas.

Por meio da conscientização da existência desta propriedade, atores, grupos e instituições sociais têm, durante séculos, despendido recursos vultosos - no sentido de se apropriarem, da forma mais eficiente possível, de um uso específico para o discurso, a saber: como substitutivo simbólico imediato à antiga, e modernamente menos eficiente, estratégia de dominação do outro pelo uso do poder coercitivo. Para esse intento, averiguamos algumas determinações da relação entre discurso e poder, tais como o controle da produção e reprodução discursiva na sociedade. Por fim, pesquisamos como as estruturas ideológicas de

controle e reprodução do poder social - por alguns grupos e instituições - se revelam na superfície do discurso político, subsidiando a análise que imprimiremos ao nosso *corpus* de pesquisa: em busca da evidenciação dessas estruturas.

O propósito principal deste tópico discursivo corresponde, pois, a entender como algumas propriedades do discurso, dispostas em usos específicos, são capazes de controlar as mentes das pessoas: sobretudo por meio da produção, reprodução e modificação de conhecimentos, crenças e ideologias socialmente compartilhadas. Tentamos também compreender como esse controle cognitivo favorece igualmente o controle das ações desses sujeitos - mentalmente assujeitados. Por último, buscamos identificar as formas discursivas mais usuais - por meio das quais a dominação de crenças sociais pode operar o controle das ações de indivíduos.

1.1 Discurso e mudança social – contribuições históricas

Conforme já visto neste trabalho, os estudos sobre o fenômeno discursivo têm ganhado destaque na abordagem de diversos temas de pesquisa contemporâneos, especialmente entre as ciências humanas e sociais. Logo, uma pergunta preliminar, porém complexa e pertinente, se apresenta: o que motivou e motiva esse interesse crescente?

Certamente, entre tantas respostas possíveis a essa pergunta, está a descoberta de sua propriedade transformadora da direção das ações dos atores sociais - algo que se deu dentro do quadro evolutivo da contribuição de vários pensadores. Uma breve retomada do percurso dessas contribuições - que culminaram nesta propriedade transformadora - se torna aqui importante, pois é a partir desse pressuposto, não apriorístico, mas construído, que todo um campo de estudos críticos se desenvolve, durante décadas, permitindo abordagens as mais diversas - tal como a que trazemos nesta pesquisa.

Em outras palavras, é por meio de uma maior ênfase nesta propriedade constitutiva da linguagem, como instrumento capaz de promover mudança social - ou seja, o discurso como transformador das ações dos sujeitos sociais -, que relações importantes entre o discurso e outros fenômenos, tais como a ideologia, a hegemonia cultural, a manipulação, a cognição social, os efeitos do *pathos*, por exemplo, se tornaram tanto possíveis quanto necessários: para uma melhor apreensão das propriedades de estruturas discursivas e processos sócio-políticos.

Desde que Empédocles, Platão, Aristóteles e outros pensadores, da considerada Antiguidade Clássica, dedicaram parte de seus estudos aos fenômenos da linguagem e do discurso - passando pelo caráter eminentemente oral da circulação da informação na Idade Média, pela invenção da imprensa no Séc. XVI, até o rádio, a TV e a internet - a massificação da informação, em tempos de comunicação globalizada, trouxe, juntamente com seu necessário e fundamental benefício de difusão massiva de dados e de informações, questões a serem seriamente debatidas.

Caberia ao pensador, Mikhail Bakhtin (1895-1975), dar os primeiros passos no tocante a uma maior centralidade da prática social nos estudos da linguagem ao ponto de o filósofo e crítico literário Terry Eagleton reconhecer “no autor de Marxismo e filosofia da linguagem o pai da análise do discurso, ‘ciência que acompanha o jogo social do poder no âmbito da própria linguagem’” (REZENDE; RAMALHO, 2006, p. 15). Bakhtin instituiria alicerces profundos na filosofia da linguagem de cunho marxista.

No entanto, a pedra fundamental sobre a qual o autor constrói seus pilares fora publicada em 1888 pelo pensador prussiano, Friedrich Engels, no apêndice do livro de sua autoria intitulado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Lá estavam as *Teses sobre Feuerbach*, escritas pelo seu colaborador intelectual e amigo Karl Marx 43 anos antes. Dentre as onze teses, três delas de modo mais específico apontaria os rumos sobre os quais Bakhtin guiaria pontos propulsores para uma revolução na filosofia da linguagem no séc. XX.

Na construção de sua proposta de uma abordagem materialista que subsidiasse uma análise acerca da produção material da vida social, Marx combate o hegelianismo que se impõe ao idealismo e ao materialismo metafísico de sua época (PEDROSO, 2013, p. 67), trazendo a ênfase no estudo das práticas concretas dos atores sociais para a centralidade do debate filosófico. A tese dois assim dispõe:

A questão de se saber se o pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim prática. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento, isolado da prática, é um problema puramente escolástico (VIEIRA, 2010, p. 38).

Na tese oito, ele afirma que “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. Por fim, a tese onze institui que “a consciência nunca pode ser

mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real” (VIEIRA, 2010, p. 38-39)

Será a partir dessa centralidade da análise da vida social pelo próprio fazer em sociedade que Bakhtin avançará rumo a uma maior autonomia para os estudos linguísticos, sobretudo, para uma nova concepção de discurso ao caracterizá-lo por sua natureza simultaneamente dialógica e ideológica. Ideológica no sentido de que “o texto é concebido como único e não reiterável, sempre o produto de uma criação social, histórica e ideológica, não devendo ser concebido fora do contexto da sociedade em que é produzido” (FRANÇA, 2009, p.40). Assim,

Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica (BAKHTIN, 2006, p.47, apud FRANÇA, 2009).

O dialogismo, por sua vez, implica necessariamente um outro discurso. Sempre único devido à composição da cognição individual de quem enuncia, porém jamais único, pois, perpassado por diversos outros discursos. Nas palavras do autor:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. (BAKHTIN, 1997, p.319, apud FRANÇA, 2009, p. 43).

Desse modo, considerando sua natureza ideológica e dialógica e que “a ideologia é um reflexo das estruturas sociais (...) toda manifestação da ideologia encadeia uma modificação na língua”. (BAKHTIN, 2006, p.15, apud FRANÇA, 2009, p. 46).

Não em outro sentido, em uma de suas celebradas obras, Milton Santos (2015) nos legou importantes reflexões acerca daquilo que ele chamou de “uma globalização perversa”. Entre seus fatores constitutivos, atua, de modo decisivo, uma dupla violência - em duas frentes intimamente relacionadas. Para o autor, juntas, elas formam as bases do sistema ideológico - que, por sua vez, justifica ações hegemônicas em prol dos interesses dos poderosos. São elas: a tirania do dinheiro e a tirania da informação. A tirania da informação representa uma forma de violência extremamente sorrateira e insidiosa, porque não realiza, pragmaticamente, sua função precípua, mas uma falsificação (des)funcional e manipuladora

dos eventos, “mediante uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências” (SANTOS, 2015, p.40).

O autor destaca a importância do discurso para a generalização da ideologização do mundo. Essa relação se torna possível por estarmos, “diante de um novo ‘encantamento do mundo’, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim” (SANTOS, 2015, p.39, grifos do autor). A importância do discurso se relaciona, então, com seu atual papel informacional específico, pois, “nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível” (SANTOS, 2015, p.39). Essa relação entre discurso e papel informacional se concretiza na medida em que “o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta, pois, como ideologia” (SANTOS, 2015, p.39). Por fim, o autor conclui:

O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas - sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder - explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de se estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa (SANTOS, 2015, p.39).

Para Milton Santos, em seu caráter perverso, um dos fatores constitutivos da globalização é a manipulação da informação que chega às pessoas. Para o autor, essa “violência da informação” constitui um dos alicerces centrais “do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos ‘globalitarismos – a que estamos assistindo” (SANTOS, 2015, p. 38).

O analista crítico do discurso, Norman Fairclough (2016), sumariza, por sua vez, uma percepção acerca da evolução do conceito de linguagem e discurso para, enfim, chegar à sua própria aceção. Para este autor, a teoria social passou a atribuir um lugar mais central à linguagem a partir dos estudos dos fenômenos sociais em décadas recentes.

O início da década de 1970 presenciou uma ênfase no significado da ideologia no que se refere à reprodução social moderna, ou seja, nos “mecanismos por meio dos quais as sociedades mantêm suas estruturas e relações sociais ao longo do tempo” (FAIRCLOUGH, 2016, p.24). Essa ênfase, operada na teoria marxista por Gramsci (1971) e Althusser (1971), terá mais tarde a importante contribuição do filósofo Michel Pêcheux (1982) - na identificação do discurso como forma material preeminente da ideologia.

Ainda para Fairclough (2016), Michel Foucault (1979) - em sua visão acerca da natureza do poder nas sociedades modernas - elevaria mais ainda a relevância do discurso e da linguagem, localizando-os no coração das práticas e processos sociais. Nesta perspectiva, está implicada não só uma maior atenção ao discurso dentro da análise social, mas, também, uma maior atenção ao próprio poder - propriamente no âmbito da análise do discurso:

Em cada sociedade, a produção de discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos, domesticar suas casualidades, escapar da sua ponderável, formidável materialidade (SHAPIRO, apud FAIRCLOUGH, 2016, p. 79).

Ainda segundo Fairclough (2016), Habermas (1984) trará essa discussão para a esfera dos *sistemas* da economia e do Estado como colonizadores do mundo da vida - ao articularem o deslocamento de usos ‘comunicativos’ da linguagem para propósitos estratégicos, tais como a eficácia em conseguir fazer sujeitos realizarem ações específicas.

Diga-se que uma das principais contribuições de Fairclough (2016) aos ECD parte de suas pesquisas a respeito da Escola Francesa de Análise do Discurso⁵. É a partir da concepção crítica do discurso como prática social que Fairclough (2016) desenvolve a sua Teoria Social do Discurso - demonstrando que este (discurso), para além de participar da reprodução de práticas e ideologias sociais, também promove internamente as suas transformações. Isso se deve ao seu caráter dialético, pois na mesma medida em que o discurso é moldado pela estrutura social, também lhe é constitutivo:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem em suas próprias normas e convenções, como também em relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

Van Dijk (2008, 2011, 2016), por sua feita, conferirá grande importância ao desenvolvimento de uma teoria que melhor sistematize a compreensão acerca da esfera cognitiva do discurso. Conforme o autor, a cognição será, com ênfase, a responsável pela mediação da relação entre fenômenos de naturezas diferentes, a saber: estruturas e processos discursivos, por um lado, e formação e reprodução de propriedades e processos das estruturas

⁵ De fato, para o embasamento de sua concepção de *mudança discursiva*, Fairclough (2016) parte das contribuições dos analistas do discurso franceses - notadamente quanto a sua noção de *interdiscurso*: o qual deve ser compreendido como “configuração complexa e interdependente de formações discursivas”, já que exerce primazia sobre todas as partes dessas formações (FAIRCLOUGH, 2016, p.100).

sociais por outro. Nessa relação entre discurso, cognição social e processos sociais, o autor dá destaque também à influência do contexto de produção discursiva, no qual estão politicamente inseridos os atores (enunciadores e enunciatários). Esse contexto influenciará sobremaneira tanto as representações mentais dos próprios enunciadores, quanto as dos enunciatários.

Já Patrick Charaudeau (2005), dentre as diversas contribuições que tornam a sua obra - sobretudo os seus escritos de 2005 - uma leitura fundamental dos estudos críticos do discurso político, oferecerá destaque a duas percepções - as quais são bastante valiosas para a concepção de nossa pesquisa: a primeira na ênfase da importância do não dito no discurso político e a segunda quanto ao deslocamento histórico no enfoque dos três elementos retóricos aristotélicos: do *logos* para o *ethos* e, principalmente, deste para o *pathos*.

Ambas essas contribuições resultam de categorias que o autor (2017) concebeu como constituintes do duplo fundamento do discurso político: opinião e verdade. A opinião é a geradora do julgamento reflexivo, já a verdade surge da ação e do ato de decisão como consecução do discurso. O compartilhamento dessas instâncias constitui a mediação social: dotada de valores ínsitos ao julgamento e à (re)ação dos agentes do discurso nos mais diversos contextos sociais. Como o fenômeno político é resultante tanto de fatores sociais, econômicos, jurídicos quanto, e em especial, de fatores morais e psíquicos⁶, este se constitui como um campo demasiado amplo e complexo de estudo - pelo que o pesquisador não deve limitar a sua análise apenas às ideias superficialmente trazidas nas enunciações discursivas:

Talvez seja necessário deixar de crer que são as ideias que governam o mundo e precisar que apenas valem pela maneira como são transmitidas de uns para os outros, pela maneira como circulam entre os grupos e como influenciam uns e outros, ganhando em contrapartida sua consistência. A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Certamente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o verdadeiro, o falso e o possível) (CHARAUDEAU, 2005, p. 46).

Nesse sentido, o que medeia e valida o discurso quanto à sua veracidade é o seu deslocamento - da instância do *logos* para o *ethos* e, sobretudo, para o *pathos* -: ao mesmo tempo em que, segundo o autor, se negocia a ênfase de sua análise no roteiro dos argumentos dispostos em sua encenação. Dessa forma, modo geral, processam-se as verdades também na apresentação de discursos publicitários e midiáticos. Em outros termos, este deslocamento do

⁶ Os fatos morais e psíquicos se tornam de especial relevância, devido justamente ao deslocamento de sua ênfase do *logos* para o *ethos* e o *pathos* (CHARAUDEAU, 2017, p. 43-5).

discurso político - do âmbito do pensamento para o das emoções - deverá necessariamente ser levado em conta na abordagem conferida pelos pesquisadores em seus estudos.

Os modos de abordagem do discurso político - quanto aos conteúdos das proposições, aos procedimentos encenados e ao valor dos argumentos e estratégias de persuasão - são, todavia, indissociáveis entre si. Portanto, se de um lado o pensamento - do enunciador ou do enunciatário - pode ter em si alguma influência, ocorre, de outro, que ele pode igualmente ser mascarado: por procedimentos diversos de comunicação empática, de modo que “ao final dessas manipulações comunicativas mais ou menos voluntárias, podem se construir outras formas de pensamento político” (CHARAUDEAU, 2005, p.47).

Para Charaudeau (2005), o discurso político se inscreve, pois, em um local do plano da linguagem em que as noções de opinião e de verdade se encontram enfeixadas em uma relação dialética. Aquela, respondendo pelo julgamento reflexivo, e esta, surgindo das ações e dos atos de decisões sobre o discurso. É, pois, nesse local formador do duplo fundamento do discurso político, que são instituídas comunidades diversas de opinião e de pensamento, intercambiando suas normas de decisão e de ação entre seus membros. Uma vez partilhadas, essas normas engendram a mediação social na qual se situam valores transcendentais ou, nos termos de van Dijk (2011), os conhecimentos, as atitudes e as ideologias sócio-historicamente compartilhados. Estes, por sua vez, tanto fundam o julgamento e a ação quanto “são construídos e transportados por um discurso que os faz circular na comunidade, construindo seu cimento identitário” (CHARAUDEAU, 2005, p. 45).

1.2 Discurso e postura crítica

Considerando que nem todos os problemas e questões estudados pelas ciências sociais são inerentemente críticos (VAN DIJK, 2008, p.17), posto que esta característica componha a própria concepção metodológica conferida à análise discursiva - seja na forma adotada neste trabalho (Estudos Críticos do Discurso – ECD) seja na forma mais convencional da Análise do Discurso Crítica - ADC ou até da Análise Crítica do Discurso - ACD -, parece razoável versarmos acerca de alguns elementos que constituem a propriedade do termo crítico nesta ciência.

Tal categoria - da criticidade - integra uma perspectiva específica no modo de realização de diversas pesquisas sociais consideradas relevantes. van Dijk (2008, p.15)

antecipa, quanto à análise discursiva, não ser fácil nem totalmente explícito se definir as propriedades precisas dessa perspectiva ou atitude crítica. Entretanto, para o merecimento desse estatuto, o autor prenuncia a necessidade de satisfação de um ou de vários dentre os seguintes critérios - nos quais a dominação consista em “abuso de poder social por um grupo em detrimento de outro” (VAN DIJK, 2008, p.15): (i) quando abordar relações de dominação, deve a pesquisa, principalmente, ter por perspectiva o grupo dominado e seus interesses; (ii) deve-se considerar as experiências de seus membros como evidências para avaliar o discurso dominante; (iii) pode enfatizar ilegitimidades nas ações discursivas dos grupos dominantes; (iv) pode, por fim, formular alternativas viáveis à conciliação entre os discursos dominantes e os interesses dos grupos dominados. Para a estudiosa do discurso, Ruth Wodak (2004):

A LC - *linguística crítica* - e a ACD - *análise crítica do discurso* - podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). Dessa forma, a maioria dos analistas críticos do discurso endossaria a afirmação de Habermas de que “a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, (...) não são articuladas, (...) a linguagem é também ideológica” (HABERMAS, 1977, p.259) (WODAK, 2004, p. 225, grifo nosso).

É de grande importância atinarmos, desde já, para a não correspondência entre assumir uma perspectiva crítica e se fazer uma defesa apaixonada de uma das partes. Sabemos, aliás, ser totalmente possível se realizar uma pesquisa de feição crítica, assumindo-se a perspectiva dos grupos dominadores e manipuladores. Portanto, a perspectiva crítica, por nós aqui assumida e empreendida, corresponde ao exercício de análise em evidenciação às desigualdades e injustiças sociais, às manipulações de suas ordens e dispositivos institucionais, à manutenção, ao aprofundamento e à reprodução da dominação: consistente no caráter de ilegitimidade social e ideológica dos discursos de nosso corpus, em detrimento aos interesses da democracia, dos direitos e garantias sociais e populares.

Buscamos, ademais, atingir as propriedades constitutivas dos mecanismos de controle da mente, em especial da manipulação discursiva. Esses propósitos não implicam em nenhuma falta de critérios de cientificidade. Por exemplo, no tocante ao uso de categorias de análise, não há, nos ECD, a intenção de se formular categorias, mas antes de identificá-las - pois que já são constitutivas da própria estrutura do objeto. Disso decorre uma implicação procedimental - a qual tentaremos manter como diretriz, qual seja: não forjar categorias nem

determinações que se adequem a uma perspectiva ou outra, mas investigar tantas categorias quantas forem possíveis já instituídas funcionalmente em nosso objeto.

Este trabalho seguirá, portanto, a concepção à qual o foco analítico dos ECD se volta, interessando-se - especificamente - pelos estudos da desigualdade, do controle, da alienação e da dominação social. Isso implica na negação expressa de um posicionamento epistemológico de suposta neutralidade o qual, por décadas, equivocadamente - e por razões diversas -, buscou unificar o tratamento dos objetos das ciências humanas com os métodos e técnicas de tratamento das ciências naturais (GAMBOA, 1995).

Diferentemente de muitas pesquisas sociais que implicam ou mesmo negam qualquer tomada de posição, “o que obviamente também é uma tomada de posição” (VAN DIJK, 2008, p.16), ao desenvolver seus objetos de estudo nos domínios dos ECD, os pesquisadores assumem conscientemente uma posição de não neutralidade. Vão ainda além: têm propósitos explícitos de combate à dominação e à desigualdade e, por conseguinte, postulam por mudanças sociais em favor dos grupos dominados (VAN DIJK, 2008).

Consideramos, por isso, de vital importância uma análise igualmente crítica acerca daquilo que de maneira própria - teórica e metodologicamente - se propõe como crítica e compromisso no campo das ciências sociais: a fim de que propedeuticamente também haja arrimo na concepção de nosso procedimento. De fato, quando se assume um comprometimento em pesquisa essa é a primeira abertura à incidência de diversas desqualificações, conscientes ou não, quanto à cientificidade de seu propósito: sob alegações comuns de imparcialidade ou de falta de critérios objetivos (GAMBOA, 1995). Cabe, no entanto, antes disso, resgatarmos o registro e a consciência quanto à maneira dicotômica e/ou dualista segundo a qual têm sido conduzidos os debates acerca da pesquisa acadêmica nas últimas décadas - notadamente sobre as abordagens quantitativas versus qualitativas, suas peculiaridades, suas vantagens e desvantagens.

Esse debate parece ainda longe de ser superado, na medida em que sua aparente obviedade teórica, reproduzida nas descrições e nas posturas de muitas pesquisas, ainda não assume - na maioria das vezes - coerência e consequência práticas. Chegamos mesmo a desenvolver, amiúde, exposições metodológicas - em pesquisas acadêmicas - sobre como consideramos depauperada a concepção dualista em questão. No entanto, tendemos ainda, reiterada e quase incontinentemente, a nos cobrar uma categoria, um conceito, um parâmetro -

não raro, imediato e genérico - acerca dos critérios de cientificidade, confiabilidade e verificabilidade da pesquisa, de seus dados e resultados - sem, contudo, aprofundarmos a discussão sobre esses próprios critérios. Nos arriscamos, assim, a dar vazão a representações ou estados mentais acríticos sobre tais critérios - às vezes contrariamente à postura teórica que normalmente assumimos sobre elas.

As consequências de uma postura investigativa acrítica - acerca da indução a esse dualismo na abordagem dos objetos nas ciências humanas - são várias, sobretudo se admitirmos a concepção já mencionada por van Dijk (2008): a propósito dos ECD assumidamente contribuirão para a redução das desigualdades e injustiças sociais, posicionando-se, sempre de modo favorável, aos grupos dominados e aos seus interesses. Gamboa (1995) percebe que a não superação desse dualismo tem como uma de suas graves implicações o risco de o pesquisador submeter compulsoriamente a sua investigação ao raciocínio lógico do terceiro excluído - ou seja: conforme a lógica dual e excludente de que, na existência de dois juízos contraditórios, apenas um dos dois pode ser verdadeiro, sendo o segundo necessariamente falso.

Segundo essa forma de pensar, cada enfoque se acredita o mais científico, válido ou apropriado para o tratamento dos fenômenos sociais; os outros enfoques são considerados “ismos” ou “vieses” e carecem de validade; portanto, não conduzem a um conhecimento científico ou verdadeiro. Essa parece ser a argumentação que, em entrelinhas, é defendida quando se confrontam os métodos qualitativos versus quantitativos ou os enfoques positivistas versus etnográficos (GAMBOA, 1995, p. 97).

Concordamos com o autor, precisamente em sua percepção de que esse debate parece dispensar ou mesmo excluir outras abordagens. Melhor do que isso seria considerar “a possibilidade de síntese entre esses elementos qualitativos e quantitativos” (GAMBOA, 1995, p. 97). De fato, num mesmo processo metodológico, a interação sujeito-objeto, na produção do conhecimento, e a articulação de processos interseccionados de explicação e compreensão na elaboração da mesma pesquisa constituem-se, a nosso ver, como algo perfeitamente factível e bem mais enriquecedor (GAMBOA, 1995).

Ao arrepio das tradicionais concepções duais e excludentes de investigação, os ECD apresentam complexidades ímpares para a satisfação de sua natureza multidisciplinar, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, o que obriga o pesquisador desta área a desenvolver concepções e procedimentos de pesquisa, teorias e métodos, os quais têm de ser tomados de empréstimo de mais de um campo ou área do conhecimento. A exigência teórico-

metodológica diversificada, associada à satisfação de critérios também complexos - como a necessária contribuição para a mudança social em favor dos grupos dominados - traz-nos, pois, questionamentos quanto às exceções e à suposta falta de cientificidade desses estudos. A própria contribuição da pesquisa em linguística crítica e em análise do discurso crítica - notadamente em termos de busca pela redução dos preconceitos, das desigualdades e injustiças sociais - vai de encontro a reservas e desconfianças desse cariz (GAMBOA, 1995).

Em suma, demonstramos nossa perspectiva acerca da possibilidade de realização da pesquisa crítica, nos termos aqui expostos, sobre análise do discurso. Confirmamos a exequibilidade desse tipo de investigação sobre o nosso objeto de pesquisa, sem comprometimento à reflexão criteriosa acerca dos métodos, técnicas e programações no campo das ciências sociais e, em específico, dos ECD. A incontornável complexidade da natureza dos objetos que constituem este campo de estudo - e que determinam tratamentos também complexos, multidisciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares - em nada nos parece sugerir qualquer diminuição em seus critérios de cientificidade (VAN DIJK, 2008).

1.3 Discurso, sociedade e poder

1.3.1 Estruturas do discurso e estruturas do poder

Abordaremos aqui uma perspectiva, apoiada em van Dijk (2008; 2011), e que se impõe como circunstanciação necessária a nosso objeto, qual seja: a relação de poder exercida, manifestada, descrita, disfarçada ou legitimada por textos e declarações orais - no contexto das relações discursivas entre desiguais grupos sociais. Para essa compreensão, a ideologia desempenha um papel fundamental - na formatação e imantação da cognição social dos discursos: haja vista ela permitir uma articulação teórica entre “o poder societal das classes, dos grupos e instituições no nível macro de análise, além do próprio exercício do poder nas interações do discurso em seus micro níveis sociais” (VAN DIJK, 2008, p.38).

Em síntese, nos interessa aqui abordar o impacto da dominação produzida por específicas estruturas de poder - articuladas e atualizadas sobre a elaboração e a disseminação do gênero *discurso* político (conforme a dinâmica de cognições sociais influenciadas, direta e/ou indiretamente, por ideologias de classe e desigualdade social).

Jessé Souza (2017) nos orienta acerca da hierarquia das questões mais importantes quando se reflete sobre um objeto multifacetado como o mundo social:

A questão do poder é a questão central de toda sociedade. A razão é simples. É ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. O dinheiro, que é uma mera convenção, só pode exercer seus efeitos porque está ancorado em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos sociais. Assim, para se conhecer uma sociedade, é necessário reconstruir os meandros do processo que permite a reprodução do poder social real (SOUZA, 2017, p. 11).

Diante dessa compreensão, sem a pretensão de se tentar definir um conceito de poder, convém saber quais de suas características são mais relevantes à discussão acerca das interpenetrações entre estruturas sociais e estruturas discursivas. Primeiramente, o poder social configura as características da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais - ou mesmo entre as pessoas como membros dessas formações.

Além disso, as relações de poder social se manifestam por meio da interação, de modo que o controle social de um dado grupo A sobre um grupo B induz a uma limitação do autocontrole, da liberdade de ação social de B - já que o conceito de ação social em si envolve o conceito de controle cognitivo pelos agentes. Em outros termos, excetuando-se “o caso do exercício de uma força física, o poder de A sobre as reais ou eventuais ações de B pressupõe que A precisa ter controle sobre as condições cognitivas das ações de B, tais como desejos, planos e crenças” (VAN DIJK, 2008, p. 41). Complementa o autor:

O poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. A maior parte das formas de controle social de nossa sociedade implica nesse tipo de “controle mental” exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva, ou resultante do medo de sanções a serem impostas por A no caso de B não atender aos seus desejos (VAN DIJK, 2008, p. 41, grifo do autor).

É importante ressaltar que essa mediação mental do poder não impõe limites fechados a diferentes graus de liberdade e resistência daqueles que são subjugados pelo exercício desse poder. Para o autor (2008), outras duas propriedades fundamentais do exercício do poder social de A sobre B se referem, por um lado, à necessidade de produção e reprodução, por parte daquele, de uma base de recursos, atributos ou bens, socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos, tais como “riqueza, posição, posto, status, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios ou mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário” (VAN DIJK, 2008, p. 42). Por outro lado, necessita também de formas, normalmente legitimadas, de sanções a serem exercidas em caso de desobediência de B.

O poder se torna, então, uma forma de controle social - precisamente se a sua base for constituída por esses recursos socialmente relevantes. Desse modo, o grupo A exercerá seu poder, intencional ou involuntariamente, para efeitos de manutenção ou ampliação dessa base de poder, evitando, assim, que o grupo B a controle. Aqui se configura uma noção importante acerca do exercício de poder: porque este atende apenas aos interesses do grupo A, sendo, portanto, contrário aos interesses do grupo B.

Van Dijk (2008) supõe que para o exercício do poder de A sobre B, B precisa conhecer os desejos, vontades, preferências e/ou intenções de A. Este dispõe de maneiras diretas - por exemplo, por meio de atos de fala (como comandos, pedidos ou ameaças) - ou indiretas de disseminação de seus comandos e conhecimentos sobre B, inferidos por “crenças, normas ou valores culturais de um compartilhado (ou contestado) consenso, dentro de uma estrutura ideológica ou da observação ou da interpretação das ações sociais de A” (VAN DIJK, 2008, p. 42).

Dentre diversos exemplos de eventos nos quais se exerce a disseminação desses conhecimentos aos grupos dominados, podemos citar o contingenciamento recente de 30% dos recursos financeiros de Universidades Federais no Brasil pelo próprio ministro da educação do atual governo do presidente Jair Bolsonaro. Logo após a implementação da decisão, o ministro veio a público condicionar a liberação dos recursos (já orçados) à aprovação da ação prioritária do governo neste momento: a reforma da previdência, que passa por dificuldade para angariar adesões⁷. Trata-se de uma das formas diretas de ameaça aos grupos dominados acerca da realização das intenções do grupo dominante.

Considerando essa estrutura de exercício do poder, denota-se que os atores de grupos dominantes são investidos de diferentes graus extensivos - de influência e mesmo de ingerência - sobre a determinação das condições de vida dos dominados, como, por exemplo, em áreas específicas como trabalho, educação, saúde, economia, política etc. Entretanto, para além das formas diversas de distribuição e compartilhamento do poder, configuram-se igualmente instâncias de contrapoder - por meio das quais atores e grupos sociais dominados podem se envolver em diversas formas de resistência, buscando o enfraquecimento do grupo dominante ou mesmo causar uma situação de vulnerabilidade deste. Em suma, em todo

⁷ Ministro diz que pode rever cortes na Educação se reforma passar. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6243549/ministro-diz-que-pode-rever-cortes-na-educacao-se-reforma-passar>, Acesso em 23 de Jun. 2019.

exercício de poder há a possibilidade, em diferentes graus, de exercício de contrapoder, o que configura uma relação não apenas de ação, mas de interação. Por fim, van Dijk (2008) sintetiza que:

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso. (VAN DIJK, 2008, p. 43)

Uma vez tendo discorrido, em síntese, sobre essas características fundamentais do exercício do poder - entre grupos sociais dominantes e dominados -, investiremos agora em uma breve exposição acerca de algumas formas de controle do discurso e reprodução discursiva: a fim de nos auxiliar no lançamento das bases necessárias à melhor fundamentação de uma noção considerada indispensável ao tratamento do nosso objeto, qual seja: a concepção de ideologia.

1.3.2 Controle e modos de produção e reprodução do discurso

Dentre as condições importantes para o exercício do controle social por meio do discurso, van Dijk (2008) situa o papel do controle e produção do próprio discurso. Destaca que uma característica desse controle é que quanto menos poderosa seja a pessoa, menor será o seu acesso às várias formas de escrita e fala, tais como crianças, prisioneiros, réus (e em algumas culturas, incluindo alguns grupos sociais da cultura brasileira, as mulheres): estes são, modo geral, silenciados quando pessoas mais poderosas têm algo decisivo ou mais importante a dizer (VAN DIJK, 2008, p. 44). Com efeito, a maior parte das pessoas, ainda que na qualidade de agentes ou falantes, figura - na prática discursiva - como soezes receptores dos discursos formais, públicos ou impressos, (dentre os quais, os da grande mídia). Apenas em algumas circunstâncias especiais, a maior parte das pessoas exercerá acesso e interação ativos em conversas com familiares, amigos e, principalmente, colegas de trabalho e agentes administrativos ou organizacionais.

O controle ou o acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso, cabe aos grupos mais poderosos. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatórios, livros, instruções, histórias e vários outros discursos inseridos igualmente nos meios de comunicação de massa (VAN DIJK, 2008).

Importante também ressaltar que a relação entre discurso e poder se torna próxima, segundo o autor, na medida em que “o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás dos’ discursos”; constituindo, assim, “uma manifestação bem direta do poder da classe, do grupo ou da instituição, assim como da posição ou status relativos de seus membros” (VAN DIJK, 2008, p. 44).

De modo próximo a isso, Jessé Souza (2017) nos indica que o acesso privilegiado aos capitais econômicos e culturais constitui a origem de toda a desigualdade social, separando aqueles que o possuem daqueles que são completamente excluídos da possibilidade de seu acesso. Ainda segundo o autor, o acesso diferenciado a esses capitais tanto perspectiva a compreensão da classificação dos sujeitos em determinada classe social, quanto representa privilégio determinante para a reprodução da classe social dominante.

Van Dijk especificará ainda mais o poder dos grupos dominantes, na perspectiva de que é “exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado e irrestrito aos vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 44). Se esses grupos dominantes controlam o acesso tanto aos capitais culturais e econômicos quanto aos diferentes gêneros, conteúdos e estilos de discurso, eles também controlam os seus vários modos de distribuição - especialmente nos meios de comunicação de massa. “Por conseguinte, também controlam, ao menos parcialmente, os mecanismos para exercer influência sobre a escrita e a fala pública” (VAN DIJK, 2008, p. 45).

Em referência a Bourdieu e Passeron (1977), van Dijk nos aponta ainda que, ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas exercem o poder também com base no capital simbólico (VAN DIJK, 2008). Essa elite simbólica, constituída por grandes jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos têm um poder relativo - tanto sobre a articulação da informação que será veiculada (determinar o gênero do discurso, os tópicos mais relevantes e sua forma de exposição etc.), quanto sobre o seu modo de influência: podendo induzir a agenda da discussão pública, controlar a quantidade e o tipo da informação, principalmente quanto a quem e de que forma deve ganhar destaques publicamente: “eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (VAN DIJK, 2008, p.46).

Em suma, são essas elites responsáveis pelo desempenho de uma função fundamental, para o exercício e a manutenção do poder em nossas atuais sociedades da informação: na medida em que produzem a sustentação a um imprescindível aparato ideológico, estrategicamente por meio do controle da informação e de seus principais meios de veiculação.

Como a maior parte das elites simbólicas é controlada pelo Estado ou por grandes empresas e grupos econômicos, sua capacidade de articulação, contida nas propriedades de seu discurso, também apresenta limitações. No entanto, van Dijk afirma que, com exceção de alguns grupos de romancistas, acadêmicos, “a voz da elite é, frequentemente, a voz do patrão empresarial ou institucional. Os interesses ou as ideologias das elites não são, em geral, fundamentalmente diferentes dos interesses e das ideologias dos que pagam seus salários ou lhes dão apoio” (VAN DIJK, 2008, p. 46). Nesse ponto, van Dijk e Marx se aproximam, pois para este: “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX, 2007, p. 47).

1.3.3 Ideologia e estruturas ideológicas do discurso político – EID

Determinados por cognições e valores sócio-historicamente compartilhados, os discursos constituem-se, conforme vimos, como meio essencial de produção e reprodução de conhecimentos, crenças, valores, representações, comportamentos e também ideologias. Diante disso, nesse ponto, torna-se necessário um breve estudo acerca de como as ideologias condicionam a estruturação discursiva. Por fim abordaremos propriamente à análise das Estruturas Ideológicas do Discurso Político – EIDP, como algo fundamental à compreensão de nosso objeto.

Obviamente, foge ao escopo desta pesquisa uma investigação mais profunda acerca das diversas noções que o termo ideologia adquiriu historicamente. Interessa-nos antes compreender como as cognições coletivas podem pontualmente influenciar as construções sociais da realidade e qual o índice de sua influência no âmbito discursivo: sobre as determinações das práticas sociais e concretas dos sujeitos, bem como a respeito da (trans)formação de suas próprias estruturas societais.

A privação do conhecimento sobre a relação entre esta mediação cognitiva e as estruturas e processos sociais - especificamente na estruturação dos discursos políticos - dificulta uma melhor compreensão acerca das estratégias e dos processos de (re)produção das ideologias. Notadamente na validação dos controles simbólicos de classe, ordem e posição social, van Dijk (2008) percebe que a maior parte do poder discursivo presente em nossas sociedades tem relação com modos persuasivos específicos, além do essencial controle sobre a produção e a distribuição de bens e recursos. Refere-se, sob esse aspecto, sobretudo àqueles discursos que são massivamente mediados e realizados como disposição a controles simbólicos: para a manutenção de influências decisivas e compositivas sobre a mentalidade social dos sujeitos.

Na prática, como componente importante do exercício e manutenção do poder, o fator ideológico, presente no reconhecimento e na autenticação do controle exercido sobre os mais fracos no domínio socioeconômico, baseia-se em variados tipos de aceitação, contestação, negociação e consenso - imantados e habilitados em diferentes níveis discursivos. Desse modo, questionamos que papel exerce esse fator - ideológico - na específica reprodução das formas hegemônicas do poder político?

Interessa-nos compreender as principais configurações de sentido tomadas na diacronia do fenômeno da ideologia a fim de compreendermos algumas categorias comuns às suas diferentes acepções evolutivas. O sociólogo, John B. Thompson (2011) tentaria desenvolver uma sistematização acerca do fenômeno ideológico devido a profusão de concepções que lhe foram atribuído.

Para o autor, A “ciência das ideias” ou simplesmente *idéologie*, tal como designara o filósofo francês Destutt de Tracy em 1796 representa um esforço intelectual, de fundamento iluminista, na tentativa de descrever seu projeto de uma nova ciência voltada à análise profunda e sistemática das ideias e sensações, assim como da sua geração, combinação e consequências. Postulava a impossibilidade de apreensão dos objetos do mundo de forma direta, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que esses objetos nos suscitam. (THOMPSON, 2011).

Então, se todo o conhecimento científico consiste em uma combinação de ideias, logo uma ciência que lograsse a sistematização das sensações e das ideias geradas por elas se constituiria, genealogicamente, na “primeira ciência”. De Tracy presenciaria o primeiro

aproveitamento político do termo por meio da perseguição de Napoleão Bonaparte aos chamados *idéologues*. Tal como se repetiria por décadas posteriores em torno de termos expiatórios como comunismo e suas derivações e atualizações, Napoleão buscava, com isso, combater o rápido enfraquecimento de seu império, atribuindo aos ideólogos a sua ruína política:

À medida que a posição de Napoleão se enfraquecia tanto em casa como fora, seus ataques contra a ideologia se tornavam mais forte e veementes. Praticamente todos os tipos de pensamento religioso, ou político, foram condenados como ideologia. O próprio termo se tornou uma arma nas mãos de um imperador, lutando desesperadamente para silenciar seus oponentes e sustentar um regime em destruição (THOMPSON, 2011p. 47).

Karl Marx, em *A ideologia alemã*, (KARL MARX, 1845-1846, apud NETTO, 1995), sistematizaria uma primeira conceituação mais sofisticada acerca do termo: na medida em que os antagonismos fundamentais da ordem burguesa aparecem no plano político das ideias e das instituições, as ideologias seguem respondendo por “elaborações ideais que não se reconhecem como produto de condições sócio-históricas determinadas”. Ou seja, apresentam-se e são percebidas como uma espécie de “expressão absoluta, incontestada e atemporal do mundo” (KARL MARX, 1845-1846, apud NETTO, 1995, Aula 3, DVD 1, min. 19 ao 25)

Disso resulta uma compreensão crítico-negativa, segundo a qual o ideólogo não agiria deliberadamente na produção de uma leitura unidimensional do objeto ou da realidade social. Ele é, antes, vítima de seus próprios limites analíticos, ignorando, pois, os interesses que defende e/ou expressa. Thompson (2011), classificaria essa concepção de ideologia na obra de Marx e Engels como concepção polêmica: “ideologia, nesse sentido, é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 50-54).

O próprio Marx, ainda em *A ideologia alemã* (1845-1846) e mais claramente sistematizada no prefácio a *Uma contribuição à crítica da economia política* (1859), iniciaria uma ressemantização do termo ideologia, apontando que os ideólogos teriam então passado a deliberadamente justificar a superestrutura de controle dos meios de produção social, de modo

a, doravante, contribuirão conscientemente em grandes processos de mistificação histórica⁸ (NETTO, 1995).

Tomada nesse sentido, enquanto dependente e derivada das condições econômicas de produção da vida social e da dinâmica das relações de classe inseridas nessas condições, Thompson (2011) designaria esse sentido tomado pela ideologia de concepção epifenomênica. O autor identificaria ainda um terceiro sentido em torno do fenômeno ideológico nas obras de Marx e Engels. Neste sentido, o qual a concepção de ideologia em van Dijk se apoia de forma mais consistente: a chamada concepção latente, com certo grau de autonomia e eficácia, interpela simbolicamente as representações mentais dos atores sociais tais como símbolos, slogans, costumes e tradições com vistas ao desvio da busca coletiva pela mudança social (THOMPSON, 2011).

Note-se que é bastante conhecida a discussão marxista em torno da ideologia como falsa consciência⁹, segundo o que a ideologia representativa de um determinado período histórico costuma ser a própria ideologia dos grupos dominantes: que controlam os meios de produção material e, por extensão, também de reprodução das ideias (MARX, 1845-1846). Disso resulta que as classes dominantes exercem o poder tanto de forma material quanto simbólica. Como consequência, os grupos dominados, expostos - em diversas faixas de frequência - aos meios de reprodução ideológica, desenvolveriam concepções absolutamente distorcidas acerca de suas próprias realidades e situações socioeconômicas: derivadas, então, do condicionamento ideológico a propósito da necessidade de perpetuação de sua submissão e (suposta) dependência dos grupos dominantes (VAN DIJK, 2008).

As práticas discursivas e as ideologias a elas estruturalmente associadas são, com frequência, adquiridas, exercidas e organizadas por instituições - tanto formais, como o Estado, a Igreja, os meios de comunicação, o aparato educacional, quanto por instituições informais, como a família (VAN DIJK, 2008). Instituições estas que, por meios simbólicos e coercitivos, dificultam a identificação dos interesses próprios dos grupos dominados. Uma vez incontestadas as concepções que os alienam como classe social, esses grupos dominados poderiam ser levados mais facilmente a agir contra os seus próprios interesses.

⁸ Ver também os estudos de György Lukács (1978), na obra *Para uma antologia do ser social*, desenvolverá uma sistematização e significação mais ampla acerca do conceito de ideologia - então como concepção de mundo, como sistema de valores, para além da própria estruturação mediada das ideias.

⁹ Esse entendimento que resulta da concepção polêmica de ideologia, retratada por meio da conhecida metáfora da imagem invertida na câmara escura, evoluiria para processos sociais deliberados de mistificações de objetos sócio-históricos.

Contrariamente, os grupos ou classes dominantes tendem a mascarar as suas ideologias (e, portanto, os interesses específicos que elas encobrem): como um sistema lógico, racional e necessário de valores, normas e objetivos - a serem admitidos como princípios gerais, universais e/ou naturais de organização da vida social e da própria humanidade. Veiculada dessa forma, “a reprodução ideológica incorpora a natureza de formação de consenso, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica” (VAN DIJK, 2008, p.47-8).

Portanto, van Dijk (2008) pondera que, apesar da variedade de posturas sobre o conceito de ideologia, alguns aspectos mais gerais tendem a integrar muitas dentre as percepções historicamente mais consagradas: tais como representação mental específica do mundo, de sua ordem e de sua cultura que, ao favorecer relações desiguais de poder, favorece também a materialização dos interesses de uns (dominantes) em detrimento dos de outros (dominados) - sempre e supostamente em nome de necessidades e/ou de imperativos considerados incontestáveis:

Pressupõe-se, em geral, que o termo refere-se à “consciência” de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, no qual subjazem as práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível) contra os dos demais (VAN DIJK, 2008, p. 47, grifo do autor).

John B. Thompson (2011), sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, proporá, por sua vez, uma teoria crítica da ideologia - algo destoante das principais respostas à herança ambígua do conceito e que geralmente implicam em “tentativas explícitas ou implícitas de retirar da ideologia seu sentido negativo e incorporá-la num conjunto de conceitos descritivos empregados pelas ciências sociais” (THOMPSON, 2011, p. 14). Ainda de acordo com o autor, tais concepções teriam criado o que ora se pode chamar de uma concepção neutra da ideologia. Desse modo, ele traz novamente ao cerne do debate o sentido crítico-negativo da ideologia, notadamente no que corresponde à série de problemas referentes às inter-relações entre sentido (significado) e poder:

O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas - que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é, portanto, *sentido a serviço do poder* (THOMPSON, 2011, p. 16, grifo do autor).

Thompson (2011) indicará ainda algumas outras exigências para a investigação da ideologia a pretexto da dominação como, por exemplo, o estudo das intenções das construções

de sentidos - desde falas cotidianas a textos complexos - e sobre o modo como formas simbólicas, de vários tipos, participam e se utilizam dessas construções. Ainda segundo ele, deve haver a investigação dos contextos sociais dentro dos quais as formas simbólicas são ideologicamente empregadas e articuladas. Contudo, o que verdadeiramente distinguiria o estudo da ideologia do estudo de outros objetos ou realidades sociais seria a sua terceira exigência fundamental: a propósito de “se” e “como”, em contextos específicos, as formas simbólicas mobilizam a formação de sentidos - para estabelecer e sustentar relações de dominação. Para tanto, há a necessidade de que nos questionemos “se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 2011, p. 16).

Em consonância a isso, van Dijk (2008) defenderá que todas as ideologias (incluindo as científicas) englobam (re)construções mentais, ou melhor, cognitivas, a pretexto das possíveis leituras e (res)significações da realidade social. Portanto, por este caminho, devemos partir do pressuposto de que a ideologia em si não se confunde com as instituições sociais propriamente ditas e que, ao revés disso, as suas práticas - por suas estruturas e estratégias cognitivas complexas - (re)criam, mantêm e transformam, sobre tais instituições e seus significados, as mais variadas representações mentais: de modo a corroborarem ao favorecimento dinâmico e indefinido dos interesses dominantes. Trata-se de práticas que, inegavelmente, desempenham papel importante na expressão, no exercício e na reprodução destas ideologias - mediante a propriedade de controlar outras cognições e representações sociais. Conforme van Dijk (2008):

Segundo essa análise, uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si, consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo (VAN DIJK, 2008, p. 48).

O nosso principal interesse nas formas mediante as quais as ideologias se inserem nas estruturas discursivas reside justamente no papel fundamental desempenhado por elas no controle de outras estruturas cognitivas e representações sociais: capazes de mobilizar afetos poderosos, tais como o medo e o ódio¹⁰. Estes afetos, por sua vez, podem servir não apenas

¹⁰ Vimos sobejar, nas últimas eleições, inúmeros casos de ódio, medo e violência - acirrados por motivos inegavelmente ideológicos. Um levantamento inédito realizado pela agência de jornalismo investigativo *Pública*

como (con)formação de consensos, mas também como instigantes dispositivos de violência e repressão - tanto física quanto simbólica -, na condição de serem programaticamente manipulados e manoteados por grupos sociais específicos¹¹.

Ao se distinguirem dos sistemas de crenças ou opiniões individuais, as cognições sociais ideológicas se identificam com as representações sociais¹² de formações ou

em parceria com a Open Knowledge Brasil revelou ao menos 70 ataques, em apenas dez dias, durante o período eleitoral, por motivações políticas no país. A reportagem responsabiliza as declarações do candidato que lidera a campanha para a presidência do Brasil, Jair Bolsonaro “que incitam a violência contra mulheres, LGBTs, negros e índios”. Nesse período eleitoral, a violência policial também ecoou país a fora, disseminando agressões físicas e verbais em todas as regiões. O candidato alega lamentar, mas não ter “controle” sobre seus apoiadores. Dentre os casos, o estudo identificou 50 agressões cometidas por apoiadores do candidato, 15 indefinidas e, em apenas 6 casos, seus apoiadores foram vítimas das agressões.

¹¹Ver, por exemplo, o caso da vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle Franco, grande ativista dos direitos LGBTQIA+, dos movimentos feministas, da juventude e da periferia negra, assassinada junto com o seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, sem que os mandantes de suas mortes - executadas por milicianos - tenham sido ainda identificados. Outro caso de grande repercussão foi o assassinato com 12 facadas, por motivo torpe, do mestre de capoeira, compositor, dançarino, percussionista, artesão e militante do movimento negro da Bahia, Mestre Moa do Katendê. Também ganhou destaque nacional o estupro de uma jovem estudante negra, em uma universidade particular de Fortaleza, no Ceará, com possível motivação política. O jornal espanhol El País relatou este caso, em que a aluna já havia feito uma denúncia por racismo no dia 10 de outubro de 2018. Na ocasião, segundo declarou à polícia, ela foi abordada por um homem na entrada da Universidade de Fortaleza – Unifor, que teria lhe dito: “Aqui não é o seu lugar, aqui não é lugar de escravos e negros. Depois que Bolsonaro ganhar, a partir de primeiro de janeiro, nós vamos fazer uma limpa nessa universidade e tirar sua gente daqui. Aqui não é lugar de sua gente, não é espaço de vocês, sua macaca suja! Macaca, suja, eu sei o que vou fazer com você. Vou te colocar no seu lugar, lugar de escrava. E sabe o que a gente faz com escrava? A gente estupra”. Passados dois dias a estudante, de fato, viria a ser estuprada dentro da universidade. Cabe ressaltar ainda os diversos casos de desterro por ameaças de morte, por milícias digitais, a atores sociais e políticos que manifestaram desacordo a posicionamentos políticos de governos pós-impeachment, tais como o do professor universitário e Deputado Federal do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Jean Wyllys, e da antropóloga e professora da Universidade de Brasília – UNB, Débora Diniz, além da filósofa e escritora, Márcia Tiburi. O jornalismo livre e a liberdade de imprensa também foram alvo de ataques no episódio de incitação ao ódio promovido por Bolsonaro e seus eleitores contra o jornal Folha de São Paulo, pelo simples fato de o periódico haver publicado uma reportagem na qual apontava que empresários apoiadores do candidato bancaram, mediante caixa 2, o disparo em massa de mensagens falsas, pelo WhatsApp, contra o seu adversário político, o então candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores – PT, o que é vedado pela justiça eleitoral. Bolsonaro publicou a seguinte mensagem em seu Twitter oficial: *A mamata da folha de são paulo (sic) vai acabar, mas não é com censura não! O dinheiro público que recebem para fazer ativismo político vai secar, e mais, com sua credibilidade no ralo, com suas informações tendenciosas são menos sérias que uma revista de piada! (sic)*. O jornal espanhol El País relatou que a autora da reportagem, a jornalista Patrícia Campos Mello, que revelou o esquema de caixa dois e de fake news no WhatsApp - o que veio a motivar uma ação do candidato Fernando Haddad junto ao Superior Tribunal Eleitoral - “recebeu mais de 220.000 mensagens de todos os tipos de ameaças, de mais de 50.000 contatos no WhatsApp (...) Patrícia teve seu aplicativo hackeado e usado para disparar mensagens favoráveis a Bolsonaro, além de ter uma imagem falsa sua atrelada ao presidencial Fernando Haddad divulgada na internet. Apoiadores de Bolsonaro também convocaram eleitores do capitão reformado a confrontá-la pública e pessoalmente em um evento em 29 de outubro, em que a jornalista seria a mediadora”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/25/politica/1540421807_567942.html; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/mestre-de-capoeira-e-morto-com-facadas-apos-discussao-politica-na-bahia.shtml>; https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/politica/1540590970_937358.html; <https://www.valor.com.br/politica/6154835/marcia-tiburi-relata-ameacas-e-deixa-o-pais>. Acessado em: 30 ago. 2019.

instituições que proporcionam coerência ou estofo afetivo às atitudes coletivas dos sujeitos. Estes, por sua vez, tendem a se tornar dependentes de interesses exteriores ou das orquestrações em representação dos grupos dos quais se sentem participantes. Tais grupos ideológicos ou sociais, segundo a terminologia da Teoria das Representações Sociais, correspondem à “congregação de pessoas reunidas por motivos sociais, políticos em direção à defesa dos interesses desse grupo” (IRINEU, 2011, p. 93). Ainda segundo o autor:

No que se refere às questões identitárias inerentes à constituição das RS - representações sociais - como construtos ideológicos, os membros que formam referidos grupos são movidos por sentimentos de pertencimento às congregações a que se filiam, haja vista que um conjunto de pessoas constitui um grupo se, e somente se, como coletividade, compartilharem RS - representações sociais -, já que, para os membros, significa parte de sua identidade pessoal poder estar associados a uma identidade maior. Essa identidade do grupo, em si, permite que tais membros compartilhem crenças, ideias, opiniões e atitudes com relação aos objetos do mundo - enquanto potenciais objetos de representação de si (IRINEU, 2011, p. 93).

É importante ressaltar que, apesar de sua complexidade, a formação da estrutura sociocognitiva fundamental da ideologia precisa - ao menos - de uma base de crenças comuns e discursivamente estabelecidas (sejam estas verdadeiras ou falsas). Sobretudo no caso de grupos e instituições poderosas, esta prática social ideológica é considerada essencial - por se mostrar capaz de compaginar e administrar, diversos sujeitos, vontades e identidades: em torno de crenças e valores comuns (ROLOFF; BERGER, 1982, apud VAN DIJK, 2008, p. 49).

É também por meio dos constructos ideológicos que as elites simbólicas e econômicas (através da dominação e da imantação de seus discursos) determinam basicamente os conteúdos e a organização do conhecimento público - além da hierarquização de crenças, procedimentos e da amplitude de consensos que, por sua vez, são fatores poderosos na formação e na reprodução de opiniões, atitudes e comportamentos (BURTON; CARLEN, 1979, apud VAN DIJK, 2008, p. 50).

Por exemplo, as categorias e as temáticas elencadas pela maioria dos discursos de justificação dos parlamentares na sessão plenária em estudo - tais como uma visão particularmente conservadora sobre família, religião, moral e bons costumes - tanto podem organizar as crenças dos grupos ideológicos já formados, como podem criar novas

¹² Van Dijk (2017a, p. 246) entenderá genericamente o conceito enquanto “crenças compartilhadas socialmente de forma mais estável, permanente e geral, às vezes chamadas de ‘representações sociais’ (Augustinos e Walker, 1995; Moscovici, 2001)”.

representações: em indivíduos que passarão a se identificar com esses grupos, podendo tornarem-se parte deles. Por outro lado, membros destes grupos ideológicos também podem abandoná-los, devido a choques entre os valores simbólicos alimentados pelas elites e as suas experiências e interesses particulares - perfazendo-se, assim, uma mútua permeabilidade entre membros e não-membros.

No entanto, as manifestações discursivas dos membros destes grupos ideológicos desvelam-se, ora explicitamente ora de modo inferencial, por estruturas e padrões linguístico-temáticos os quais denunciam percucientes e recalcitrantes representações mentais: construídas em torno de amálgamas sociais muito cerrados - de conhecimentos, experiências e interesses dominantes e bastante conservadores; organizados por valores, crenças e símbolos compartilhados e armazenados ao fideicomisso de sentimentos e identidades elitistas, de ódio e alienação social. A essas estruturas linguístico-discursivas, van Dijk (2003) intitularia de estruturas ideológicas do discurso - EID, na tentativa teórica de articulação de uma teoria interdisciplinar da ideologia enquanto prática discursiva - notadamente no âmbito das atualizações da dominação política e da alienação social.

Por uma perspectiva dialética, entendemos estas EID como expressões empírico-fenomênicas por meio das quais se torna possível operar abstrações - na tentativa de (re)construção contínua do movimento ideal dos pensamentos, comportamentos, identidades e opiniões dos sujeitos. Nesse sentido, as estruturações ideológico-discursivas sucedem-se em torno do desvelamento de determinações sociais que lhes sejam - aos sujeitos, agentes sociais - constitutivas de seus modos e comportamentos de vida. Por meio da análise dessas estruturas, persegue-se a indicação de um conjunto de mediações ou símbolos que atribuem tonalidades concretas aos grupos - em órbita às suas estruturações cognitivas e representações sociais.

De forma semelhante, a partir das marcas linguístico-discursivas dos grupos, é possível identificarmos estruturas cognitivas em formação às suas crenças, valores, identidades e condutas - as quais, inter-relacionando-se, indicam caminhos que podem levar à formação de uma estrutura ideológica fundamental: eficiente em controlar e organizar as vontades e as postulações mais gerais dos grupos. Em suma, esses sinais podem contribuir para identificarmos mecanismos de produção e reprodução de crenças e ideologias presentes nos discursos dos grupos.

De acordo com Irineu (2011, p. 98), o modelo de análise linguístico-discursiva proposto por van Dijk (2008) admite a abordagem das manifestações ideológicas tanto em micronível de análise textual quanto no macronível das interrelações entre grupos e instituições: algo que, de modo explícito ou por inferência, acaba por revelar as ideologias insertadas em diversas situações e práticas discursivas - individuadas precisamente por meio da análise das EID. Com forte orientação textual, essa proposta de análise perpassa “desde aspectos fonológicos até o nível da semântica e da estilística, com forte inclinação para aspectos de análise estritamente discursiva, como a investigação das situações de produção contextuais” (IRINEU, 2011, p. 98).

O autor (2011) apresenta ainda - de forma objetiva e sucinta - as principais categorias de análise desta proposta de investigação, tanto em micronível de análise textual quanto em macronível de investigação contextual da produção discursiva. Tendo em conta que van Dijk (2008) considera que três componentes principais definem o discurso - a forma, o significado e um terceiro (que referencia a dimensão social tais como saber, ação e interação) -, listamos as categorias desta proposta de análise da seguinte maneira:

1. Aspectos de forma:
 - a. De ordem morfológica - seleção e apresentação de expressões e termos potencialmente mobilizadores de crenças que suscitem funções ideológicas;
 - b. De ordem sintática - relação sintática hierarquicamente intencional com vias a produções específicas de sentido na estruturação de orações e períodos.
2. Aspectos de significado:
 - a. De ordem semântica - significado conceitual, lexical, interseccional e referencial;
 - b. De ordem retórica - uso determinado de figuras como ironia, eufemismo, hipérbole e outros elementos para efeito pretendido.
3. Aspectos de contexto:
 - a. De ordem circunstancial - seleção e exposição de condições sociais específicas no discurso;
 - b. De ordem de pertencimento - referência aos papéis sociais assumidos pelos enunciadores e pelos outros no discurso, e sentimento de pertença a determinados grupos sociais.

1.3.4 Polarização ideológica de grupos discursivos e EID

Charaudeau descreve que, oscilando entre a ordem da razão e a da paixão, que mistura *logos*, *ethos* e *pathos*, a encenação do discurso político tenta responder à questão que supostamente se coloca o cidadão: “o que me leva a aderir a este ou àquele valor?” (CHARAUDEAU, 2005, p. 90). Para responde-la, o político lançará mão, fundamentalmente, de três estratégias:

1. A construção da imagem de si (*ethos*) par fins de credibilidade e sedução;
2. A forma de dramatização do ato de tomar a palavra, tal como o tipo de arquétipo narrativo adotado (*pathos*);
3. A escolha e o modo de apresentação dos valores que explicita o fundamento do projeto político (*logos*), mas que encobre as duas estratégias anteriores.

No contexto inicial colocado, isto é, da construção de uma imagem de si (e do outro), van Dijk (1995) afirma que a análise ideológica da linguagem e do discurso tem demandado grandes esforços a pesquisadores de áreas como a filosofia e as ciências humanas e sociais. No entanto, relata o autor (2015) que essas áreas ainda trazem uma concepção crítico-negativa do fenômeno, como uma “falsa consciência”, ou como vimos na terminologia exposta por Thompson como a concepção polêmica de ideologia. Distanciando-se desta, van Dijk guiará seus estudos sobre o tema, compreendendo-o enquanto:

Uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo, representando identidade de grupo, ações grupais e seus objetivos, normas e valores grupais, relações com outros grupos, e a presença ou ausência de recursos grupais. Tais ideologias representam interesses do grupo e são desenvolvidas por grupos a fim de organizar e controlar seu discurso e outras práticas sociais, que podem consistir em dominar ou resistir a outros grupos (VAN DIJK, 2015, p.53).

Para ele, as opiniões e as atitudes socialmente compartilhadas mais específicas em relação a temas sociais importantes como imigração, aborto, pena de morte, casamento entre pessoas gays ou mesmo crise econômica podem ser controladas por ideologias gerais tais como (anti)racismo, sexismo, feminismo, socialismo, neoliberalismo, pacifismo etc.

Por seu turno, as atitudes baseadas em ideologias podem controlar os modelos mentais subjetivos dos indivíduos pertencentes ao grupo, ou seja, as representações de experiências pessoais. Por fim, essas representações, ou modelos mentais, controlam o discurso e outras práticas sociais dos membros do grupo (VAN DIJK, 2015). Ademais, ainda para o autor, devido à necessidade de se ajustarem às muitas atitudes diferentes em domínios sociais

diferentes, as ideologias são, por definição, gerais e abstratas. Desse modo, “uma ideologia racista pode controlar atitudes sobre imigração, mas também sobre habitação, trabalho, educação ou cultura de imigrantes ou minorias” (VAN DIJK, 2008, p. 219).

Contudo, reforça o autor haver nesses esforços de pesquisadores sobre a análise ideológica da linguagem e do discurso o pressuposto fundamental de que leituras atentas e análises sistemáticas podem desvendar ideologias dos falantes ou escritores desde que esses usuários, explícita ou involuntariamente, assim as expressem. Assevera van Dijk (1995), que a teoria relacional entre discurso e ideologias subjacentes não está perto de ser totalmente explicitada. No entanto, desenvolve algumas suposições teóricas que as relacionam, discutindo questões que têm sido ignoradas nas práticas da análise do discurso ideológico

Uma importante suposição do autor responde pela não arbitrariedade da formulação do discurso ideológico¹³ Se assumirmos a noção de ideologia, conforme vimos em van Dijk (1995) anteriormente, ou mesmo conforme Thompson (2011, p.16), enquanto sentido a serviço do estabelecimento e sustentação de relações assimétricas de poder, ou seja, dominação, podemos assumir também, em consonância com van Dijk (2015), que algumas estruturas do discurso são mais típicas ou eficientes do que outras como expressão e reprodução persuasiva de atitudes e ideologias de grupos específicos.

Por exemplo, a natureza polarizada do discurso ideológico configura uma de suas qualidades mais representativas e gerais uma vez que reflete a própria estrutura polarizada subjacente das atitudes e ideologias sociais, isto é, a polarização entre “nós” e “eles”. Com efeito, van Dijk (2008) dará destaque a um mecanismo discursivo que ele intitulou de quadrado ideológico, isto é, uma estratégia “usual da polarização de um grupo discursivo (*des/enfatizar ou não as coisas boas/más Nossas/Deles*) encontrado em todos os discursos ideológicos” (VAN DIJK, 2008, p. 253, grifo nosso).

Van Dijk (2008) nos apresenta um trecho de um discurso manipulador¹⁴, no qual esta estratégia de silenciamento do outro por associação ao “inimigo” é utilizado pelo então

¹³ Cabe ressaltar que a não arbitrariedade da formulação do discurso ideológico não se confunde com a compreensão de Charaudeau e do próprio van Dijk acerca da existência de discursos ideológicos inconscientes. Ambos consideram que nem todos os processos, estruturas e estratégias que operam nos discursos ideológicos são conscientes, no entanto, aqueles construídos em nível de consciência consideram os potenciais persuasivos disponíveis.

¹⁴ “Trecho 1: Desde o início, eu digo que é correto que Casa dos Comuns debata esse assunto e o julgue. Esta é democracia a que temos direito, mas pela qual outros lutam em vão. Novamente, eu afirmo que não desrespeito as visões dos que se opõem à minha, esta é, de fato, uma escolha difícil, mas também é marcante: retirar as

Primeiro Ministro do Reino Unido, Tony Blair, quando buscava legitimar a decisão do seu governo em invadir o Iraque em apoio aos Estados Unidos. O autor apresenta esse caso como um clássico por estar ainda atraindo a atenção da imprensa e de analistas acadêmicos. Também o caracterizou como importante porque Tony Blair foi constantemente acusado de enganar os cidadãos britânicos sobre sua decisão até as eleições gerais seguintes, cerca de dois anos depois.

Neste exemplo podemos encontrar o dispositivo manipulador favorito nos discursos dos parlamentares brasileiros na sessão em análise. Por exemplo, neste trecho de discurso de Tony Blair, esta associação do outro com o “inimigo a ser derrotado” se processa a partir de uma clássica polarização ideológica entre nós (democracia – “a democracia a que temos direito”, pois desde o início esse grupo defendeu o debate) e eles (ditadura – Os liberais-democratas, unificados, como nunca, em oportunismo e erro). Construído dessa forma, esta oposição indica:

Politicamente assim que aqueles contrários à guerra poderiam ser acusados de apoiar Saddam Hussein – tentando, dessa forma, silenciar a oposição. Portanto, ir à guerra é uma forma de defender a democracia, um argumento – falacioso – implícito que é bastante comum na manipulação, a saber, associar os receptores com o inimigo e, assim, possivelmente como traidores (VAN DIJK, 2008, p. 257-9).

O autor (2008) identifica já nesse pequeno fragmento de discurso vários aspectos da manipulação de crenças sociais:

(a) Polarização ideológica (Nós/Democracia versus Eles/Ditadores; nacionalismo; apoio às tropas); (b) Auto-apresentação positiva por superioridade moral (permitindo debate, respeito pelas outras opiniões, lutando pela democracia; permanecendo firme etc.); (c) Ênfase em seu poder, apesar da oposição; (d) Descrédito dos oponentes, os liberais democratas como sendo oportunistas; (e) Argumentação com emoção (crenças ardentes). (VAN DIJK, 2008, p. 257-9).

Por fim, van Dijk (2008) confirma a função principal desta estrutura ideológica ao afirmar que, em resumo, trata-se de uma acusação implícita (por vezes explícitas, como em vários exemplos do nosso *corpus*) de serem menos patriotas, de não serem capazes de resistir à ditadura etc.

tropas britânicas neste momento e voltar atrás, ou permanecer firme no curso que estabelecemos. Eu acredito ardentemente que devemos permanecer firmes naquele curso. A pergunta mais colocada não é ‘Por que isso importa?’ mas sim ‘Por que isso importa tanto?’. Aqui estamos, o Governo, passando pelo seu mais sério teste, sua maioria em risco, a primeira renúncia do Gabinete sobre uma questão política, os principais partidos internamente divididos, pessoas que concordam sobre tudo o mais – [Membros Honrosos: ‘Os principais partidos?’] Ah, sim, claro. Os liberais-democratas, unificados, como nunca, em oportunismo e erro. [Interrupção]” (Ibid., p. 258)

A polarização ideológica pode afetar todas as estruturas variáveis em todos os níveis do discurso e de seus contextos comunicativos:

- quem tem a palavra em um debate ou conversação, • quem tem acesso ativo ou passivo ao discurso público, • tópicos gerais do discurso, • descrições de pessoas e suas ações e propriedades, • itens lexicais, • metáforas, • implicações e pressuposições, • argumentos, • estruturas narrativas, • operações (figuras) retóricas, tais como hipérboles e eufemismos, • imagens e fotos, e assim por diante (VAN DIJK, 2015, p. s56).

Em outros termos, as estruturas linguístico-discursivas podem desempenhar funções ideológicas fonológicas, gráficas, ordenatórias, sintáticas, semânticas, retóricas, pragmáticas, esquemáticas, interativas, entre outras. Nossa pesquisa focou atenção em uma estrutura sintática que, operando pragmaticamente por meio de mistificações e simplificações, que punha em prática elementos do quadrado ideológico citado por van Dijk (2008, p.253): que representa, por sua vez, uma ferramenta de produção da polarização ideológica.

As justificações dos votos parlamentares desta sessão plenária em destaque atraíram a atenção da imprensa nacional e internacional especialmente pelo sobressalto temático provocado pelo deslocamento da relevância do mérito a ser deliberado na sessão em direção ao exotismo dos temas elencados. O campo acadêmico também se notabilizou por ter dedicado diversas pesquisas, partindo desse caráter eminentemente atípico tomado pelas categorias temáticas, por análise de conteúdo ou categorial, que ocuparam o lugar da justificativa técnico-jurídica esperada: o crime de responsabilidade.¹⁵ No entanto, há ainda uma grande lacuna na produção de investigações que perscrutem estratégias, processos e estruturas linguístico-discursivas de persuasão ilegítima (manipulações ideológico-cognitivas) utilizadas pelos parlamentares para que a população aceitasse a troca do governo que havia escolhido.

Não é nossa pretensão trilharmos apenas o caminho das abordagens temáticas que, embora de grande relevância e mantendo ainda vasta possibilidade investigativa, deve nos ocupar em pesquisas futuras. Procuramos aqui, por outro lado, enfatizar estruturas formais (linguístico-discursivas) que em determinadas circunstâncias e contextos possibilitam a

¹⁵ Ver (DUARTE, 2017), (MARCOLIN et al., 2019), (OLIVEIRA, 2017), (LIMA, 2018), (FREITAS; CABRAL, 2017), (CORRÊA; SANTOS; NUNES, 2018), (PRANDI; CARNEIRO, 2018), (RODRIGUES, 2018), (PROCÓPIO, 2019), (LUZ; MESSIAS, 2016), (SOARES; RECUERO, 2018), (WERMUTH; NIELSSON, 2017), (ALMEIDA, 2017), (GOMES, 2017), (MACHADO; CARVALHO, 2016) entre outros.

construção de funcionalidades semânticas e pragmáticas constitutivas da estratégia global do discurso manipulador:

Em resumo, e em termos bastante informais, a estratégia global do discurso manipulador é se concentrar, discursivamente, nas características cognitivas e sociais do receptor, as quais o tornam mais vulnerável e menos resistente à manipulação e as quais também o tornam uma vítima mais crédula para aceitar crenças e fazer coisas que ele, de outra forma, não faria. É aqui que a condição essencial da dominação e da desigualdade desempenha um papel (VAN DIJK, 2008, p.257).

Ainda segundo o autor, “essas estratégias gerais do discurso manipulador” embora possam parecer predominantemente semânticas, isto é, focadas na manipulação do conteúdo do texto e da fala, “esses significados *preferidos* também podem ser enfatizados e desenfaturados pelas maneiras usuais” como, por exemplo, a manipulação da informação explícita *versus* a implicitude, (des)topicalização, significados locais mais ou menos precisos ou específicos, metáforas, lexicalização, figuras retóricas diversas como metáforas, hipérboles etc.

Em resumo, van Dijk reforça a necessidade de que “todas essas características do discurso de manipulação precisam ser examinadas com mais detalhes para que se possa verificar como são formuladas, como funcionam na escrita e na fala e como alcançam suas funções e efeitos contextuais” (VAN DIJK, 2008, p.257). Estas são estruturas textuais e contextuais que demonstram manobras não necessariamente conscientes ou monitoradas, mas intencionais: reveladoras de práticas ideológicas e construtoras/reprodutoras de específicas representações mentais. É por elas que nos guiamos para o tratamento dos dados fornecidos pelo nosso *corpus*.

Diga-se que, para efeitos desta pesquisa - em que pesem todos os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, retóricos e estratégicos de controle dos discursos, além dos aspectos contextuais que perfazem a proposta de análise textual de van Dijk (2008), nos deteremos mais às EID de ordem sintática (aspecto formal), de modo a destacar como esta estruturação formal (de composição textual das elocuições discursivas, em padrões recorrentes de períodos e orações) se relaciona com elementos de ordem semântica (aspecto de significado) e igualmente com elementos de ordem circunstancial e de pertencimento (aspecto de contexto). De fato, o recorrente padrão sintático assumido por um percentual incomum das falas do *corpus* nos chamou a atenção durante o acompanhamento ao vivo da sessão

parlamentar de 17 de abril de 2016, o que se confirmou na análise categorial que integra a etapa relativa à execução do procedimento metodológico de nossa pesquisa.

1.4 Interface cognitiva

Neste tópico, tentaremos investigar um percurso sociocognitivo baseado na fundamentação de que a eficácia da manipulação da cognição social, por meio do discurso político, depende da adequada presunção, por parte dos atores políticos, acerca das representações mentais dos destinatários dos discursos. A partir destas cognições presumidas, as EID poderiam mobilizar, em maior ou menor escala, estruturas efetivas e estados emocionais dos interlocutores, ou seja, de elementos cognitivos. Uma vez que tais afetos sejam mobilizados, esses indivíduos estarão mais propensos à realização de práticas sociais que correspondam a essas emoções do que à interpelação por estruturas lógico-rationais (VAN DIJK, 2008, p. 251).

Para esse intento, buscamos tratar, de modo mais específico, de algumas relações fundamentais entre o conceito de manipulação da cognição social nos estudos de van Dijk (2008, p. 233-263) e alguns modos de seleção e encenação de valores e sistemas de crenças, no discurso político, nos estudos de Patrick Charaudeau (2005). Mais especificamente, buscou-se compreender que mecanismos, estratégias e processos discursivos são frequentemente empregados por esse gênero discursivo com vias a lograr maior eficácia na sedução passional da opinião pública, em especial, como os conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, normas, valores e seus respectivos modos de encenação praticados pelos atores políticos, em suas falas, podem corresponder às representações mentais e arquétipos narrativos mais acessados pela opinião pública.

Considerando o objeto desta pesquisa, qual seja, a relação entre a manipulação ideológico-afetiva da cognição social e disputa de agendas econômicas por meio da análise dos pronunciamentos parlamentares favoráveis ao processo de impeachment em 2016 na sessão que deliberou pela admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta; adotamos a abordagem teórico-metodológica de triangulação em van Dijk (2008), ou seja, uma análise que relacione explicitamente estruturas discursivas e políticas, mediadas por uma interface cognitiva, por estarmos convencidos de que as determinações contidas neste objeto ultrapassam o âmbito puramente das estruturas discursivas. Elas adentram à esfera das propriedades das estruturas e processos do campo político.

No entanto, para van Dijk (2016, p. s8), não se é possível um relacionamento direto, prescindindo de uma interface cognitiva, entre as relações, dinâmicas e complexas, do micronível das estruturas interacionais do discurso político e o macronível das estruturas de interação entre grupos e instituições políticas. Ainda de acordo com o autor um estudo do discurso político apenas conquista relevância teórica e empírica quando as estruturas discursivas podem ser relacionadas às propriedades das estruturas e processos políticos. Esta relação, por seu turno, será mediada cognitivamente enquanto interface necessária à compreensão daquela relação.

O estudo crítico do discurso deve basear-se em uma teoria multidisciplinar que, de modo explícito, relacione estruturas discursivas com estruturas sociais para, assim, descrever e explicar como estruturas de poder e abuso de poder são discursivamente apresentadas e reproduzidas. A principal tese de uma contribuição sociocognitiva a essa teoria consiste no fato de que as relações entre discurso e sociedade são *cognitivamente mediadas* (VAN DIJK, 2016, p. s8, grifo nosso)

Para compreendermos melhor a motivação que levou os parlamentares que votaram favoravelmente ao impeachment a escolherem a tipologia de razões que fundamentou seus votos, precisamos compreender um pouco mais acerca das formas de processamento da informação política. A partir delas, entender por que determinada plataforma de processamento da informação, ou seja, a natureza informativa do que é veiculado nas falas políticas são preferidas ou preteridas em relação a outras. Para tanto, recorreremos aos estudos de van Dijk (2008) acerca da noção de cognição política assim como a algumas contribuições teóricas de Patrick Charaudeau (2005, 2007) acerca da relação entre afetos e representações sociais.

1.4.1 Cognição política

Segundo van Dijk (2008), a cognição política trata das representações mentais (individuais e coletivas) que as pessoas compartilham enquanto atores políticos. O nosso conhecimento e opiniões sobre instâncias da esfera política (políticos, partidos políticos, suas funções e interações, debates parlamentares, eleições, propaganda política, etc.) “são adquiridos, mudados, ou confirmados pelas várias formas de fala e escrita durante nossa socialização” (MERELMAN, 1986, apud VAN DIJK, 2008, p.197), pela educação formal, pelo uso midiático, e pela conversação.

De modo mais particular, o estudo da cognição política enfoca diversos aspectos do “processamento de informações políticas/da informação política”, tais como “a aquisição, os

usos e as estruturas de representações mentais sobre situações, eventos, atores e grupos políticos”. Ou ainda, trata de fenômenos “que lidam com as representações da memória e os processos mentais envolvidos na compreensão e interação políticas” (VAN DIJK, 2008, p. 201).

O autor (2008), grosso modo, parte da relação inicial entre, de um lado, uma dimensão social da cognição política, ou seja, as crenças partilhadas (representações políticas) e, de outro, uma dimensão pessoal, isto é, as crenças pessoais (modelos mentais) para, então, relacionar ambas as representações sociais e pessoais às estruturas discursivas.

1.4.1.1 Cognição política – Dimensão pessoal

Com efeito, van Dijk (2008) credita a formação da base cognitiva de todo discurso e interação individual aos chamados modelos mentais, ou seja, instanciações subjetivas de interpretação pessoal acerca de eventos e ações de que participa um determinado indivíduo durante sua socialização:

Modelos integram novas informações (por exemplo, compreensão de textos ou a observação de eventos), fragmentos de experiências prévias (modelos velhos), instanciações de informações pessoais mais gerais (conhecimento pessoal, personalidade, *self*), como também instanciações de informações socialmente compartilhadas (por exemplo, crenças de grupos, ou *scripts* de conhecimento cultural) (VAN DIJK, 2008, p. 204-5).

Em síntese, modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais de modo que o conhecimento social e político geral, ou seja, “as representações gerais e abstratas da memória social *são em primeiro lugar derivadas de nossas experiências pessoais e representadas em nossos modelos [individuais]*” (VAN DIJK, 2008, p. 205, grifo nosso). Daí decorre a relevância do destaque do autor:

Se os receptores leem ou escutam muitos discursos semelhantes de políticos ou da mídia e não têm informações alternativas concorrentes, tais modelos podem, por sua vez, serem generalizados para representações abstratas e socialmente partilhadas, sobre, por exemplo, os muçulmanos, as minorias, o povo inglês e a imigração, os preconceitos étnicos, e as ideologias nacionalistas ou racistas. (VAN DIJK, 2008, p. 207).

Desse modo, a compreensão discursiva passaria primeiramente por um complexo processo de decodificação e compreensão de palavras e sentenças e, finalmente, pela construção do nosso próprio modelo do que nos é dito ou escrito. Por exemplo, consideremos a declaração do Deputado Rodrigo de Castro do PSDB/MG: “Por um futuro melhor para a

nossa gente, precisamos reconstruir o País, arrasado pela quadrilha do PT. (...)” (BRASIL, 2016, p. 274).

Para compreendermos seu significado após todo processo de decodificação linguística, necessariamente precisamos construir nosso próprio modelo mental individual. Para isso, são acessados conhecimentos e opiniões disponíveis em nossa estrutura mental abstrata da memória, adquiridos previamente em todas as instâncias de nossa socialização (formação intersubjetiva, escolar, religiosa, familiar, midiática, jurídica, psicológica, afetiva etc.). Rapidamente diversas informações relativas a alguns desses campos são combinadas na formação de uma opinião construída sobre a base de critérios de verdade ou avaliativos.

Dito de outro modo, para avaliarmos a proposição do deputado, fragmentos de experiências prévias adquiridos durante nossa socialização e armazenados na nossa memória são combinados e processados, por exemplo, acerca das condições econômicas e sociopolíticas possibilitadoras de transformações qualitativas nas condições sociais gerais da população caso o grupo governista fosse substituído pelo grupo político apoiado pelo deputado e sua base partidária.

Do mesmo modo, outros modelos são construídos para avaliar se o Partido dos Trabalhadores constituiu efetivamente uma “quadrilha”; se teria mesmo “arrasado” o País ou se há elementos disponíveis na nossa memória para (des)confiar parcial ou totalmente das intenções explicitadas pelo deputado.

Caso concordemos com o discurso do parlamentar, estaremos aceitando o modelo construído por ele (e externalizado pela sua fala) enquanto essencialmente verdadeiro ou correto. Contrariamente, se os nossos modelos construídos para o processamento da fala do parlamentar oferecerem dados suficientes para discordância do que fora dito, “talvez construamos modelos alternativos de situação, dependendo, de novo, de nosso próprio conhecimento pessoal da situação corrente, bem como das avaliações e do conhecimento de grupo compartilhados” (VAN DIJK, 2008, p.207). Dito de outra maneira, se as informações e ações acessadas por determinado indivíduo “A” através da mídia, da família, de sua igreja, dos grupos de amizade etc. (ou ações sofridas por ele próprio) remeterem a pontos negativos nas relações sociais, tais como, assaltos, desemprego e violências diversas, ele terá maior probabilidade de construir um modelo pessoal no qual o País estaria, de fato, “arrasado”, concordando com parte significativa dos sentidos produzidos pela fala do deputado. Se

concordar com essa informação, rapidamente ele acessará dados em sua memória acerca do partido político responsabilizado na fala. Novamente, se sua representação individual sobre o PT reconstrói mentalmente mais informações ruins como corrupção, ditadura, comunismo etc., sua plataforma de critérios de verdade validará ambas as informações (o País está mesmo arrasado e a culpa é do PT) e sua plataforma de critérios avaliativos considerará o PT um partido ruim. Como cidadão brasileiro, ele é implicado diretamente na fala e torna-se um reproduzidor dessas informações.

1.4.1.2 Cognição política – Dimensão social

Van Dijk (2008, p. 214) assume que a memória social é constituída por conhecimentos, atitudes, ideologias, valores e normas e que a forma esquemática com que algumas dentre essas representações podem ser organizadas é que constitui a arquitetura global da mente social. Dentre essas componentes da memória social, há uma diferenciação relevante a ser feita inicialmente. Trata-se da natureza distintiva entre a noção de conhecimento e de opinião. van Dijk (2008) admite que o conhecimento se divide entre aqueles que são compartilhados entre grupos específicos e o conhecimento cultural geral. Este é geralmente pressuposto no discurso, não disputado, não controverso, essencializado, naturalizado e ensinado na socialização e na escola em dada sociedade e geralmente são nelas aceitos e chamados de conhecimento. Por outro lado, há tipos de conhecimento que são aceitos como verdadeiros apenas em grupos sociais específicos tais como grupos científicos, grupos profissionais, determinadas religiões etc. Não obstante, esse conhecimento pode ser contestado fora desses grupos:

Fora do grupo, contudo, tal conhecimento pode não ser chamado de ‘conhecimento’, mas de ‘crença’ ou ‘opinião’, isto é, crenças que não são consideradas verdadeiras de acordo com os critérios de verdade da cultura geral, ou aqueles de outros grupos (o que não significa que, de um ponto de vista abstrato e universal, tais crenças sejam falsas) (VAN DIJK, 2008, p. 215).

É importante notarmos que apesar de poderem ser (ou não ser) contestados fora de seus respectivos grupos, esses conhecimentos são processados ambos em suas bases de critérios de verdade (verdadeiro, falso, possível, impossível etc.). Por exemplo, os dados estatísticos sobre a violência contra a população negra nos subúrbios e favelas brasileiras podem ser recepcionados como verdadeiros e factuais entre membros de grupos de direitos humanos ou entre grupos diversos relacionados ou não a movimentos sociais, apesar de

poderem ser contestados de acordo com os critérios de verdade de grupos racistas ou ultraconservadores.

O atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou estar “convencido de que os dados de desmatamento são mentira” (NOVAES, 2019),¹⁶ referindo-se à divulgação de dados relativos ao aumento do desmatamento na Amazônia pelo órgão responsável pela medição via satélite do desmatamento das florestas brasileiras desde 1988, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – IMPE. Esses dados angariam prestígio e são aceitos dentro dos critérios de verdade de grupos associados à comunidade científica, não obstante serem considerados falsos pelo atual Presidente da República o que pode causar a mesma contestação por parte de outros membros de grupos políticos e sociais, aderentes à ideologia política do grupo governista.

O que distingue, para van Dijk (2008) esses tipos de conhecimento das representações chamadas opiniões está na natureza da plataforma de processamento da informação. Aqueles são considerados verdadeiros ou falsos por pessoas, grupos ou culturas inteiras conforme seus respectivos critérios de verdade sejam conhecimentos pessoais ou sociais. Todavia, há um “conjunto de crenças na memória social *que não são tratados em termos de critérios de verdade, mas são compartilhados na base de critérios avaliativos (bom vs. ruim etc.), a saber, as opiniões*”. Tais “crenças avaliativas são baseadas em normas e valores” e quando organizadas em estruturas maiores, essas opiniões sociais são tradicionalmente intituladas de atitudes (VAN DIJK, 2008, p. 216-219, grifo nosso). Por exemplo, atitudes partilhadas por grupos sobre o machismo ou o racismo normalmente consistem de mais de uma opinião.

Assim, opiniões que preconizam um papel subalternizado e submisso da esposa no modelo de família tradicional burguesa, geralmente de orientação ético-moral cristã; opiniões de concordância a uma faixa salarial mais baixa para a mulher em relação a do homem no mercado de trabalho justificada pelos meses de licença maternidade que juridicamente dispõe e que a funcionária poderia reivindicar; a discordância sobre dados estatísticos de espancamentos, estupros e assassinatos de mulheres no Brasil com justificativas de que as mulheres poderiam ter mentido, chantageado ou provocado situações podem, pois, fazer parte

¹⁶ NOVAES, Marina. “**Constrangimento**” com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe: Ricardo Galvão disse a jornalistas que sua permanência na direção do Instituto tornou-se “insustentável” diante do desgaste com o presidente, que chamou de falsos os dados sobre a destruição da Amazônia. 2019. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html>. Acesso em: 07 nov. 2019. Acessado em: 30 ago. 2019.

de atitudes sobre o machismo. Dada sua natureza avaliativa, essas opiniões e atitudes geralmente não atingem as propriedades dos conhecimentos de base comum, mas van Dijk (2008) adverte sobre a possibilidade de cada cultura possuir algumas opiniões incontestáveis, compartilhando as propriedades do conhecimento de base comum.

1.5 Manipulação cognitiva

1.5.1 Manipulação da cognição social e controle da mente

Acreditamos ser necessário estudarmos, ainda que de soslaio, a interação entre esses domínios do campo discursivo e político para um melhor entendimento sobre o fenômeno da dominação exercida sobre grupos sociais, mais especificamente de um dos métodos empregados, representado pela manipulação discursiva da cognição social, isto, é, dos conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, normas e valores de grupos sociais que, por sua vez, podem mobilizar seus medos, (des)esperanças, ódios sociais.

Para além dos muitos e diversos usos do termo manipulação, inclusive seu significado etimológico, van Dijk operará “com as formas ‘comunicativas’ ou ‘simbólicas’ de manipulação, como uma forma de interação, tal como os políticos ou a mídia manipulam seus eleitores e leitores, ou seja, através de algum tipo de influência discursiva” (VAN DIJK, 2008, p. 234). Antes de tratarmos da manipulação, *per si*, é importante situá-la dentro de um contexto mais geral que engloba outros fenômenos participantes da “mudança de mentalidade”, tais como, aprendizagem, persuasão, manipulação e doutrinação:

O controle da mente envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita ou da fala; envolve também o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham papel de mudança de mentalidade das pessoas (VAN DIJK, 2008, p. 20).

A importância de um tratamento científico mais aprofundado acerca desses complexos processos, estruturas e representações cognitivas podem nos guiar a uma descoberta e exposição de alguns mecanismos discursivos de controle da mente. Esses mecanismos podem deixar, nestes discursos, marcas constitutivas de suas estruturas, ou seja, categorias por meio das quais o pesquisador poderá recuperar suas determinações e mediações, compondo uma síntese da totalidade do processo. Essa descoberta poderia nos levar à compreensão de como discursos políticos tendenciosos podem levar à formação ou confirmação de preconceitos e estereótipos que, por sua vez, podem ser controlados pela formação de ideologias ou levar a elas.

Essas ideologias, mantendo o encadeamento de implicações, podem ser usadas na produção de novas falas e escritas tendenciosas em outros contextos que finalmente podem contribuir à reprodução discursiva destes preconceitos e estereótipos na sociedade, congregando, em torno deles grupos identitários que passam a fazer a defesa discursiva dos atores políticos que validam essas ideologias (VAN DIJK, 2008).

Não obstante a relevância de contribuições que propiciem maior entendimento dos processos e mecanismos de controle da mente, estas configurariam apenas um primeiro passo em direção a complexas relações que envolvem, por exemplo, a distribuição desses discursos na sociedade e a internalização, com eficácia de propósitos controladores, desses preconceitos e estereótipos nos contextos sociocognitivos dos sujeitos. No âmbito deste trabalho, abordamos apenas uma dessas formas, representada pelo fenômeno da manipulação discursiva.

Consideramos *a priori* que o discurso político desempenha uma das principais fontes conteudísticas de comunicação manipuladora de cognições e representações sociais, portadoras de preconceitos e estereótipos dentro do contexto nacional atual de grande interesse social por questões do mundo político¹⁷. Assim, van Dijk (2008) nos mostra que “o discurso manipulador ocorre tipicamente na comunicação pública controlada pela elite política, burocrática, jornalística, acadêmica e empresarial dominante” (VAN DIJK, 2008, p. 251).

Desse modo, se expandirmos nosso entendimento acerca do processo de funcionamento da manipulação discursiva a partir desses discursos, essa pesquisa poderá contribuir, também, para que investigações futuras possam aprofundar entendimentos acerca de como as contribuições da expansão do acesso à informação, por meio de mídias alternativas, celulares etc., podem atribuir ao cidadão uma ilusão de liberdade e diversidade. A exemplo dos estudos acerca da influência de processos de manipulação cognitiva em redes sociais por meio de notícias falsas – as chamadas *fake News* (CAMPOS, 2018)¹⁸ –, essas ilusões de liberdade e diversidade,

¹⁷ Conforme van Dijk (2016, 2008, 2011), Charaudeau (2005, 2016), Jessé Souza (2016, 2017, 2019), Milton Santos (2015), Darcy Ribeiro (2013), Noam Chomsky (2013) dentre outras fontes desta mesma pesquisa. Por exemplo, Charaudeau (2016, p. 69) dirá que os atores políticos usam de todas as estratégias possíveis (estratégias de manipulação) para persuadir e seduzir seus públicos.

¹⁸ Ver, por exemplo, ação movida no Superior Tribunal Eleitoral contra a campanha do então candidato à presidência da república Jair Bolsonaro foi distribuída na corte e terá como relator o ministro Jorge Mussi,

(...) por sua vez, podem ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos e que, por sua vez, produzem tal ilusão (VAN DIJK, 2008, p. 20-21).

Também é importante ressaltar que a manipulação será pressuposta como categoria típica de observação, por exemplo, de analistas críticos, e não necessariamente uma categoria dos participantes, pois poucos manipuladores reconheceriam seu próprio discurso como manipulador. Acrescentamos que também poderiam ser poucos os manipulados que se reconhecem enquanto tal. Compreendemos, baseados nisso, que essa observação reforça, por exemplo, a importância de uma pesquisa bibliográfica porquanto, segundo van Dijk (2008), métodos de explicitação de categorias de membros inviabilizaria uma pesquisa crítica na área.

Enquanto prática comunicativa e interacional, a manipulação consiste no exercício de controle sobre outras pessoas normalmente contra a vontade e interesse delas. No âmbito daquilo que van Dijk (2008) definiu enquanto uma forma de conhecimento cultural geral compartilhado entre muitos diferentes grupos na sociedade; conhecimento de base comum e que constitui o fundamento de toda a interação e comunicação na sociedade, no uso cotidiano, a manipulação figura como portadora de “associação negativa”. É considerada ruim porque viola as normas sociais (VAN DIJK, 2008).

Enquanto abuso de poder, ou seja, dominação, “a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso”. (VAN DIJK, 2008, p. 234). Nessa relação, os manipuladores conduzem os manipulados a acreditarem ou realizarem ações contrárias aos seus próprios interesses, mas favoráveis aos interesses dos manipuladores. Jessé Souza expressará alguns efeitos da manipulação assim como reforçará seu caráter ilegítimo:

A hegemonia cultural da elite do dinheiro é necessária posto que o interesse econômico de uma ínfima minoria, muito menor do que 1% da população, não teria por si só legitimidade, como nos golpes brasileiros, para assumir o controle total do Estado sem ter tido um voto. Não se pode dizer: pessoal, vocês são gentinha desqualificada e só servem para encher meu bolso! Não dá. É preciso inventar uma mentira bem-produzida e repetida por todos os jornais e televisões do país. Torna-se necessário fazer de conta que se trata de uma cruzada moral para o bem de todos. As elites do dinheiro de todo lugar e de todas as épocas aprenderam que não é possível assaltar o bolso e explorar o trabalho de todos sem fabricar uma razão convincente.

corregedor-geral eleitoral. Ainda antes das eleições uma reportagem da *Folha de São Paulo* mostrou que empresas pagaram, em contratos que chegariam a 12 milhões de reais, pelo envio em massa de conteúdos contra o candidato rival, Fernando Haddad, no WhatsApp o que representa doação de campanha por empresas e não declaradas. (CAMPOS, 2018) Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acessado em: 30 ago. 2019.

É essencial, portanto, inventar uma boa desculpa. Em bom português, é necessário fazer da maioria da população uma massa imbecilizada capaz de agir contra seus interesses mais diretos (SOUZA, 2016, p. 26 – 27).

Precisamos ainda atinarmos para não incorreremos no erro de reduzirmos as estruturas discursivas e as estratégias de manipulação a quaisquer outros discursos ideológicos pelo fato de a manipulação sócio-política normalmente apresentar caráter ideológico, assim como em razão de discursos manipuladores serem estruturados por padrões de polarização ideológica em todos os níveis de análise. van Dijk (2008) dirá que se é naturalmente possível haver discursos persuasivos, portanto, não manipuladores, como alguns debates parlamentares ou algumas discussões em jornal ou televisão. Por fim, o autor delinea traços característicos importantes para a identificação de discursos manipuladores:

Isto é, dada nossa análise dos contextos sociais e cognitivos do discurso manipulador, precisamos examinar as restrições específicas formuladas anteriormente, tais como a posição dominante do manipulador (por exemplo), a falta de conhecimento relevante dos receptores e a condição de que as consequências prováveis dos atos de manipulação sejam do interesse do grupo dominante e contra os interesses do grupo dominado, contribuindo assim para a (ilegítima) desigualdade social (VAN DIJK, 2008, p. 254).

Conquanto esta pesquisa tenha por foco a manipulação discursiva da cognição social, não é raro, do ponto de vista semiótico, a utilização de diversas formas e usos de mecanismos manipulativos, sobretudo, pelos meios de comunicação contemporâneos devido ao seu caráter multimodal como, por exemplo, o caso típico da publicidade.

Cabe ainda diferenciar o entendimento acerca de manipulação e de persuasão. Para van Dijk (2008) a diferença crucial se encontra em um maior ou menor nível de atividade ou passividade que se lhe é atribuído ao interlocutor. Na persuasão, opções são postas e argumentações, construídas. Eventualmente os mesmos elementos retóricos podem ser utilizados, pode-se privilegiar determinada opção em detrimento de outra ou outras, no entanto, há ao menos uma outra opção. Na manipulação, o interlocutor ocupa um lugar de vítima posto que não se lhe são dadas opções ou recursos para “entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das crenças e ações defendidas pelo manipulador” (VAN DIJK, 2008, p. 235).

Daí suas consequências negativas. “Esse pode ser especialmente o caso quando os receptores não têm o conhecimento específico do que poderia ser usado para resistir à manipulação.” (WODAK, 1987, apud VAN DIJK, 2008, p. 235). Muitos e diversos são os exemplos. van Dijk (2008) cita propagandas de governo ou midiáticas as quais conduzem o

cidadão comum a culpar os imigrantes por situações econômicas desfavoráveis como desemprego e não o rumo de políticas governamentais.

O semiologista francês, Patrick Charaudeau (2005), tem em comum com van Dijk (2008) o entendimento de que a manipulação é uma noção ainda imprecisa que pode ser empregada em diversos sentidos e que traz sempre uma acepção pejorativa. Em sentido *lato*, na pragmática do filósofo Ludwig Wittgenstein, todo enunciado é portador de um sentido implícito e por isso tem um efeito ilocutório o que poderia ser uma marca de manipulação uma vez que sempre faltaria alguma informação ao alocutário¹⁹. Desse modo, tanto um discurso persuasivo “positivo” (a defesa de uma causa nobre) quanto um outro o negativo (enganar o outro), influências próprias das relações sociais, se configurariam enquanto discursos manipuladores?

Charaudeau (2016) irá propor, em sua teoria discursiva, o conceito de “visada”, correspondente

À finalidade pragmática que todo ato de linguagem pressupõe, ou seja, ao tipo de influência que o comunicante pretende exercer sobre seu interlocutor. Pode ser apenas uma visada de informação, para ‘fazer-saber’, mas a visada de incitação é para ‘fazer-agir’ (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Desse modo, a manipulação derivaria da visada discursiva de incitação a agir, ou seja, quando se há a necessidade de um outro (sujeito, grupo ou instituição) para a realização de um projeto sem que se possa obriga-lo, fazendo com que este outro compartilhe de uma certa crença por meio de estratégias de persuasão ou sedução. No entanto, não haveria aí nada a ser repreensível, não justificando, portanto, seu sentido negativo.

Porém, tomado em sentido estrito, para além da incitação à produção de uma opinião ou a sua modificação, o autor considera o acréscimo de outras características, como por exemplo, (i) a ocultação das reais intenções ou projeto pelo manipulador ou mesmo seu mascaramento por um discurso contrário ou outro projeto ou intenção apresentado como favorável ao manipulado; (ii) o manipulador se favorecerá de uma posição de legitimidade ou

¹⁹ Filósofos da linguagem, como Ludwig Wittgenstein (1958), John Austin (1962) e John Searle (1981, 1984), procederam à análise dos atos de fala ou de discurso e verificaram que a linguagem não era apenas a representação do mundo, na medida em que ela cria mundos imaginários e reais, institucionalizando papéis sociais. Assim, a expressão “dizer é fazer” significa que o locutor, ao interagir com o alocutário, age sobre ele provocando alterações nos seus comportamentos, emoções e conhecimentos. J. Searle (1981, 1894) salienta a importância da intencionalidade e da convenção na produção e caracterização dos atos ilocutórios, pois, associada à função da força ilocutória, está a intenção com que o enunciado é produzido, isto é, o seu objetivo ilocutório (BARBEIRO, 2017, p. 41).

que lhe seja dada pela situação (por exemplo, posição intelectual, acesso a postos da alta burocracia estatal etc.) para impressionar o manipulado; (iii) a construção, pelo manipulador, de uma imagem para si de sedução ou ameaça que detenha potencial suficiente para a paralização (ou mobilização em seu favor) do manipulado; (iv) derivando da característica precedente, consiste na dramatização do discurso com o propósito de inquietação do público ou mesmo de aterrorizá-lo.

Assim,

(...) o manipulado, deixando-se persuadir ou seduzir por essas estratégias de falsas aparências, entra no jogo de persuasão do manipulador sem se dar conta. A manipulação é acompanhada, pois, de uma falsidade, pelo fato de que há uma relação entre um influenciador-manipulador que esconde sua intenção e um influenciado-manipulado que a ignora (CHARAUDEAU, 2016, p. 69).

Um instrumento para o emprego dessas estratégias é o recurso a argumentos de ordem moral ou afetiva (medo, ódio, compaixão, esperança, desespero) acompanhado geralmente por sanções potencialmente positivas (evocação da esperança de um futuro melhor) ou negativas (ameaças de desgraças futuras), o que inviabilizam uma reflexão por parte do manipulado, não sendo este necessariamente o caso de todo discurso de persuasão, já que alguns deles podem objetivar a tomada de posição do interlocutor apenas pela força dos argumentos.

Um último esforço, para propósitos deste trabalho, de distinção entre manipulação e persuasão só é possível se considerarmos certa indefinição de caráter contextual, pois a mesma mensagem pode ter uma influência manipulativa diferente devido a estados mentais específicos e circunstâncias diversas. Critérios de avaliação ética também podem variar conforme o investigador, de modo que os mesmos critérios de persuasão (comerciais, políticos ou religiosos) legítimos possam fazer os indivíduos se sentirem manipulados assim como analistas críticos podem considerar essas comunicações manipulativas. Por tudo exposto, provisoriamente o autor considerará que os “critérios cruciais são os que fazem as pessoas agirem contra sua total consciência e interesses, e que a manipulação serve aos interesses do manipulador” (VAN DIJK, 2008, p. 235).

1.5.2 Manipulação e sociedade

Até aqui, assumimos alguns entendimentos importantes. Reconhecemos o caráter transformador das formas de pensar e agir do discurso. Admitimos também a existência de

muitos meios para que o discurso opere essa função, tais como a persuasão, convencimento, doutrinação, manipulação etc. Reconhecemos algumas propriedades da manipulação em contraste com a persuasão por aquela envolver poder e dominação e que esta dominação, por sua vez, se desenvolver por meio do controle das crenças dos indivíduos o que indiretamente representa o controle de suas ações.

Uma vez que, até aqui, trabalhamos com o conceito de manipulação relacionado ao poder e ao controle, isto é, à dominação, focaremos na análise do macronível de controle entre grupos sociais e não em relações sociais individuais ainda que reconheçamos este micronível de análise também importantes para o exercício do controle social. Teremos por meta as formas de controle dos grupos, “em termos de pertença a grupos, posição institucional, profissão, recursos simbólicos ou materiais e outros fatores que definem o poder de grupos e de seus membros (VAN DIJK, 2008, p. 236)”.

Por este enfoque, um tópico de discussão necessário ao aprofundamento diz respeito ao acesso preferencial aos meios de comunicação de massa e aos discursos públicos. Para van Dijk (2008), este recurso escasso é compartilhado entre os membros das elites simbólicas como políticos, acadêmicos, jornalistas, escritores, professores e outros. Considerando-se que o acesso privilegiado não só depende do poder que determinados grupos já detêm pelo acesso lícito ou ilícito, como também constitui este próprio poder, o discurso público se configura como meio de reprodução social desse poder. Assim,

Por exemplo, os políticos também podem exercer seu poder através do discurso público, e através deste discurso, ao mesmo tempo, eles confirmam e reproduzem o seu poder político. O mesmo é verdadeiro para jornalistas e professores, em suas respectivas instituições – a mídia, as universidades etc. (VAN DIJK, 2008, p. 137).

Na tentativa de definição de algumas de suas propriedades, percebemos que a manipulação constitui uma, dentre diversas outras práticas sociais discursiva de grupos dominantes, que serve à reprodução do poder dos próprios grupos manipuladores que a praticam. Entretanto uma outra característica importante no que concerne a sua ilegitimidade decorre das características anteriores. Como assumimos que a manipulação age contrariamente aos interesses dos manipulados e em benefício dos manipuladores, e que também é realizado pelo acesso privilegiado a locais de poder com intuito de reprodução deste mesmo poder, logo,

(...) a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode (re)reproduzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos

e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos de suas consequências sociais (VAN DIJK, 2008, p. 239, destaque do autor).

Van Dijk (2008) ainda pontua alguns princípios normativos que fazem parte das formas de interação e comunicação legítimas, como algumas que figuram no código de ética profissional do jornalismo. Deve-se, portanto explicitar, nos discursos manipuladores, como os respectivos interesses dos grupos envolvidos são operados, identificando mecanismos semióticos que tornem a informação incompleta, tendenciosa ou deliberadamente falaciosa quando poderia ser “equilibrada, relativamente completa, imparcial, relevante e assim por diante” (VAN DIJK, 2008, p. 239).

Decorre daí, que não seria ilegítimo que os discursos dos grupos dominantes, por meio de seus meios de veiculação, apoiassem determinado candidato, por exemplo, desde que o fizessem em cumprimento aos princípios normativos para as contribuições conversacionais e interacionais que deveriam guiar essas contribuições. Em suma, “as questões envolvidas aqui pertencem à ética do discurso e, assim, são parte das fundações da Análise Crítica do Discurso. (VAN DIJK, 2008, p. 239).

Por um lado, só faz sentido falarmos de manipulação, de acordo com as propriedades sociais esboçadas até aqui, quando falante e escritores exercem essa forma de dominação enquanto membros de uma coletividade dominante, ou seja, em termos de um macronível de análise estrutural da sociedade (poder de grupos, instituições e organizações). Compreendida dessa forma, a manipulação “é uma forma discursiva de reprodução do poder da elite que é contra os melhores interesses dos grupos dominados e que (re)produz a desigualdade social” (VAN DIJK, 2008, p. 240).

1.5.3 O discurso político e as estratégias de produção de efeitos afetivos

Charaudeau (2005) acredita que temos dificuldade em aceitar que, em uma democracia, o povo vote menos em função de um programa político do que em razão de uma autoimagem fabricada pelo ator político seguida de algumas frases de efeito proferidas. Para ele, o comportamento das massas depende daquilo que as reúne sob grandes denominadores comuns: “discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional” (CHARAUDEAU, 2005, p. 78).

Se é verdade, para o autor, que o discurso político visa e pode atingir estruturas afetivas do seu receptor para seduzi-lo, esse discurso precisará, pois, satisfazer determinadas condições. Especificamente os efeitos emocionais buscados podem ser atingidos conforme o modo como se combinem três fatores de acordo com Charaudeau (2005, p. 90):

- (i) “a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.)”;
- (ii) “a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra”;
- (iii) “o posicionamento do interlocutor (ou do público) em relação aos universos de crença convocados e ao estado de espírito ao qual ele se encontra”.

Buscando por marcas linguísticas que apontem para estruturas ideológicas desse tipo de discurso, que possam encobrir as razões essenciais das falas, examinamos inicialmente, conforme orientação de Charaudeau (2005), a natureza das motivações que romperam a expectativa lógico-racional acerca da referida Sessão plenária, uma vez que conforme veremos em tópico posterior, o crime de responsabilidade constituía causa imprescindível à abertura do processo (WINK, 2017). Em tópicos posteriores, nos detivemos na análise da encenação discursiva, tanto na construção de sua narrativa específica quanto na investigação acerca das propriedades da estrutura linguístico-discursivo-ideológica escolhida para a encenação dos valores evocados.

1.5.4 A subjetivação da instância política

Charaudeau (2005) identificará a instância política situada entre o domínio do conceito e a esfera da “prática de política”. Dito de outra maneira, a instância política posiciona-se entre um campo de subjetivação idealizante que cria sistemas de valores e uma área de pragmatização baseada na experiência da relação com o outro para influenciá-lo. Esse lugar da subjetivação do conceito da instância política responde pelo entremeamento complexo e inextricável “entre afeto e racionalidade, histórias pessoais e coletivas, espaço público e privado, religião e política, sexo e poder”, “conforme afirmaram pensadores da política de Tocqueville a Foucault e Deleuze” (CHARAUDEAU, 2005, p. 84). Considerando esses pressupostos, as implicações concretas dessa subjetivação do conceito político se tornam ainda mais relevantes na medida em que, para o autor,

O que funda uma opinião política é de início uma pulsão que brota do fundo da história pessoal de cada um. É apenas em seguida que emerge uma racionalização que tende a justificar essa pulsão e a lhe dar uma razão social segundo uma moral da vida em sociedade que navega entre pragmatismo e utopia” (CHARAUDEAU, 2005, p. 84, grifo nosso).

Para o autor (2005), o processo de persuasão que, entre outros discursos e mecanismos, o discurso político opera – por meio da sedução, ameaça, aterrorização, visando à atrair um interlocutor ou auditório, isto é, “com recurso a universos de discursos impregnados de afeto” –, está condicionado à correspondência entre as emoções e as representações sociais. Essas representações, ideias ou imagens socialmente compartilhadas “são constituídas por uma mistura de julgamentos, opiniões e apreciações” e, por isso, “podem desencadear sensações ou comportamentos” em seus receptores quando correspondentes ao universo experiencial da sua sociabilidade individual (CHARAUDEAU, 2005, p. 89-90).

O universo dos afetos é, ele próprio, regulado “em razão da racionalização que é feita a *posteriori* e que o converte em universo socializado: ‘o *logos* está presente em qualquer experiência de emoção” (EGGS, 2000, apud CHARAUDEAU, 2005, p. 90). Daí decorre o fato de o discurso político operar escolhas demasiado peculiares quanto à seleção e ao modo de encenação dos valores e dos universos de crenças tematizados. A seleção dos valores e o tipo de exposição encenada serão úteis à sedução buscada pelo discurso político se corresponderem ao universo de crenças suscetíveis de tocar o público de modo positivo ou negativo. Por certo, há aqui o pressuposto de que o discurso político precisa fornecer uma causação legitimadora, isto é, razões socialmente aceitáveis para que se produza em seus receptores efeitos emocionais favoráveis ou contrários a determinados grupos sociais.

Partindo dos pressupostos de que a relação entre o sujeito e o objeto se faz mediante representações e que as emoções como a piedade e o ódio não são meramente o resultado de uma pulsão e nem se mede apenas como uma sensação de excitação, como um aumento de adrenalina, Charaudeau (2010) traça uma relação entre as estruturas do *pathos* e do discurso político²⁰. Para o autor, as emoções são antes percebidas nas representações dos sujeitos em relação aos objetos a que se dirigem ou tentam combater. Pelo fato de essas representações serem relativas às informações recebidas por meio da socialização do sujeito, das suas experiências adquiridas e dos valores a que esse sujeito atribui a esse objeto, para o autor,

²⁰ Sem a pretensão de aprofundar a discussão acerca da terminologia a ser empregada neste artigo, Charaudeau (2010) apenas nos indica que tratará os termos *sentimentos* e *emoções* indiferentemente um pelo outro apesar de reconhecer o primeiro mais ligado à ordem moral e o segundo relacionado à ordem do sensível.

pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças desses sujeitos (CHARAUDEAU, 2010).

Dado que o autor parte da hipótese de que as emoções se originam de uma racionalidade subjetiva, uma vez que surgem de um sujeito o qual se supõe dotado de intencionalidade, “estas crenças se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigido em forma de norma de referência” (CHARAUDEAU, 2010, p. 241). Assim essas crenças são dotadas de uma relação de desejabilidade de determinado grupo social, em acordo com sua experiência de sociabilidade e também por uma espécie de metadiscurso que revela seu posicionamento sobre o real. Desse modo, a variação da mediação representacional ocasiona a variação do efeito emocional. Por exemplo, a morte não tem um efeito patêmico constante em si mesma, mas este efeito varia de acordo com quem a vivencia: médico, soldado, parente, amigo, telespectador etc.

Charaudeau (2010) adverte que, na perspectiva da análise do discurso, o pesquisador deve estar alerta para que não confunda o efeito que pode ser produzido por um discurso em relação ao possível desencadeamento de um sentimento, por um lado, e, por outro, a própria emoção já sentida, já experimentada. Uma diferença fundamental entre ambos é que aquilo que é sentido nunca é refutável: “uma emoção sentida, se ela é autêntica, ocorre como um surgimento incontível e nenhum discurso nada pode diante disso. A razão não tem nenhum domínio sobre a emoção.” (CHARAUDEAU, 2010, p. 241-2). Entretanto, o mesmo não ocorre com o discurso que busca desencadeá-la por ser ele, por si só, refutável. Por exemplo, podemos advertir alguém que pare de se fazer de vítima, pois não conseguirá nos comover dessa forma. Da mesma maneira, podemos explicar ou até mesmo justificar a expressão de uma emoção que julgamos vergonhosa. Portanto, desfecha o autor, para entendermos o discurso político, precisamos adentrar ao campo de uma “retórica dos afetos” que remonta a obras de retóricos clássicos como Aristóteles pela qual “persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador” (CHARAUDEAU, 2010, p. 242).

Todavia a questão fundamental para os rumos da pesquisa consiste em entendermos se se é possível a expressão de emoções produzir traços discursivos identificáveis. Em se tratando de linguagem verbal, palavras como “cólera”, “horror”, “angústia”, “indignação” não provam a existência de emoções apesar de designarem estados emocionais. Esses estados

podem ser simulados, por exemplo. Do mesmo modo, palavras como “vítima”, “assassinato”, “crime”, “massacre” são apenas suscetíveis de expressarem medos, sofrimentos, horrores, mas não os produzem efetivamente. O autor notará, contudo, que o desencadeamento de estados emocionais a partir do discurso dependerá do contexto de produção, de quem os produz e de quem os recebe.

Com efeito, as transformações nas dimensões individual de modelo mentais e coletiva das representações socioculturalmente compartilhadas são processadas tipicamente na própria instância cognitiva. Esta instância coletiva e social, formada por conhecimentos, atitudes, crenças e ideologias compartilhadas socioculturalmente, por sua vez, controla os modelos mentais individuais dos atores políticos constituídos estes pelos seus conhecimentos individuais acerca de eventos sobre os quais se fala ou se escreve e, também, das próprias situações comunicativas (modelos de contexto) de interações específicas dos atores (VAN DIJK, 2016, p. s8).

Para o tratamento teórico do nosso objeto de pesquisa é substancialmente importante o fato de que tanto a instância das representações mentais individual quanto a instância social revelam alguns de seus traços e marcas constitutivos na estrutura discursiva da fala e da escrita políticos (VAN DIJK, 2008). Tal é o exemplo de estruturas discursivas que privilegiam polarizações entre nós e eles, sentimentos nacionalistas, sistemática representação negativa dos outros em termos de valores entre outras. Um outro exemplo trazido por van Dijk (2005) demonstra uma estratégia de generalização na qual um exemplo concreto que tenha tido forte impacto nos modelos mentais individuais passa a ser generalizado, dentro da estrutura do discurso político, para conhecimentos e atitudes mais gerais ou mesmo para ideologias fundamentais.

O exemplo recente mais espetacular é a manipulação da opinião mundial e dos Estados Unidos sobre o terrorismo depois do 11 de setembro, no qual modelos mentais bastante emocionais e fortemente opinativos que os cidadãos possuíam sobre esse evento foram generalizados para medos, atitudes e ideologias mais gerais e compartilhados acerca do terrorismo e das questões a ele relacionadas. (VAN DIJK, 2005, p. 247)

O autor considera este um caso genuíno de manipulação de massa porque não serve aos interesses dos cidadãos, como sugeriam os discursos, nos quais aventavam razões de proteção do cidadão para a tomada de medidas drásticas, mas que serviam a interesses não revelados como “o aumento do orçamento militar, legitimar a intervenção militar e aprovar

legislação que impõe severas restrições aos direitos civis e às liberdades (tal como o Patriotic Act)” (VAN DIJK, 2008, p. 247).

Em um outro exemplo trazido, van Dijk (2008) nos mostra a importância da manipulação, por meio do discurso, do modo como os receptores entendem um evento, uma ação ou um discurso, citando os casos do ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001 e o ataque a bomba do trem de passageiros na Espanha em 11 de março de 2004. Salienta que, na ocasião deste último, o governo espanhol, na figura de seu presidente e seu ministro do interior, apressou-se para associar, por meio de declarações, o ataque ao Euskadi Ta Askatasuna (ETA)²¹. A tentativa de manipulação da estrutura dos modelos mentais do evento, que respondia a uma intensificação da política anti-separatista do governo²², mostrou-se prejudicada porque, logo após o ataque, revelou-se rapidamente a autoria do ataque ao grupo *Al Qaeda*²³. A manipulação foi sentida pela população que votou contra o presidente nas eleições subsequentes.

Desse modo, formam-se duas maneiras de se relacionar o discurso político e a política essencialmente:

(a) Em um nível sociopolítico de descrição, processos e estruturas políticas são constituídos por eventos, interações e discursos situados de atores políticos em contextos políticos, e (b) em um nível sociocognitivo de descrição, representações políticas compartilhadas são relacionadas a representações individuais desses discursos, interações e contextos. Em outras palavras, a cognição política serve como interface teórica indispensável entre as dimensões pessoal e coletiva da política e do discurso político. (VAN DIJK, 2008 p. 199).

É, portanto, por meio desta perspectiva teórica, que buscamos abordar a problemática da manipulação discursiva de ideologias que organizam as representações mentais socialmente compartilhadas. Estas, por sua vez, por meio de uma de suas principais propriedades, qual seja, a qualidade para controlar os modelos mentais pessoais, controlam, por conseguinte, indiretamente todo o discurso (VAN DIJK, 2016, p. 58). É nessa base subjetiva dos modelos mentais pessoais da população que o discurso político atuará,

²¹ Grupo separatista basco que busca a restauração, pela via armada, da autonomia e independência do povo basco, perdida na Guerra Civil Espanhola de 1936 – 1939.

²² Acrescentamos que além da tentativa de favorecimento à política anti-separatista, outro objetivo do Governo Aznar, ao não reconhecer as provas que logo vieram à tona, era ocultar a relação entre o Al Qaeda e participação da Espanha na invasão do Iraque. Ver (GONZÁLEZ, 2014).

²³ Espanha - Mais forte aliado dos Estados Unidos e do Reino Unido. Prometeu o uso de suas bases da Otan para um ataque ao Iraque. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/guerranoiraque/0028.shtml>. Acessado em: 30 ago. 2019.

estimulando afetos construídos durante toda a socialização do sujeito, em especial aqueles de natureza moral, mobilizadores de medos e ódios sociais.

Uma vez mobilizados esses gatilhos afetivos, presumidos pelos atores políticos como correspondentes aos valores mais caros a sociedades marcadas sócio-historicamente pela violência de classe como a brasileira, portadora de marcas deixadas por mais de três séculos de escravidão (SOUZA, 2017), esses gatilhos afetivos podem ser associados discursivamente tanto a indivíduos específicos (à Dilma Rousseff e sua base partidária, por exemplo) quanto à todo grupo e social atrelado às ações da agenda social posta em funcionamento nos governos do PT.

Ou seja, o ódio de classe pode ser direcionado discursivamente tanto aos instituidores das políticas sociais do governo quanto aos grupos políticos que os apoiam. Dessa forma, podem ser criados populismos morais (CHARAUDEAU, 2005) que agem por meio de violência física e simbólica contra grupos políticos e sociais defensores de ações alinhadas à agenda petista, instituindo, assim, grupos sociais para repressão simbólica e física de outros grupos sociais cujas opiniões se alinhem a agendas defendidas pelos governos do PT.

Segundo Jessé Souza (2017, p.140),

O populismo, por sua vez, se disfarça de leitura crítica da manipulação das massas, aparentemente em favor de uma organização consciente das massas, por elas mesmas, assumindo o controle do próprio destino. A grande fraude aqui é esconder o principal: que as massas lutam com as armas dos mais frágeis, tendo toda a organização institucionalizada da violência simbólica e da violência física do Estado e do mercado contra elas. (SOUZA, 2017, p.140)

Dessa forma, esse processo de manipulação de massas pode atingir dois objetivos fundamentais: por um lado, satisfazer o âmbito da violência simbólica através de uma adesão ou arregimentação regressista por meio da identificação a valores morais e cívicos. Por outro lado, busca também alcançar o aumento de seu potencial repressivo, desta vez, com o auxílio de um exército civil moralizador. Desse duplo modo, pretende-se o estabelecimento de consensos, seja por adesão afetiva à manipulação ideológica de valores moralizantes como o combate à corrupção (SOUZA, 2016), seja pelo silenciamento repressivo dos dissidentes compostos principalmente por adeptos a manipulações ideológicas opostas e também a críticos de ambos os processos manipulativos.

Uma vez estabelecidos os objetivos (hegemonia cultural e repressão físico-simbólica), se operaria, não só a troca, mas a manutenção (conformação) do comando das instâncias de

controle social do estado e, conseqüentemente, de sua agenda econômica voltada para expatriação de riquezas nacionais.

Poder-se-ia, por exemplo, perceber a corrupção do Estado como efeito da captura do mesmo pela própria elite econômica que o usa para defender e aprofundar seus privilégios. Isso teria levado a uma conscientização coletiva dos desmandos de uma elite apenas interessada na perpetuação de seus privilégios (SOUZA, 2017, p. 130).

Busca-se a mudança de governo e estabelecimento de sua agenda econômica, porque assim que ela iniciasse o desmonte e entrega de bens nacionais (MARINGONI, 2018), aumentando a pobreza da população, o caminho de reversão seria automático, operando-se o retorno dos grupos políticos de oposição. A esse respeito, Jessé (2017) nos aponta o momento no qual as elites econômicas paulistanas, tendo perdido o controle do Estado, percebem a ineficiência a longo prazo do uso unilateral das políticas repressivas: “em vez da violência física, deveria entrar no seu lugar a violência simbólica como meio de garantir a sobrevivência e longevidade dos proprietários e seus privilégios” (SOUZA, 2017, p. 131).

Daí acreditarmos que uma abordagem sociocognitiva tal, como exposta em van Dijk (2008, 2011), pode nos oferecer suporte tanto teórico quanto metodológico para um melhor entendimento acerca deste método de manipulação de afetos pelo discurso utilizados para exercício desta dominação.

2. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

2.1 Enfoque epistemológico

Acreditamos ser necessário iniciarmos por uma concisa descrição das nossas opções técnicas, metodológicas, teóricas e epistemológicas, assim como dos pressupostos filosóficos que as fundamentam na tentativa de um maior esclarecimento acerca dos limites e implicações delas decorrentes para o entendimento de nossa trajetória e lógica interna de pesquisa.

Entendemos por técnica a expressão prática e instrumental do método que, por sua vez, pode ser entendido como uma teoria científica em processo de movimento e aplicação. Estas teorias constituem formas diversas de articulação de diferentes aspectos de um processo global na tentativa de elucidação e explanação de uma visão de conjunto (GAMBOA, 1995, p. 88).

A partir desses entendimentos, as escolhas de técnicas de observação, coleta, registro e tratamento dos dados assim como de procedimentos de recuperação de informações de determinado fenômeno implicam pressupostos técnico-científicos, tais como a concepção de método e ciência; pressupostos gnosiológicos associados às concepções epistemológicas que fundamentam a pesquisa – tais como concepções de sujeito e de objeto –, e pressupostos ontológicos que “se referem às categorias mais gerais como concepções do real, de mundo, de homem, de sociedade, de história etc.” (GAMBOA, 1995, p. 88), como as visões de mundo, implícitas em todos os processos cognitivos.

Entendemos que o enfoque epistemológico articula elementos como técnicas, instrumentos de coleta, tratamento e organização de dados e de informações de formas diferentes e em intensidades diversas. Essa articulação será a responsável pela construção de uma lógica de pesquisa. Entendemos também que a coleta, observação e tratamento dos dados obedece a essas articulações, guiadas pela escolha de cada enfoque epistemológico.

Por essa compreensão, conscientemente preterimos o enfoque epistemológico empírico-analítico, comumente conhecido como positivista e também os enfoques etnográficos e fenomenológicos. Aqueles por priorizarem técnicas quantitativas e instrumentos “objetivos”, experimentais, correlacionais e estatísticos, enfatizando o raciocínio hipotético-dedutivo para fins de não comprometimento do rigor científico e em busca da neutralidade axiológica. Segundo Gamboa (1995), o enfoque empírico-analítico também

rejeita o tratamento qualitativo, concebendo a pesquisa científica enquanto estática, em todos os campos do conhecimento, precisando apenas transpor os mecanismos historicamente testados nas ciências naturais para o objeto das ciências humanas. Nossa pesquisa também não se lastreará nos preceitos dos enfoques etnográficos e fenomenológicos, pois, apesar de destacarem

(...) os instrumentos e as técnicas que permitem a descrição densa de um fato, a recuperação do sentido, com base nas manifestações do fenômeno e na recuperação dos contextos de interpretação, em contrapartida, limitam a importância dos fatos qualitativos, pelo seu “reducionismo matemático”, embora os aceite apenas como indicadores que precisam ser interpretados à luz dos elementos qualitativos e intersubjetivos (GAMBOA, 1995, p. 100).

Tentamos operar a abordagem do objeto desta pesquisa por meio do método dialético-materialista que busca sintetizar as contradições que movem os diversos aspectos da produção do conhecimento. Síntese esta que constitui categoria basilar do próprio método. Estas polarizações “geralmente se apresentam entre as categorias da objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade, explicação e compreensão, registro rigoroso dos dados e interpretação etc.” (GAMBOA, 1995, p. 100).

Considerando a noção marxista de totalidade concreta, as condições materiais históricas mediatizam e modificam a relação entre os dois elementos fundamentais da relação cognitiva: o sujeito e o objeto. Será, pois, dentro deste todo – composto não por partes, mas por outros todos inter-relacionados –, que se explicita o pseudo dualismo entre esses elementos (GAMBOA, 1995). Podemos antever a noção de totalidade dentro daquilo que Thompson (1981) compreendeu enquanto objeto de investigação do materialismo histórico:

o materialismo histórico, que se propõe a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma História ‘setorial’ (...) mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação”(THOMPSON, 1981, p. 82).

Estamos considerando também o caráter dinâmico e mutável da categoria totalidade em consonância com Scherer (2016):

A visão de conjunto é sempre provisória, “cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas” (LUKÁCS, 2009, p. 59), ela nunca vai exaurir a realidade do objeto, pois esta é sempre mais complexa do que podemos dela apreender. Porém, devemos sempre nos esforçar para buscar a síntese para melhor compreender a realidade, pois será através da síntese (visão de conjunto) que poderemos desvendar a estrutura

significativa da realidade em determinada situação. Esta estrutura significativa que é denominada totalidade. (KONDER, 1983, p. 37-38). (SCHERER, 2016, p. 6).

Um dos motivos dessa opção é o caráter relacional do processo de produção do conhecimento (GAMBOA, 1995). Buscamos tanto na construção do nosso objeto de pesquisa quanto nos principais tópicos temáticos a abordagem relacional, negando a falsa dualidade entre sujeito e objeto que tenta “separar o inseparável”, ou melhor, os dois polos de uma mesma totalidade²⁴. Assim ao abordar a relação de exterioridade do discurso político, relacionado com os mecanismos de manipulação social patêmicos e com as interações dos agentes que buscam a reprodução do controle dos meios de produção material na sociedade brasileira (nossa expressão empírico-fenomenológica), não o fazemos prescindindo de um movimento do pensamento que, por meio de múltiplas abstrações, tentam retornar ao objeto saturadas de determinações o que lhe atribui o estatuto de concretude.

Inicialmente, adotar o método dialético em ECD parece contraditório por equivocadamente se considerar os ECD enquanto método. Van Dijk nos alerta para o fato de que os ECD, assim como as outras terminologias que essa transdisciplinar pode assumir, tais como Análise Crítica do Discurso, diferentemente do que se presume, especialmente nas ciências sociais, não constituem um método:

Não existe esse tipo de método. Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos de seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral. De fato, e pela mesma razão, também a *análise do discurso* em si não é um *método*; antes, constitui um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais (VAN DIJK, 2008, p. 10).

Partindo dessa compreensão, nos guiamos pelo método materialista-dialético enquanto teoria em ação, dispondo de diversas técnicas tanto de natureza quantitativa como a análise categorial quanto de natureza qualitativa como a análise de conteúdo e análise de processos e estruturas de contexto. Essas técnicas serão detalhadas em tópico específico.

2.2 Caracterização da pesquisa

2.2.1 O corpus de pesquisa

Para o estudo da relação entre a manipulação de afetos sociais e a disputa de agendas econômicas por meio da análise dos pronunciamentos parlamentares favoráveis ao processo de impeachment em 2016 na sessão que deliberou pela admissibilidade da denúncia de crime

²⁴ Referência à posição crítica de Hegel ao falso dualismo entre sujeito e objeto.

de responsabilidade contra a presidenta Dilma Rousseff, optamos por analisar o recorte discursivo dos 367 votos que ocasionaram a vitória da oposição política e, em decorrência a destituição do quarto governo petista sequencial no Brasil.

Embora os pronunciamentos dos votos contrários como golpe jurídico parlamentar (MASCARO, 2018) tenham potencial para revelar determinações importantes que pudessem eventualmente perfazer um percurso de mediações rumo a uma totalidade concreta sobre a relação a que nos propomos investigar, o que essencialmente nos levou a concentrar nossa atenção nesse recorte dos pronunciamentos foi a repercussão nacional em torno do estranhamento tanto dos meios de comunicação de massa nacionais (inclusive os apoiadores de primeira hora do impedimento, como as Organizações Globo) e internacionais quanto na literatura acadêmica especializada, conforme mostramos no decorrer da pesquisa, a qual passou a dispor de materialidade abundante para investigações em campos como ciência política, relações internacionais, ciências sociais, estudos das linguagens etc.

A escolha do *corpus* se deu por dois motivos fundamentalmente: impacto que programaticamente atingiu na sociedade brasileira, com transmissão dos maiores canais abertos em um domingo à tarde, após coberturas constantes durante dias daquela que veio a se tornar a sessão mais longa da história da Câmara dos deputados só foi comparável a sua inadequação temática ao expediente único do dia. Essa inadequação também gerou grande repercussão tanto na imprensa internacional como ainda vem mantendo impacto no universo científico

A opção pela análise do discurso político em detrimento do discurso das mídias partiu da compreensão de que os meios de comunicação de massa não criam discursos e ideologia, mas as articulam, legitimam-nas e as difundem junto à opinião pública, utilizando-se de todos os recursos persuasivos que dispõe, respondendo a interesses de grupos políticos e comerciais que, em contrapartida, a beneficia. Para o sociólogo Jessé Souza:

Afinal, a mídia não produz conhecimento. Ela apenas distribui e eventualmente, como no nosso caso, em um contexto de total desregulação do trabalho midiático, enfatiza alguns aspectos e encobre outros tantos de acordo com seus objetivos comerciais e políticos. Mas ninguém na mídia cria conhecimento. O prestígio do conhecimento percebido como autêntico é sempre produto de especialistas treinados (SOUZA, 2017, p. 16-7).

Em que pese sua não participação produtiva das próprias ideologias e crenças socialmente compartilhadas que governam grande parte da cognição e, portanto, da ação social, seu papel político é fundamental para a sedimentação dessas ideologias e crenças.

Daí uma percepção adequada e crítica do conhecimento tido como científico ser tão importante para uma análise não só do papel político da mídia, mas das crenças que as pessoas compartilham na vida cotidiana sem qualquer defesa contra seus efeitos (SOUZA, 2017, p. 06).

Outro importante pensador do papel político da comunicação e da propaganda de massa, Noan Chomsky (2013), descreve duas concepções diferentes de democracia em disputa. Uma delas caracterizada, grosso modo, por uma população dotada de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e à qual os canais de informação são acessíveis e livres (2013). A segunda concepção, estritamente oposta a esta, é predominante atualmente e remonta a séculos. Entretanto, referimo-nos a ela, aqui, para traçar um paralelo ao pensamento de Jessé Souza, com o qual corroboramos, pois Chomsky nos revela, por diversos exemplos no tempo e no espaço político ocidental, como o aparelho estatal se relaciona à mídia para que esta desenvolva a sua função na construção e manipulação da opinião pública por meio da propaganda política. No entanto, novamente, a mídia nada cria, mas participa da implantação e manutenção do sistema ideológico favorável a e recebido dos grupos detentores de maior controle do poder político e social.

2.2.2 Referencial teórico-metodológico

Adotamos a abordagem teórico-metodológica de triangulação em van Dijk (2008), ou seja, uma análise que relacione explicitamente as conexões entre estruturas discursivas e propriedades das estruturas e processos políticos, mediadas por uma interface cognitiva, porque, de certo, pressupomos que determinações contidas neste objeto transbordam de modo incontornável o âmbito meramente das estruturas discursivas, adentrando à esfera das propriedades das estruturas e processos da esfera política. Pressupomos, também, em concerto com van Dijk (2016, p. s8), não se processar um relacionamento direto, prescindindo de uma interface cognitiva, entre as relações, dinâmicas e complexas, do micronível das estruturas interacionais do discurso político e o macronível das estruturas de interação entre grupos e instituições políticas, adquirindo relevância teórica (VAN DIJK, 2008):

O estudo crítico do discurso deve basear-se em uma teoria multidisciplinar que, de modo explícito, relacione estruturas discursivas com estruturas sociais para, assim, descrever e explicar como estruturas de poder e abuso de poder são discursivamente apresentadas e reproduzidas. A principal tese de uma contribuição sociocognitiva a

essa teoria consiste no fato de que as relações entre discurso e sociedade são **cognitivamente mediadas** (VAN DIJK, 2016, p. 88, grifo nosso)

Desse modo, formam-se duas maneiras de se relacionar o discurso político e a política essencialmente (VAN DIJK, 2017 p. 199):

- (a) Em um nível sociopolítico de descrição, processos e estruturas políticas são constituídos por eventos, interações e discursos situados de atores políticos em contextos políticos, e (b) em um nível sociocognitivo de descrição, representações políticas compartilhadas são relacionadas a representações individuais desses discursos, interações e contextos. Em outras palavras, a cognição política serve como interface teórica indispensável entre as dimensões pessoal e coletiva da política e do discurso político.

2.3 Metodologia, método e procedimentos de análise dos dados

Segundo Santos (2004), devido ao discurso, em suas características de “movência”, “opacidade” e “alteridade”, entre outras, tornar eventualmente arriscada a ideia de se sugerir um percurso metodológico para a sua análise, algumas linhas analíticas gerais podem revelar alguma referencialidade ao processo de análise das manifestações discursivas. Para o autor, analisá-las pode compreender um exame em nível de macroinstância conjuntural e uma microinstância “focalizadora de potenciais de significação dos sentidos no interior de uma manifestação discursiva” (SANTOS, 2004, p.113).

A macroinstância perspectivaria inicialmente a explicitação das *condições de produção* de uma determinada manifestação discursiva. Esta explicitação envolveria categorias de historicidade, de percepção do cenário social, da inserção do sujeito nesse cenário, esboços da situação enunciativa e uma projeção de sentidos produzidos nessa conjuntura interativa. A partir das *condições de produção* pode emergir “um universo de regularidades”, isto é, “evidências significativas observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo” na forma de “elementos de recorrência, idiosincrasia enunciativa, ou ainda, de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos de enunciação. Desse modo, passa-se a formar com mais clareza o tópico de investigação do analista, por meio da disposição distintiva das *regularidades* devidamente mapeadas. Essas mesmas regularidades, composta por sequências discursivas advindas da conjuntura enunciativa em estudo, podem ser organizadas e dispostas em formato de uma síntese matricial a partir da qual poderão emergir os procedimentos de microanálise de uma manifestação discursiva.

A propósito do nosso *corpus* e considerando nosso problema de pesquisa, objetivos específicos e hipótese ao problema, partimos da macroinstância analítico-descritiva das *condições de produção* na tentativa de que essa macroinstância subsidiasse o clareamento de um universo de regularidades mapeáveis na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva. Essa etapa envolveu uma abordagem inicial através da perscrutação das condições sociais, cognitivas e teórico-discursivas que poderiam repercutir na forma de influência sobre o processo de pré-produção textual. Ainda em âmbito macroanalítico do exame das *condições de produção*, avaliamos textualmente o *corpus* na busca por um universo de regularidades no tocante à:

- (i) identificação de recorrência de dispositivos discursivos na produção de sentido das proposições;
- (ii) identificação de potenciais de significação pragmática desses sentidos dentro de um contexto de busca por eficácia no processo de engenharia do consenso;

Foram identificados, enquanto regularidades, a recorrência de quatro dispositivos discursivos na análise do *corpus* cujo funcionamento semântico-pragmático foi avaliado, tendo como foco o seu potencial de amplificação, de elevação dos efeitos afetivos já (re)produzidos pelo processo polarizador. Mais detidamente, procuramos reconstruir eventuais movimentos relacionais entre esses dispositivos e o processo de estabelecimento do quadrado ideológico, principal ferramenta para a construção do processo cognitivo de polarização ideológico-afetiva de grupos discursivos.

Mais especificamente, analisamos o papel das assim chamadas por Charaudeau (2005, p.97-102) de *condições de simplicidade (singularização e essencialização)* e *condições de argumentação (proposição lógico-causal principista ou ética e proposição lógico causal pragmática)* utilizados para a encenação discursiva dos valores selecionados pelos enunciadores dos discursos do *corpus* de modo a contribuírem com a fabricação de representações mentais, principalmente das crenças, opiniões e atitudes de natureza afetiva com vistas à adesão da opinião pública, por meio do uso programático da sedução passional.

2.3.1 Procedimentos de Microanálise e categorias de pesquisa

Em resumo, os procedimentos de microanálise dos dados levaram em consideração, conforme Santos (2004) perfazer o seguinte percurso:

Partiu-se de uma análise exploratória categorial do *corpus* de estruturas linguístico-discursivas em busca de recorrências significativas, conforme Santos (2004). Obtivemos um primeiro resultado de uma recorrência idiossincrática que chamou bastante a atenção pela sua exorbitantemente incidência: uma estrutura linguístico-discursiva específica, constituída por uma expressão enunciativa composta por uma proposição lógico-causal do tipo “é porque p que q ”, já analisada por Charaudeau (2005), com funcionamento semântico-pragmático de um *slogan* político.

Partindo dessa recorrência originária, procedemos, então, a uma análise categorial, desta vez, para determinação da amplitude percentual de sua incidência, considerando como categoria de análise inicial sua distribuição espacial nas unidades federativas nacionais e nas diversas legendas partidárias que proferiram voto/s favoráveis ao impedimento. Essa nova análise da abrangência da expressão enunciativa identificada nos pronunciamentos nos levou à descoberta de novas recorrências significativas complementares as quais nos conduziu a ampliar o nosso escopo inicial de análise e exposição sobre a abrangência do da estrutura linguístico-discursiva tão somente quanto a procedermos a suas respectivas análises e exposições na forma de novos axiomas e matrizes expositivas, não perdendo o foco, contudo, na ênfase àquela proposta inicial, isto é, a identificação da abrangência espacial e espectral da estrutura linguístico-discursiva identificada.

Como método de análise, utilizados a combinação do dispositivo axiomático e o dispositivo matricial. Assim, cada axioma é construído a partir de efeitos de enunciação, sejam temáticos sejam estruturais formais, tendo a função de síntese e delineamento a função de operador enunciativo de uma discursividade em dada manifestação discursiva (FRANÇA, 2009). O conceito de axioma discursivo foi desenvolvido por Figueira (2007) na perspectiva de estudos em AD no Brasil. Para o autor:

O status de um axioma discursivo consiste em sua existência material (não-empírica) no nível da memória discursiva. Tal existência permite que o axioma discursivo seja repetível, isto é, que seja retomado em infinitas reformulações possíveis ao longo dos processos enunciativos que se inscrevem no devir histórico. (FIGUEIRA, 2007, p.59)

Segundo França (2009):

O axioma discursivo consiste em um enunciado que é determinado a partir de várias sequências discursivas nas quais percebemos uma regularidade. Dessa forma, o axioma é formulado após uma prévia análise de regularidades em um *corpus* e, por terem existência na memória discursiva, permitem a estabilização de certos espaços

de configuração de sentidos. Tais espaços, por conseguinte, vão revelar posicionamentos no interior das formações ideológicas. (FRANÇA, 2009, p. 57).

O axioma discursivo carrega, no funcionamento da nossa pesquisa, uma relação dialética com as regularidades de sentido encontradas nas manifestações discursivas, uma vez que, uma “regularidade significativa” (SANTOS, 2004), constituiu no nosso *corpus* o ponto de partida por meio do qual nos foi possível, por meio de uma interpelação teórica, construir um dado axioma. No entanto, aquela regularidade inicial, isto é, uma expressão fenomênica aparential na superfície de dada manifestação discursiva, resulta em uma nova regularidade mais complexa.

Por exemplo, A regularidade significativa originária (a proposição lógico-causal do tipo “é porque p que q ”), após ser sobejada de determinações pela interpelação teórica a que fora submetida, resultou na identificação de novas regularidades (determinações), tais como a o funcionamento de dispositivos específicos de produção de sentido simplificador e essencializador. Esses dispositivos de simplificação e essencialização podem ser utilizados enquanto unidades básicas de recorrencialidade uma vez que, antes não observáveis, passam agora ao status de determinações que, pelo mesmo processo, podem gerar outras determinações e assim sucessivamente. Assim esse dispositivo metodológico axiomático conforma nossos pressupostos filosóficos e epistemológicos anunciados anteriormente que conjuga uma abordagem materialista aos ECD conforme Thompson (1981) e van Dijk (2008).

A partir da confirmação de um axioma, pode-se fazer necessário a montagem de matrizes norteadoras de análise, isto é, “um mapeamento de ocorrências das regularidades no todo do corpus, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação em análise” (SANTOS, 2004, p. 114). Para França (2009):

A matriz é um dispositivo de organização dos registros da materialidade linguística, com a função de mapear os dados e organizá-lo de acordo com os comportamentos enunciativos percebidos. É a partir das matrizes que emergem os procedimentos para a análise das particularidades e efeitos da conjuntura enunciativa em estudo (FRANÇA, 2009, p. 59).

Em suma, A conjugação de novos elementos teóricos específicos que mantêm diálogo com outros elementos teóricos ancorados nas abordagens teóricas da pesquisa em cooperação com as matrizes norteadoras produz a síntese axiomática.

Chegamos ao resultado da análise espacial e espectral, qual seja, a descoberta do emprego deste *slogan* em manifestações diversas, distantes tanto espacialmente quanto no

tocante à ideologia partidária das diversas legendas e individual dos diversos atores políticos que a utilizaram. Essa opção metodológica pela investigação espacial e espectral se justificou porque se buscou verificar a homogeneidade ou a heterogeneidade do uso de uma mesma estrutura expositiva nas manifestações. Essa opção poderia suscitar até que ponto a exposição esquemática das apresentações das justificativas de votos poderiam ter sido influenciadas pela existência de variáveis como a ideologia partidária, o distanciamento espacial, as aproximações e distanciamentos, acordos e querelas advindos das interações entre as deputadas e deputados e os interesses de seus respectivos financiadores de campanha ou, até mesmo, a observância de necessidades das camadas sociais menos favorecidas, conformando, assim, o interesse público da ação político-representativa.

Por um lado, uma maior heterogeneidade na estruturação expositiva poderia apontar para uma maior autonomia dos enunciadores na tomada de posicionamento sobre o impeachment devido à influência de peculiaridades locais ou às demais variáveis ideológico-partidárias e individuais, contrapartida aos financiadores de campanha etc. Por outro lado, uma maior homogeneidade da forma expositiva poderia apontar para acordos e comprometimentos coletivos sobrepostos àquelas variáveis.

De posse do resultado dessa investigação espacial e espectral da abrangência dessa estrutura enunciativa, passamos a examinar suas principais partes constitutivas responsáveis pela sua produção sentidural a fim de desvelarmos eventuais determinações ideológico-afetivas encobertas por esta estrutura linguístico-discursiva, inspecionando aspectos de seu funcionamento semântico-pragmático à luz da filosofia geométrica dos afetos do filósofo Baruch de Espinoza (2015).

Devido à pouca variabilidade na forma e no conteúdo apresentado pelas manifestações e seguindo orientações de Van Dijk (2008, 2015) para o qual os ECD precisam aprofundar suas investigações acerca das EID o que tem sido preterido em prol da análise de conteúdo apesar da relevância desta última, nosso foco foi deslocado do inicial interesse em proceder a uma análise de conteúdo dessas falas para examinarmos mais detidamente seus instrumentos e processos de produção de sentido, sem, contudo, prescindirmos de exemplificações pontuais nesse sentido.

Assim, aplicamos a análise crítica de estruturas discursivas e de categorias de conteúdo de cada axioma representativo de uma recorrência significativa identificada nas falas, constituindo um total de seis axiomas.

3. TRATAMENTO DOS DADOS E EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas.

Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos. A perversidade sistêmica é um dos seus corolários.

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social.

(...)

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um “discurso único do mundo”, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massas e no mercado global.

Por Uma Outra Globalização

Milton Santos

O propósito fundamental desse capítulo foi identificar, nas manifestações pró-impeachment, possíveis estruturas, estratégias e propriedades linguístico-discursivos com potencial para desempenhar funções e processos ideológicos, em especial, de natureza afetiva e, portanto, propôs um modelo de análise crítica do discurso aplicada ao *corpus* – constituído pelas 367 manifestações orais individuais dos Deputados Federais que justificaram seus votos favoráveis à admissibilidade de um processo de Impeachment da Presidenta da República do Brasil na sessão de número 091.2.55.O da Câmara dos Deputados em 2016.

O objetivo foi demonstrar o que apontou nossa pesquisa em termos de descobertas acerca das seguintes questões fundamentais: que mecanismos/ferramentas e processos essencialmente cooperaram e contribuíram para o propósito de amplificar o efeito de sentido da polarização ideológica de grupos discursivos? De que maneira esta polarização ideológica se relaciona com a manipulação da cognição social com vias a consecução de potencial mobilizador de afecções e afetos de grupos sociais? Desse modo, o capítulo buscou compreender, por meio de uma abordagem discursiva, alguns elementos eventualmente contributivos para que a crise ideológica de valores e de afetos ocorrida no Brasil a partir de 2013 se tornasse possível.

3.1 Recontextualização da conjuntura

3.1.1 Enquadramento teórico-metodológico da abordagem contextual

Segundo van Dijk, “um estudo do discurso político é teórica e empiricamente relevante apenas quando as estruturas discursivas podem ser relacionadas a propriedades das estruturas e processos políticos” (VAN DIJK, 2008, p. 197-8), cabendo a uma sofisticada teoria da cognição política “conectar explicitamente a unicidade individual e a variação do discurso político, bem como a sua interação, com as representações políticas socialmente partilhadas de grupos e instituições políticas” (VAN DIJK, 2008, p. 198). Assim, textos, discursos ou narrativas tendenciosos sobre imigrantes, por exemplo, podem ter sua fonte em crenças pessoais de preconceitos sobre imigrantes. Crenças essas que podem ser relacionadas às atitudes e ideologias racistas de um grupo maior.

Seguiremos esse enquadre teórico do autor, considerado por ele como complexo e multidisciplinar, por concordarmos que uma compreensão mais acurada acerca dos processos

políticos requer uma relação dos vários níveis e dimensões do domínio político, conforme descrito pelo autor:

O nível base consiste de atores políticos individuais, como também de suas crenças, discursos e (outras) interações em situações políticas. O nível intermediário, constituído pelo nível mais baixo, consiste de grupos e instituições políticas, como também de suas representações partilhadas. O nível mais alto, que por sua vez é baseado no nível intermediário, é constituído por sistemas políticos abstratos e suas representações abstratas, ordens de discurso e processos sociopolíticos, culturais e históricos (VAN DIJK, 2008, p. 198).

Conforme observado pelo teórico, os diversos modos como esses níveis se relacionam causam a impressão de que eles se manifestam ao mesmo tempo. Assim, um deputado ou deputada, ao se manifestar favoravelmente ao impedimento na Sessão plenária em estudo - pela aceitação da denúncia contra a Presidenta -, o faz como indivíduo, expressando, assim, suas crenças políticas e também pessoais de modo único e em um contexto único²⁵. Ao mesmo tempo, como membro de um partido ou de um bloco partidário oposicionista, poderá expressar oposição a outros partidos ou ao governo petista. Concomitantemente, esse indivíduo fala como deputado ou deputada federal com funções representativas de grupos sociais (eleitorado, grupos de apoiadores e financiadores de campanha), de acordo com a representação e o acionamento de funções estratégicas sobre os rumos nacionais em campos econômicos, políticos, sociais, culturais etc., devendo, por isso, expressar opiniões, atitudes, ideologias de grupos maiores. Finalmente, ao fazê-lo,

Está colocando em ação um sistema de democracia parlamentar, reproduzindo a ordem de discurso da democracia e das ideologias democráticas e pressupondo uma base comum, historicamente variável, de conhecimento, normas e valores culturais, compartilhados por todos os outros grupos da mesma cultura (VAN DIJK, 2008, p. 198).

Considerando esse enquadre teórico, o objetivo deste capítulo é, inicialmente, o de investigar os dois primeiros níveis do domínio político; ou seja, examinar as bases que estruturam os principais eventos representativos de um complexo de crises irrompidas no país a partir da segunda metade da primeira gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, partimos do pressuposto teórico-metodológico defendido pelo jurista, filósofo do direito e Professor da Universidade de São Paulo (USP), Alysson Leandro Mascaro, segundo quem, em linhas gerais, a análise desse contexto de convergência de instabilidades - iniciadas a partir

²⁵ Veremos no capítulo cinco que há uma diferenciação entre o mérito a ser julgado no expediente da Sessão (aceitação da abertura do processo investigativo) e o que as falas demonstraram efetivamente e de forma explícita: serem favoráveis ao próprio impeachment, demonstrando já a convicção do cometimento, senão do crime de responsabilidade, da culpabilidade enfática - e sem isenção - da própria pessoa da Presidenta e do governo do Partido dos Trabalhadores.

do ano de 2013 no Brasil (e que não finda com o impedimento da Presidenta) - deve considerar primeiramente a existência de uma determinação econômica, a sua derivada determinação política e uma sobredeterminação jurídica, a fim de que se construa uma imagem menos parcial e, portanto, mais completa do concerto que a proporcionou.

Seguindo esse entendimento, pareceu pertinente buscar restabelecer conexões entre esse contexto de diversos eventos representativos de crises internas, formadas e amplificadas nesse curto período de menos de três anos - que vai das jornadas de junho de 2013 até a Sessão Plenária do dia 17 de abril de 2016 (que fornece o *corpus* desta pesquisa) -, e aspectos da conjuntura internacional, caracterizados, sobretudo, por uma crise de acumulação capitalista mundial e por um rearranjo geopolítico - no qual a economia brasileira desempenhava papel significativo. Buscamos, com isso, compreender relações possíveis entre o contexto político-econômico interno e externo ao país e a produção discursiva dos atores políticos presentes na sessão que abriria caminho à deposição da primeira mulher eleita presidenta da história do Brasil.

3.1.2 Contexto externo

3.1.2.1 Determinação e sobredeterminação da crise brasileira

De acordo com o economista Fernando Nogueira da Costa, “a política econômica não é apenas a aplicação da teoria econômica” (COSTA, 2015, p. 15), pois avançando para além do domínio meramente teórico, alcança a “a esfera da política e dos conflitos de interesses sociais” (MASCARO, 2018, p. 13). Podemos conjecturar, de modo oposto, que a ação política tampouco se orienta unicamente pela teoria política, de modo a perpassar e ser perpassada por elementos diversos de aspecto, por exemplo, econômicos e/ou sociais (MASCARO, 2018).

Procurando não incorrer em uma análise economicista, pela qual o analista acredita que a conjuntura econômica determina a escolha política (COSTA, 2017), nem inversamente em um *politicismo*, segundo o qual o pesquisador pressupõe que os vários aspectos componentes das complexas relações sociais são condicionados à ação política (SARTORI, 2017), buscamos compreender as crises enfrentadas pelo governo brasileiro, nesse intercurso histórico, à luz de suas necessárias vinculações às relações materiais entre economia, política e instituições, dentro de uma dinâmica de sociabilidade capitalista (MASCARO, 2018).

Segundo um dos mais proeminentes teóricos marxistas do campo jurídico, Evguiéni Pachukanis, não é apenas na esteira de possuidores de mercadorias que se constitui e desenrola a sociedade de classes, mas principalmente e, ao mesmo tempo, “na arena de uma feroz guerra de classes, na qual o aparato do Estado é uma arma poderosa” (PACHUKANIS, 2017, p. 151, apud MASCARO, 2018, p. 71).

O Estado como fator de força tanto na política interna quanto na externa foi a correção que a burguesia se viu obrigada a fazer em sua teoria e prática do *Estado de direito*. Quanto mais a dominação burguesa for ameaçada, mais comprometedoras se mostrarão essas correções e mais rapidamente o *Estado de direito* se converterá em sombra incorpórea até que, por fim, o agravamento excepcional da luta de classes force a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e a revelar a essência do poder como a violência organizada de uma classe sobre as outras (PACHUKANIS, 2017, p. 151, apud MASCARO, 2018, p. 71).

Considerando essa concepção, então o processo político e judicial do impeachment de 2016 no Brasil pode despontar como exemplo privilegiado de análise. Numa dinâmica orientada para a valorização cada vez maior do próprio valor da mercadoria, esta mesma mercadoria se torna o núcleo de exploração, dominação, conflito e crítica - à qual se juntam as suas formas derivadas, como as instituições político-estatais e a ordem jurídica (MASCARO, 2018). O autor aponta ainda que as relações, conflitos e expectativas da política se estruturam por uma lógica capitalista de acumulação e, por isso, contemplam aberturas e contingências. Desse modo, se considerarmos a complexidade, os antagonismos, as contradições, as coerções da ação política dentro das também complexas estruturas sociais, perceberemos a incapacidade de um controle pleno destas ações político-estatais e de suas implicações, pois que estão contidas em um ambiente o qual tanto é permeado por crises quanto são elas mesmas responsáveis por gerá-las e reconfigurá-las:

Perpassados pelas mais variadas contradições e antagonismos, Estados e economias pelo mundo não encontram força suficiente para ditar direcionamentos autônomos ou cambiantes à administração do capitalismo em seus países e regiões. Assim, em muitas formações sociais capitalistas, as formas políticas e institucionais são insuficientes para arranjos de progresso, desenvolvimento ou estabilidade, ainda que tais insuficiências apresentem variadas quantidades e distintas modulações (MASCARO, 2018, p. 14).

Visto dessa maneira, a crise brasileira não se apresenta nem única nem surpreendente, considerando a sua posição em um cenário de disputas geopolíticas por influências e ingerências hegemônicas. Mesmo após quatro eleições consecutivas, o grupo político no controle da máquina estatal - operando ações de orientação progressista-desenvolvimentista que lhe renderam índices recordes de apoio popular -, não conseguiu autonomia suficiente

para impor-se aos ditames das redes mundializadas de corporações financeiras, de modo que o desfecho da trajetória resultou em uma presidenta deposta e um ex-presidente preso.

Efetivamente, na maioria dos países e regiões do mundo, não há plenitude de convergência entre a determinação econômica e o poder político - rumo a um processo de reprodução contínuo e estável. Essa dinâmica entre estratégias de acumulação e os diversos mecanismos e instituições de regulação do campo político é marcada por constantes conflitos, contradições, antagonismos e divergentes interesses de classe.

3.1.2.2 Conflitos, contradições e antagonismos entre a classe econômica e a classe política

Em um contexto de capitalismo fordista, como o de meados do século XX, houve maior adesão entre as classes econômica e política - na medida em que a produção priorizou o espaço nacional, fortalecendo suas frações de classe em relação às internacionais. A alteração dessa priorização da produção voltada, com mais ênfase, ao mercado nacional inicia sua transformação ainda no contexto fordista e se intensificou no pós-fordismo neoliberal - no qual os capitais internacionais passam a intervir nos capitais nacionais, “estabelecendo redes de exploração que perpassam empresas e grupos econômicos, em diretos e indiretos arranjos de negócios, propriedades, titulações jurídicas, investimentos, lucros e responsabilidades” (MASCARO, 2018, p. 14).

O economista, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e ex-consultor do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), autor de mais de 40 livros publicados, Ladislau Dowbor, sumariza o grau de controle que as corporações do capital internacional passaram a exercer nas economias dos Estados nacionais:

Controlar de forma estruturada e hierárquica uma cadeia produtiva gera naturalmente um grande poder econômico, político e cultural. Econômico, pelo do (sic) imenso fluxo de recursos, maior do que o PIB de numerosos países. Político, pelo da (sic) apropriação de grande parte dos aparelhos de Estado. E cultural, pelo fato da (sic) mídia de massa mundial criar, com pesadíssimas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que lhes interessa, gerando boa parte dos problemas globais que enfrentamos (DOWBOR, 2017, p. 39).

Essas redes de poder, controle e acumulação, via de regra, conduzem econômica, política e culturalmente as frações de classe burguesa, internas aos Estados nacionais, nas quais e pelas quais perpassam relações materiais de produção que obedecem a uma dinâmica de acumulação materialmente internacional. Indo ao encontro dessa perspectiva:

O aprisionamento da política democrática pelas forças do verdadeiro poder, concentrado na mobilidade da Grande Empresa Transnacional, é o protagonista da Grande Transformação orquestrada pelo capital financeiro. Hoje é a lógica da finança globalizada que delimita o território ocupado pelas opções da política democrática (BELLUZZO; GALÍPLO, 2017, p. 161).

Esse aprisionamento da política democrática pode ser demonstrado pela consideração dos dados do *Crédit Suisse* para 2016, por meio dos quais se pôde constatar que 1% dos indivíduos mais ricos do mundo controla mais da metade da riqueza global, ou seja, 1% detêm mais patrimônio que os 99% restantes das pessoas do planeta (DOWBOR, 2017, p. 27)

²⁶.

Tal relação assimétrica entre forças econômicas e políticas são percebidas pelo antropólogo, educador, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras, Darcy Ribeiro. O autor nos apresenta uma tipologia das classes sociais no Brasil, segundo a qual se identifica uma cúpula de poder composta por dois corpos conflitantes, no entanto, complementares. Enquanto um deles retira seu poder da exploração econômica – o patronato de empresários –, o segundo, o patriciado, tem o mando decorrente do exercício de cargos públicos, políticos, militares, religiosos, sindicais entre outros. No entanto, há desde a segunda metade do século XX, a identificação de um elemento novo:

Nas últimas décadas surgiu e se expandiu um corpo estranho nessa cúpula. É o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. Ele emprega os tecnocratas mais competentes e controla a mídia, conformando a opinião pública. Ele elege parlamentares e governantes. Ele manda, enfim, com desfaçatez cada vez mais desabrida (RIBEIRO, 2006, p.191).

Darcy Ribeiro nos apresenta, não apenas os tradicionais atores da dominação material e simbólica do povo brasileiro, mas também uma de suas principais relações de consórcios e associações, desde o final do século XX até o tempo presente, inferindo o que estaria por trás das associações das elites locais com o novo capital financeiro-tecnológico e global, na medida em que desvela o controle da instância política pelo poder econômico das corporações e instituições financeiras internacionais²⁷.

²⁶ Excetuando-se o capital contido em paraísos fiscais, que não é contabilizado pela pesquisa. Ainda segundo o autor: “é importante lembrar que as grandes fortunas desta parte de cima da pirâmide não são propriamente de produtores, mas de gente que lida com papéis financeiros, fluxos de informação ou intermediação de *commodities*” (DOWBOR, 2017, p. 27). Estudo original disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us-news/en/articles/news-and-expertise/the-global-wealth-report-2016-201611.html>

²⁷ “Isso nos conduz à questão das instâncias da ação política: a *instância política*, que é delegada e assume a realização da ação política; e a *instância cidadã*, que está na origem da escolha dos representantes do poder” (CHARAUDEAU, 2005, p. 18).

Assim sendo, o que faz com que essa relação entre as redes de corporações de capital internacional e as diversas franjas de classe da chamada burguesia nacional não se caracterize pelo pleno controle e reprodução de poder contínuo e estável? Os antagonismos da dinâmica dessa relação expressam sua dialética, ao passo que as redes internacionais impedem materialmente a afirmação de uma burguesia nacional – permitindo-lhe, contudo, poderes suficientes para a manutenção das instâncias estatais, garantidoras da execução dos interesses do próprio capital internacional, mas insuficientes para contrapô-lo. Elas, as redes internacionais, por outro lado, são necessariamente dependentes dessa burguesia, devidamente controlada, à frente da regulação econômica dos Estados nacionais. Assim, o capital é internacional, mas passa, inexoravelmente, por Estados nacionais:

Nesses, e por esses, garantem-se propriedades e contratos. As explorações e dominações são também materializadas mediante mecanismos institucionais que dependem dos Estados nacionais: polícias e exércitos que assegurem o capital, infraestrutura em todos seus aspectos, favores executivos, legislativos e judiciários, como projetos de leis, isenções, imunidades, facilitações a subterfúgios criminosos. Assim sendo, o capital, mesmo o mundial, se enraíza em frações de classe internas que dependem, diretamente, da relação com seus Estados nacionais, seus governos, sua administração e sua burocracia, além de seus mercados locais (MASCARO, 2018, p. 15).

Em contrapartida, os Estados também demandam sua existência material da dinâmica interna e externa do capitalismo - na forma de tributações, investimentos, condições salariais e sociais, dentre outros aspectos; os quais, por passarem por estratégias de acumulação, mediação e orçamento estatal, imbricam concorrências, consensos, polarizações e gerenciamento de guerras.

Entender essa relação é fundamental para se compreender a aparentemente caótica crise de conflitos e interesses que motivaram articulações e parcerias improváveis entre as diversas parcelas que compõem a burguesia nacional na crise brasileira. A partir dessa leitura, passa-se a entender porque parcelas da burguesia nacional, mais voltadas ao mercado interno - como a indústria e o comércio de bens e serviços -, passam a expressar antagonismos em relação àquelas parcelas mais dependentes da dinâmica internacional do capital - como o setor financeiro bancário e o agronegócio.

Em suma, uma análise mais complexa do processo que levou à erupção das diversas crises que assolaram o país a partir de 2013 deve considerar, antes, a vinculação entre estratégias de acumulação e os diversos mecanismos e instituições de regulação nas distintas frações de classe – e entre as classes. De modo oposto, uma análise que não ultrapasse o

enfoque relacional entre capital nacional e internacional pode apresentar resultados mais parciais e incompletos.

3.1.2.3 Controle ideológico, propaganda política e crises

Por um lado, uma maior harmonia entre acumulação e regulação, entre capital internacional e classe político-estatal, implica maior estabilidade na reprodução social de um modelo que os beneficie. No entanto, como toda crise conceitualmente interessa ao capital internacional – na medida em que, enquanto algumas empresas quebram, são rapidamente compradas pelas empresas maiores, aumentando suas redes de poder –, quanto maior for a diversidade de frações da burguesia nacional em disputa, maior será a instabilidade da reprodução social.

No entanto, se o capitalismo é portador de crise e de incapacidade de manutenção na regularidade dos níveis sempre crescentes de acumulação, a busca por um maior controle sobre as agressões sociais e violências - que sempre serão geradas - passará pela mediação de uma gestão de conflitos, baseada justamente em um massivo controle dos aparelhos ideológicos e por uma propaganda estatal dominante e opressora. Em outros termos, os agentes político-estatais nos países precisam atualmente responder às contradições sociais que posicionam, de um lado, a submissão a uma dinâmica de acumulação internacional do capital e, de outro, as demandas de classes, grupos e indivíduos explorados e submetidos.

Divergências nessa dinâmica tendem a evidenciar a incapacidade de formas sociais capitalistas - tais como o Estado e o direito - em transformar a lógica da materialidade de acumulação proposta para a mercadoria e o valor, desnudando crises como as ocorridas no Brasil ao longo do século XX – com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, o golpe no Presidente João Goulart e, conseqüentemente, a solução de síntese da ditadura militar –, bem como do século XXI: com a formação do antipetismo e a retomada da agenda econômica neoliberal de choque. Esses três exemplos evidenciam a incapacidade capitalista em proporcionar a coesão necessária à relação entre acumulação e regulação, o que resulta normalmente na estratégia de fabricação de subjetividades ideológicas conservadoras, com vistas à construção de consensos sociais que proporcionem a coesão necessária entre as frações de classe internas e internacionais em seus conflitos e antagonismos próprios.

Assim, a formação social brasileira, em sua administração do capital, revela a contradição de seus padrões político-sociais estruturais - na medida em que se fundamenta no enfrentamento e tensionamento de Estados, governos, direitos, em detrimento ao suficiente questionamento da acumulação do capital internacional.

Golpes, usos típicos e obtusos da legalidade, imposições e contenções militares regressistas, controles políticos pelo poder econômico, ideologia conservadora, frações burguesas nacionais virtualmente nada nacionalistas, dependências em relação ao Estado e ao mesmo tempo combate a governanças estatais autonomistas e divergentes, tudo isso é o complexo estrutural e tradicionalmente assentado de formas sociais na formação social brasileira (MASCARO, 2018, p. 18).

Desse modo, historicamente ainda não houve entre nós a afirmação de uma administração capaz de exercer a condução política que questione a centralidade de nossos problemas nos processos de acumulação do capital internacional; agenciando, por exemplo, uma auditoria da dívida pública do país, uma reforma tributária capaz de propor justiça fiscal ao sistema de evasão de divisas em paraísos especulativos, que execute dívidas bilionárias ou ainda que estanque o sistema de isenções fiscais a empresas estrangeiras. Somente no atual governo, que ora atende plenamente aos interesses especulativos do capital internacional, uma única alteração em uma lei específica proporcionou uma perda de arrecadação do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) na ordem de mais de um trilhão de reais²⁸.

Para que as convergências na acumulação se reafirmem, o direito e as Forças Armadas se apresentam, por sua vez, como as formas sociais ideais para resoluções críticas. Nas ocasiões de conflito, impasse, contradições e antagonismos - recorrentes geradoras de crises internas -, sempre que se fazem necessários a contenção e o consenso ante as divergências da acumulação, ou seja, na condução da agenda ou da ordem econômica dos Estados nacionais, o direito e o aparato militar/repressivo do Estado são convocados à promoção da estabilização - por meio de contestações, traições, orquestrações legislativas e golpes.

A novidade do século XXI em relação ao anterior, no que concerne às contenções das formas divergentes ou superadoras da reprodução social capitalista, tem sido a elevação das formas jurídicas e ideológicas para a contestação e repressão simbólica dos grupos divergentes. No Brasil, a forma repressiva militar apenas é exercida de maneira simbólica, por

²⁸ BENITES, Afonso. *O plano da Câmara para perdoar 543 bilhões que empresários devem à União: Cifra proposta no Refis, que renegocia débitos, é duas vezes maior que orçamento de São Paulo. Medida Provisória do tema deve ser votada nesta semana na Câmara em pleno "apagão fiscal".* 2017. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/politica/1502754070_555329.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

meio da ameaça, quando os antagonismos internos ao controle ideológico e jurídico se sobressaem em algum ou outro movimento. Isso se deu, por exemplo, quando o comandante do Exército brasileiro, o general Eduardo Villas Boas, pressionou publicamente o Supremo Tribunal Federal (STF) pela rejeição do *habeas corpus* preventivo para libertação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que poderia desestabilizar todos os esforços, mobilizações e acordos constituídos desde a derrubada da presidenta, possibilitando o retorno do partido cuja agenda econômica se opunha à recentemente imposta agenda neoliberal²⁹.

Com a intensificação do ritmo de acumulação do capital internacional na dinâmica pós-fordista do século XXI, Estados nacionais, governos, burocracias e empresas estruturam cada vez mais suas redes internacionais de regulação normativa, por meio de protocolos, agências de fiscalização, responsabilizações, compromissos e acordos multilaterais. Nasce e se desenvolve, pois, uma nova classe burocrática e negocial internacional, para assumir o gerenciamento de câmbios de coesões político-econômicas, a manipulação de crises e o estabelecimento de canais específicos para suas resoluções.

Assim, golpes militares de antanho são ora atualizados também por impeachments - cujas causas são juridicamente perspectivadas. Mortes como a de Allende são trocadas por prisões como a de Lula. Sem deixar de lado a força militar, que persiste necessariamente como braço armado do capital e de sua ordem, o direito ganha seu espaço de proeminência na reprodução social da exploração capitalista de nosso tempo, porque nada mais faz senão ampliar um escopo que já lhe é típico e, agora, plenamente internacionalizado sob a égide da grande acumulação (MASCARO, 2018, p. 19).

É, pois, sob esse espectro, que devemos analisar a crise brasileira, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e, por conseguinte, o seu modo de resolução. É preciso, pois, compreendermos um pouco mais acerca das determinações e sobredeterminações que agem na dinâmica da acumulação capitalista e da reprodução da exploração social, porém, desta vez, dentro de um contexto interno de interações entre os diversos atores, grupos e instituições de interesses distintos. O entendimento dessa dinâmica contextual interna pode eventualmente desvelar cenários para além das sobredeterminações que emergem à superfície discursiva das manifestações analisadas e apontar para entendimentos acerca daquilo que se tentaria encobrir por detrás do apelo a uma máscara afetiva de medo, esperança e ódio. Máscara esta por meio da qual se poderia tornar possível a cooptação de um exército civil, mobilizado pela condução

²⁹ BENITES, Afonso; BETIM, Felipe. *Cúpula do Exército se junta à pressão sobre o STF no dia D de Lula: General fala contra "impunidade" e "respeito à Constituição" e é apoiado por outros generais. Mensagem, tida como interferência, é duramente criticada. Governo diz que foi chamado "à serenidade."*. 2018. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522803698_804414.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

de práticas econômicas neoliberais e por práticas sociais conservadoras - para o exercício de mais uma forma social coercitiva, física e simbólica, disposta à resolução de crises contra grupos divergentes da coesão e reprodução da exploração social (PÚBLICA AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO / OPEN KNOWLEDGE BRASIL, 2018)³⁰.

3.1.3 Contexto interno

3.1.3.1 Segunda onda da crise financeira internacional

Até os idos de 2012, o país parecia ter encaminhado o estabelecimento de um consenso democrático estável, com revezamento entre grupos detentores de ideologias políticas diversas e aceitação dos resultados advindos das urnas. Esse fenômeno não passou despercebido ao crivo da historiadora e antropóloga social, Lilia Schwarcz (2018), e da cientista política, Heloisa Starling (2018), que observaram uma importante característica nas últimas transmissões de poder ocorridas no Brasil. Desse modo as autoras pontuaram esse momento político nacional:

Afinal, durante os últimos vinte anos, os dois principais partidos políticos nacionais — PSDB e PT — se revezaram no governo; firmou-se o entendimento de que a autorização popular por meio do voto é o único caminho legítimo de acesso ao poder político; as instituições funcionaram normalmente, as eleições ocorreram de maneira regular e não existiram problemas nem na transmissão do poder, nem na aceitação do resultado eleitoral — aliás, aconteceram mais transmissões de poder entre 1985 e 2015 do que em qualquer outro período da história republicana brasileira (SCHWARCZ; STARLING. 2018, locais do Kindle 12279-12283).

Em meados de 2011, conforme observa o cientista político, André Singer, (2015), a segunda fase da crise financeira, iniciada em 2008, atinge a Europa, proporcionando aos principais países credores europeus, liderados pela Alemanha, desenhar e impor agendas recessivas aos países devedores - como Grécia, Espanha, Itália, Portugal e Irlanda -, reduzindo suas atividades econômicas na zona do euro. Um ano depois, a onda de agendas recessivas de *choque neoliberal* impacta as projeções econômicas da China, que se volta ao mercado interno, diminuindo suas taxas de expansão.

³⁰ Um levantamento inédito realizado pela *Pública* em parceria com a *Open Knowledge Brasil* revelou ao menos 70 ataques, em apenas dez dias, por motivações políticas no país. A reportagem responsabiliza as declarações do candidato que lidera a campanha para a presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, “que incitam a violência contra mulheres, LGBTs, negros e índios, na forma de agressões físicas e verbais nestas eleições”. O candidato alega lamentar, mas não ter “controle” sobre seus apoiadores. Dentre os casos, o estudo identificou 50 agressões cometidas por apoiadores do candidato, 15 indefinidas e, em apenas 6 casos, seus apoiadores foram vítimas das agressões. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Internamente, o governo petista tenta enfrentar a segunda onda dessa turbulência - de modo parecido ao qual combatera sua primeira fase em 2008: sustentando o ritmo do crescimento local, focando na geração de emprego e transferência de renda. Para isso, o governo anuncia a implantação da chamada *nova matriz econômica*, que vinha sendo preparada desde o final de 2010 (SINGER, 2015). Segundo o autor, por meio dessa matriz, a Presidenta, diferentemente de seu predecessor, decidira “enfrentar o núcleo duro do capital”. Desse modo, “ao reduzir os juros e forçar os spreads dos bancos para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro” (SINGER, 2015, p. 47)³¹.

Em abril de 2012, o tensionamento se acirra quando a Presidenta aciona o Banco do Brasil para que este diminua o próprio *spread*, seguido de uma redução agressiva dos seus juros e a elevação dos “limites de várias linhas de crédito para empresas e consumidores, com o objetivo de acirrar concorrência com Itaú, Bradesco e Santander, além de estimular a economia”, conforme matéria da *Folha de São Paulo* (SINGER, 2015, p. 48, grifo do autor). Após a Caixa Econômica adotar medidas similares uma semana depois, os bancos privados temiam a migração de clientes para os bancos públicos - à procura de juros mais baixos subsidiados pelo governo. Em suma, “A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem, emanada do topo do poder Executivo”, que deixava, dessa forma, bastante claro o seu recado: “o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro” (SINGER, 2015, p. 47).

A postura econômica da nova matriz, após vitórias iniciais contra as corporações financeiras, avança com alteração das regras de remuneração da caderneta de poupança e a continuação da redução da taxa básica de juros *Selic*, o que proporcionaria a manutenção da política de redução de juros para crescimento da economia³². Finalmente, 2012 se encerra com o estabelecimento de um quadro de ampla ascensão nos resultados da nova matriz

³¹ “*Spread* é a taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro ou a diferença entre o custo de captação do dinheiro pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos aos clientes. Ver Paulo Sandroni, Dicionário de economia (São Paulo: Best Seller, 1989, p. 298)” (SINGER, 2015, p. 40). Ainda: *Spread*: Palavra inglesa para “propagação”, “aumento” ou “ampliação”, cujo significado nas finanças, grosso modo, é a diferença entre a taxa de juros cobrada dos que tomam empréstimos e a que remunera aqueles que depositam no sistema financeiro – em bancos ou instituições financeiras que possam, legalmente, emprestar dinheiro (isto é, obter ganhos sobre a escassez da moeda). Quanto maior o spread, maior o ganho de, por exemplo, um banco (VAROUFAKIS, 2016, p. 7).

³² A *Selic* é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 30 jun. 2019.

econômica, em especial, no tocante do, até então bem-sucedido, enfrentamento à política de juros e do *spread* dos bancos privados (SINGER, 2015).

Ainda segundo o autor, “o auge do ensaio desenvolvimentista renunciava, contudo, o seu rápido ocaso”, pois “poderosas correntes submersas tinham reordenado forças invisíveis”, tendo como protagonista a mudança na política monetária do próprio Banco Central que, em abril de 2013, “iniciava o ciclo de alta de juros que só se encerrou dois anos mais tarde”. O autor conclui que o sequenciamento da política de altas nas taxas de juros *Selic* impõe crescente enfraquecimento do governo diante da “pressão em favor do choque neoliberal” (SINGER, 2015, p. 50).

Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes iriam pontilhando a volta atrás (SINGER, 2015, p.50).

Além do tensionamento entre os governistas e o setor financeiro, o ano de 2013 (seguido com similar intensidade em 2014) se inicia com grande pressão internacional - que acabava por ditar o mote, assim como os ânimos, das diversas franjas sociais internas:

Acrescente-se que o aumento das críticas ao ativismo estatal por parte das agências internacionais de risco, das instituições oficiais de controle econômico (FMI, Banco Mundial etc.), dos bancos estrangeiros, das corporações multinacionais, de inúmeras vozes nos grandes meios de comunicação ao longo de 2013 e 2014 alimentava a desconfiança dos investidores quanto aos rumos do país. Centenas de articulistas e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a mostrar o quanto era preciso cortar os gastos ineficientes e “descontrolados” do governo e deixar o mercado funcionar para reordenar o país e retomar o crescimento (SINGER, 2015, p. 51).

Por fim, arremata o autor, que será dentro desse contexto de segunda fase de crise financeira especulativa que se dará a imposição, pelos países credores, de agendas recessivas às nações devedoras e também o enfrentamento aberto ao governo brasileiro e à sua nova matriz econômica - contrária à política de juros escorchantes dos bancos privados. Não é por acaso que, então, “o cerco rentista recebe um supostamente inesperado reforço proveniente das ruas”, a partir de junho de 2013, elevando a rejeição à Presidenta (SINGER, 2015).

3.1.3.2 As jornadas de junho de 2013

Com efeito, a guerra de bastidores travada, de um lado, pela recentemente implantada agenda econômica governista e, de outro, pela agenda de choque neoliberal, preconizada pelas agências de regulação econômica internacionais e representada internamente, sobretudo, pelos

bancos privados iniciava 2013, indicava sinais de uma virada de jogo em favor da última, após atingir um final de ano anterior triunfante em favor da primeira. No entanto, a complexa e intrincada tecnicidade da natureza do conflito, assim como o pequeno interesse midiático sobre a guerra econômica de bastidores travada entre governistas e bancos privados não lograram abalos substanciais nos elevados índices de apoio popular à gestão da Presidenta.

Nesse contexto, as chamadas *jornadas de junho de 2013* ou *protestos dos 20 centavos*³³ foram manifestações de composição social mista (DATAFOLHA, 2015)³⁴, ocorridas em várias cidades do Brasil, a partir do dia 13 de junho de 2013, articuladas por manifestantes que protestavam contra o aumento da passagem no transporte público em São Paulo. Os eventos representam as maiores manifestações populares do país em mais de duas décadas (MARQUES; RIELLI, 2016)³⁵ e marcaram, entre outros efeitos, o início de um processo que resultaria na derrocada dos altos índices de apoio popular à gestão política da Presidenta Dilma Rousseff, conforme perceberia o cientista político André Singer (2015, p. 56): “Em retrospecto, junho, embora tenha sido bem mais que isso, converteu-se no começo da onda de classe média contra Dilma, que iria estourar nas ruas em março de 2015”. Na mesma direção, o sociólogo Jessé Souza (2016) aponta para a existência de uma nítida linha de continuidade - entre as manifestações sociais de junho de 2013 no Brasil e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, na forma de um programa de deterioramento da imagem pública do grupo governista: “as manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas” (SOUZA, 2016, p. 87).

De fato, até aquele momento, a presidenta chegou a bater recordes de aprovação, como, por exemplo, ao final do seu primeiro ano de mandato (2011), no qual obteve a maior

³³ Esta última designação foi utilizada por parte da mídia nacional, principalmente pelos veículos de notícia do conglomerado Globo, para favorecer o deslocamento da centralidade inicial que motivou os manifestantes (aumento das passagens de ônibus, trens e metrô) em direção à federalização de seu novo significado, mirando agora a política governamental do PT, como se pode verificar no título desta matéria do portal de notícias G1, pertencente ao conglomerado Globo: *Protestos dos 20 centavos revelaram descrença com o avanço da economia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/protestos-dos-20-centavos-revelaram-descrenca-com-o-avanco-da-economia-veja-o-que-mudou-ate-agora.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2019.

³⁴ Segundo o Datafolha, 56% dos que foram à Avenida Paulista, em 20/6/2013 (na noite de maior afluxo), giravam em torno do centro, 74, 10% estavam à direita e 22% à esquerda (SINGER, 2015, p. 52). Dados mais detalhados podem ser verificados na reportagem no próprio site da instituição, disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2019.

³⁵ **Camila Marques** é coordenadora do Centro de Referência Legal da Artigo 19 e **Mariana Rielli** é integrante do centro da mesma organização. Artigo 19 é uma organização independente de direitos humanos que trabalha em vários países. Seu nome vem do Artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, que garante a liberdade de expressão e informação.

aprovação de um presidente da república, neste período, desde a redemocratização do país, com 59% dos pesquisados considerando sua gestão ótima ou boa (DATAFOLHA, 2012). Em março de 2013, portanto, dois anos e três meses após o início de seu governo, Dilma ultrapassaria os recordes de aprovação dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, no mesmo período, atingindo a marca de 63% daqueles que consideravam o seu governo ótimo ou bom (BBC, 2015). Nesta mesma pesquisa, ela atingiria um índice de 79% dos entrevistados que aprovavam sua maneira de governar.

A observação do autor de *A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017) acerca da importância desses protestos se justifica porque, apenas nas três primeiras semanas de junho de 2013, período que coincide com as manifestações, a presidenta despencou 27 pontos percentuais na avaliação de seu governo (DATAFOLHA, 2013). Dado este ainda mais curioso se considerarmos outros dois fatores: por um lado, a natureza local, de foco em políticas municipais, que marcaram o início dos protestos; por outro, a intensa e incessante investida contra a imagem pública do governo que apenas cessaria com a confirmação do impedimento.

As manifestações capitaneadas pelo Movimento Passe Livre – MPL, que surgira antes mesmo das manifestações de 2013, marcariam aqui o início da vasta repercussão nacional dos protestos antipetistas. No entanto, o movimento sofreu inicialmente um tratamento fortemente depreciativo da grande mídia, especialmente televisiva aberta. Jessé Souza (2016) pontua a já existência de material, no início das manifestações, para uma crítica benigna, no sentido de um processo inclusivo que abordasse uma tentativa de melhoria na oferta de empregos e remunerações para uma demanda estudantil advinda de uma maior inserção de classes populares à escola e à universidade.

De acordo com o autor de *Radiografia do Golpe*, a cobertura da mídia, especialmente do conglomerado das Organizações Globo, passou por um processo de transformação durante os eventos desencadeados pelas manifestações. No primeiro momento, enquanto a crítica dos manifestantes estava no âmbito municipal, a mídia atuou, recriminando os atos e considerando seus participantes como criminosos. No segundo momento, os protestos tomam uma dimensão nacional e a imprensa passa a tratar os movimentos como pacíficos e se utiliza de seu forte alcance popular para ditar a imagem e o foco das manifestações e, posteriormente, ditar os rumos ideológicos que a massa iria tomar - como, por exemplo,

valores antipolíticos e antipartidários, dando um viés de neutralidade do movimento, para, só então, alcançar a ideologia da anticorrupção.

A partir disso, a imprensa apropriou-se fortemente dos atos e manifestações, juntamente com a ala direitista da classe média... e as manifestações passaram, então, a ser controladas e intensamente reproduzidas para a população dentro de uma perspectiva inteiramente distorcida pela mídia. O apoio da mídia à derrubada da PEC 37 “passou a ser a senha do apoio midiático para as corporações jurídicas do Estado e o seu projeto de aumento do poder corporativo - que lhes assegurava privilégios que os cidadãos comuns sequer sonhavam, propiciando-lhes apropriar-se da agenda do Estado” (SOUZA, 2016, p. 93).

Dessa forma, a partir de junho de 2013, a mídia passou a se associar às instituições do aparelho jurídico-policial, no intuito de abertamente deslegitimar o governo eleito. A ideia de ditar um teor político para as pautas das manifestações foi estrategicamente preparada, com o propósito de fazer a população desacreditar dos partidos políticos e, neste caso específico, atribuir os problemas nacionais especificamente aos partidos de esquerda, principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), já que era o partido vigente no comando do poder do Estado.

Deriva dessa virada ideológica a principal relevância do evento para a nossa pesquisa, uma vez que os reflexos de todo esse processo reapareceriam como categoria de grande incidência nas justificativas dos votos que compõem nosso *corpus*. Um exemplo da materialização discursiva dos efeitos decorrentes dos protestos se apresenta por meio de uma categoria que podemos intitular genericamente de *vozes das ruas, vontade do povo* e suas variantes, presente em diversas das falas de parlamentares votantes pelo impeachment³⁶.

3.1.3.3 PSDB/PMDB, Mídia e Lava Jato

Os pouco mais de 500 dias compreendidos entre o resultado da apuração dos votos na disputa pela presidência do Brasil, no ano de 2014 – que marcam também o início da ofensiva da operação Lava Jato –, e a aprovação da denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta da república na Câmara dos Deputados foram marcados por intensas articulações e eventos políticos. A profusão desses eventos e articulações foram de tal monta que seu estudo

³⁶ Essa categoria pode ser encontrada, entre muitos outros exemplos, no voto do Deputado Miguel Haddad, do PSDB: “Sr. Presidente, em respeito aos milhões de brasileiros que foram às ruas pedir o impeachment da Presidente Dilma, representando São Paulo, representando Jundiaí e região, o meu voto é "sim"! (Palmas)” (BRASIL, 2016, p. 195).

se torna indispensável para uma tentativa de compreensão do contexto de abalo nas estruturas política, social e econômica da sociedade brasileira que estaria por vir.

Ainda na tentativa de compor um painel contextual sobre os atores da Sessão Plenária da Câmara dos deputados do dia 17 de abril de 2016, para o fornecimento de eventual facilitador na compreensão acerca dos estranhamentos gerados por diversas peculiaridades dos discursos dos parlamentares, torna-se relevante citar o fato de que duzentos e dezesseis deputados favoráveis ao impedimento, o que corresponde a 58% deles, “foram condenados ou respondem a processos na Justiça (inclusive eleitoral) ou nos Tribunais de Contas” (MATSUKI, 2016)³⁷³⁸.

Entre os atores deste destacado evento figuram bancadas conservadoras poderosas (BEDINELLI, 2015), ligadas a setores evangélicos e do agronegócio, cuja genealogia política se expressava por um grande percentual de nepotismo na Câmara dos deputados.

Não estranha em um Congresso cheio de fundamentalistas religiosos e que possui o maior percentual de deputados com familiares políticos desde as eleições de 2002. O nepotismo na Câmara revela-se ao ver 49% dos deputados federais com filhos pais, avôs, mães, esposas ou irmãos atuando em política, segundo um estudo da Universidade de Brasília. É o maior índice das quatro últimas eleições (MARTÍN, 2016).

3.1.3.3.1 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

De acordo com a socióloga Monalisa Soares Lopes e com a cientista política Grazielle Albuquerque, o quarto pleito eleitoral do século XXI no Brasil impôs o debate político em um novo estágio de interesse social e mobilização de afetos - de diversos grupos e atores - na medida em que o processo eleitoral “não findou com a declaração oficial dos resultados pelo Superior Tribunal Eleitoral TSE” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 281). Para as autoras,

A polarização, exacerbada pelo acirramento da disputa eleitoral mais competitiva desde a redemocratização, desdobrou-se num clima de campanha permanente. Com apoio de parte da sociedade, o que há muito tempo não ocorria, a oposição investiu

³⁷ À época da votação da sessão plenária em estudo, duzentos e dezesseis deputados favoráveis ao impedimento, o que corresponde a 58% deles, “foram condenados ou respondem a processos na Justiça (inclusive eleitoral) ou Tribunais de Contas”. Os dados são do Projeto *Excelências*, da conceituada ONG Transparência Brasil - que teve suas atividades suspensas e os dados retirados do ar, por ter perdido os seus patrocinadores ainda no ano de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/cerca-de-60-dos-deputados-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na-justica>. Acesso em: 30 jun. 2019.

³⁸ MARTINS, Fernando. **Site que expunha ações judiciais de políticos sai do ar por falta de apoio:** Em tempos de Lava Jato, o prestigiado projeto *Excelências*, da ONG Transparência Brasil, é suspenso porque perdeu patrocinadores da iniciativa privada. 2017. Jornal Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/site-que-expunha-acoes-judiciais-de-politicos-sai-do-ar-por-falta-de-apoio-68hciltvhtg2zqxv2g0zz6c7/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

num discurso que manteve mobilizados segmentos identificados com o antipetismo (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 281).

Para evidenciar essa prorrogação da disputa política, as autoras destacam eventos como (i) a solicitação de auditoria ao TSE dos resultados eleitorais pelo candidato derrotado, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – o que serviria de estratégia mobilizadora do *exército opositorista*, com o objetivo de manter o clima de campanha permanente e fortalecendo o discurso antigovernista -; (ii) a montagem de uma agenda antigovernista logo após o fim das eleições; (iii) o ingresso de uma ação, pela chapa vencida nas eleições, pedindo a cassação da chapa Dilma/Temer no TSE, por suposto abuso de poder político e econômico.

A agenda antigovernista para a mobilização de segmentos do eleitorado insatisfeito resultou em manifestações que sinalizavam como pauta o impeachment da Presidenta eleita - ainda antes de sua posse para o segundo mandato. A primeira delas se sucedeu no primeiro fim de semana após os resultados das eleições e se prolongaram por todos os meses seguintes. A pressão pelo impeachment chega aos corredores do congresso já em fevereiro de 2015, portanto, pouco mais de 30 dias da posse da Presidenta Dilma:

A falta de água, o risco de apagão e um congresso mais hostil do que nunca completam a equação explosiva. Não é à toa que a hipótese de um processo de impeachment passou a rondar as conversas em Brasília, embora ainda não haja provas de envolvimento da presidente nos escândalos do petróleo (FRANCO, 2018, p. 17).

3.1.3.3.2 PMBD - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB) teve papel destacado nos eventos políticos de grande impacto, especificamente no contexto sociopolítico sob nossa análise, com fortes reverberações sociais no período entre 2015 e 2016. A base governista fora derrotada na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. O novo presidente, Eduardo Cunha (MDB/RJ), viria a ser o principal pivô do processo de impedimento, embora também fosse ele mesmo investigado pela Lava Jato. Antes da abertura do processo, houve grande tensão entre o poderoso investigado e a bancada governista - acerca da possibilidade de apoio dos deputados petistas à defesa de Eduardo Cunha, em processo que este respondia no Comitê de Ética da Câmara dos Deputados. Já na condição de Presidente da República, Michel Temer admitiria uma conversa com seu aliado político, Eduardo Cunha, na qual este

confirmaria o condicionamento da abertura do processo ao apoio dos deputados petistas (GÓIS, 2017). Ambos viriam a ser presos pela própria operação Lava Jato.

Subitamente, a população se defronta com os ônus e os bônus referentes ao enfrentamento de questões políticas e sociais complexas, inteiramente saturadas por vieses ideológicos e que integram estratégias e estruturas discursivas bastante diversas, muitas vezes acessadas pela população diretamente dos pronunciamentos e discursos dos diferentes atores políticos. Dentre a profusão de exemplos que poderiam ser citados, alguns deles passaram a marcar, desde então, a sua repercussão no folclore político brasileiro. Este foi o caso, por exemplo, da gravação telefônica, em posse da Procuradoria Geral da República – PGR, entre Romero Jucá – principal articulista político do vice-presidente, Michel Temer (MDB/RR) (interessado direto na deposição da presidenta) – e o empresário cearense Sérgio Machado³⁹, acerca da articulação de “um grande acordo nacional” para “estancar a sangria” operada pela Lava Jato (CASADO, 2017).

Apesar da repercussão negativa causada pela fala de Romero Jucá, outra fala política pública mereceu bem menos atenção da mídia nacional. Pouco tempo após a Sessão do dia 17 de abril de 2016, o próprio - já Presidente da República - Michel Temer, na sede da Sociedade Americana/Conselho das Américas (AS/COA), em *Nova York*, no dia 21 de setembro de 2016, admitiria como causa do processo de impeachment a não adoção do documento intitulado *Uma ponte para o futuro*.

(...) há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado “Uma Ponte Para o Futuro”, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado “Ponte para o futuro”. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da república (VIEIRA, 2016).

Segundo Mascaro (2018), esse documento se caracteriza por trazer à pauta econômica uma mudança de rumos para a economia brasileira, mas que já se fazia perceber, em suas linhas mais gerais, pelo início de sua efetiva implantação – como espécie de *acordão* entre o empresariado e os políticos de centro-direita. Passado pouco mais de um ano da eleição que conduziu Dilma Rousseff ao segundo mandato, a partir da própria Presidenta, todo executivo passa a pôr em prática “um horizonte distinto – derrotado nas urnas de 2014 – simbolizado

³⁹ Ex-senador pelo PSDB e ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras.

pela *Ponte para o futuro*, de neoliberalismo ainda mais pronunciado e regressista” (MASCARO, 2018, p. 73).

É relevante ressaltar a composição dos expectadores da inusitada fala presidencial: os dois grupos, Sociedade Americana e Conselho das Américas (AS/COA), são constituídos por representantes de corporações multinacionais e membros do estabelecimento de política exterior dos Estados Unidos da América (EUA) na América Latina, ambos “foram fundados pelo industrialista americano David Rockefeller e têm John Negroponte como presidente emérito – um político neoconservador fundamental para a guerra suja da CIA em Honduras e para a invasão do Iraque em 2003” (VIEIRA, 2016). De acordo com Hoeveler (2017), o Conselho das Américas promove um tipo de ação a partir de uma dupla interface: uma empresarial, na qual organiza interesses comuns dos seus membros constituintes, e outra com os Estados nacionais, “na medida em que procura elaborar e influenciar programas voltados para os ‘problemas sociais’, providenciando saídas lucrativas para eles” (HOEVELER, 2017, p. 16, grifos do original).

A ação de classe do Council [of America] ultrapassa os interesses econômicos corporativos e diz respeito aos interesses propriamente políticos, no sentido gramsciano do termo. Trata-se de um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes dos Estados Unidos, fortemente associadas a frações capitalistas latino americanas (HOEVELER, 2017, p. 16).

Conforme Chomsky (2002), antes de se tornar embaixador das Nações Unidas e comandar a guerra contra o terrorismo, John Dimitri Negroponte “foi o responsável local pela guerra terrorista empreendida contra a Nicarágua a partir de Honduras, pela qual o seu governo foi condenado pela Corte Mundial e pelo Conselho de Segurança” (CHOMSKY, 2002, p. 15).

3.1.3.3 Lava Jato e Mídia

Paralelamente aos bastidores da política e da economia, de todas as articulações antigovernistas em curso, deu-se o arrebatamento passional da população brasileira nos diversos protestos espalhados pelo País. Verificou-se uma onda de sentimento, insuflada midiaticamente, que levou milhões de pessoas às ruas - com camisas da Confederação Brasileira de Futebol, com bonecos infláveis do ex-presidente Lula com uniforme de prisioneiro, acompanhados por patos amarelos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, ecoando palavras de ordem contra a corrupção e o governo.

Ao invés da defrontação dos fatos, envolvidos nas séries de denúncias encampadas indiscriminadamente contra o governo, em lugar de uma necessária auto e interreflexão sociopolítica, com potencial para que se alcançasse a compreensão mais depurada acerca da natureza e das especificidades cognitivas que compunham nossas crenças socialmente então compartilhadas, o que se deu foi o direcionamento midiático peculiar dos principais eventos políticos nacionais – em especial, dos desdobramentos da operação Lava Jato. A despeito de todos os sentimentos ambíguos em torno das etapas da operação, a mídia enviesou, em meio a todas as coberturas da Lava Jato, a introjeção de valores e ideias voltadas à competitividade, ao ideário meritocrático e à aversão a mudanças que pudessem representar ameaça a valores tradicionais.

O avanço da operação Lava Jato investigou políticos do alto escalão do governo e trouxe certo lampejo de esperança de um combate efetivo à corrupção, não apenas na percepção da população, mas também de atores políticos de várias filiações partidárias. Delações premiadas e seus vazamentos para a imprensa revelaram, de fato, um grande esquema de corrupção na Petrobras, ainda que absolutamente nada tivesse sido materialmente provado contra a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula (RICHTER, 2016).

A despeito de todos os indícios e evidências de sistemática corrupção, principalmente na Petrobras, passados mais de três anos, no dia 09 de junho de 2019, o jornalismo investigativo do site *The Intercept Brasil* iniciaria uma sequência de matérias jornalísticas, intitulada *As mensagens secretas da Lava Jato*, contendo conversas vazadas do aplicativo de mensagens *Telegram* - então ocorridas entre 2015 e 2018, nas quais se evidenciam inúmeros possíveis crimes praticados pelo ex-juiz, responsável pela Lava Jato, e atual Ministro da Justiça, Sergio Moro: em cooperação supostamente ilegal com o coordenador da força tarefa e Procurador da República, Deltan Dallagnol.

Diversas expressões de denunciamento explícito, dotadas de inúmeros recursos estilísticos, apontaram para a imantação da postura polarizada das manifestações pró-impeachment - como grande produto midiático da Lava Jato -, tal como pode ser verificado no uso da expressão “tchau, querida”, a qual remete a um episódio relevante no direcionamento dos rumos tomados pela crise política nacional. Trata-se da fala na qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se despede ao telefone de Dilma Rousseff, então presidenta da república, que o convidara para compor a equipe de governo na qualidade de ministro da Casa Civil.

O áudio da conversa veio à tona menos de um mês antes da Sessão que decidiria sobre a abertura do processo de impeachment contra a presidenta. Os áudios irromperam na mídia por meio de vazamentos considerados ilegais pelo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Teori Zavascki. Por meio da Reclamação 23.457/PR, o ministro apontou, em linhas gerais, quatro irregularidades no mesmo ato por “usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal”, pois:

- (a) “no curso da interceptação telefônica, deferida pelo juízo reclamado, tendo como investigado principal Luiz Inácio Lula da Silva, foram captadas conversas mantidas com a Presidente da República”;
- (b) o magistrado de primeira instância, ‘ao constatar a presença de conversas de autoridade com prerrogativa de foro, como é o caso da Presidenta da República, [...] deveria encaminhar essas conversas interceptadas para o órgão jurisdicional competente, o Supremo Tribunal Federal’, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição da República;
- (c) ‘a decisão de divulgar as conversas da Presidenta - ainda que encontradas fortuitamente na interceptação - não poderia ter sido prolatada em primeiro grau de jurisdição, por vício de incompetência absoluta’;
- (d) ‘a comunicação envolvendo a Presidenta da República é uma questão de segurança nacional (Lei n. 7.170/83), e as prerrogativas de seu cargo estão protegidas pela Constituição’ (BRASIL, 2016, P. 1).

Teori Zavascki especificaria todos esses pontos na referida decisão, destacando, por exemplo, não haver “nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada” (BRASIL, 2016, p. 9). Um outro fator que mereceu o destaque do ministro do STF foi referente à coleta da interceptação, pois “tal diálogo foi juntado pela autoridade policial no evento 133 e foi interceptado após este Juízo ter determinado o encerramento das interceptações, mas antes da efetivação da medida pelas operadoras” (BRASIL, 2016, p. 11).

O relator da operação Lava Jato no STF determinou, então, o envio imediato das investigações - que tramitavam na 13ª Vara Federal de Curitiba e que envolviam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, e sintetizou a sua apreciação contra a divulgação dos

grampos telefônicos - que foram admitidos pelo próprio juiz, Sérgio Moro -, haja vista terem sido executados após a sua ordem para finalizar as interceptações:

(...) o que se infirma é a divulgação pública das conversas interceptadas da forma como ocorreu, imediata, sem levar em consideração que a prova sequer fora apropriada à sua única finalidade constitucional legítima (“para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”), muito menos submetida a um contraditório mínimo”, critica Zavascki e continua: “Não há como conceber, portanto, a divulgação pública das conversações do modo como se operou, especialmente daquelas que sequer têm relação com o objeto da investigação criminal (BRASIL, 2016, p. 16).

O vazamento dos áudios para a imprensa pode ser considerado fator decisivo no concerto de eventos jurídico-políticos, midiáticos e, conseqüentemente, sociais que espalhou protestos em quase todo o país. Jessé Souza (2016) perceberia que, a essa altura, o “engodo e a fraude atingiam seu clímax”. Para o autor, o vazamento dos áudios representou a “cartada final” do Juiz Sérgio Moro no âmbito do “ataque da Lava Jato a Lula”, ou seja, “o golpe de misericórdia em um governo que já estava nas cordas” (SOUZA, 2016, p. 125-7).

Na mesma noite, os manifestantes tomaram novamente as ruas com registros de violência: “a crise se radicaliza e o país mergulhava num perigoso clima de vale-tudo, sem que ninguém soubesse dizer como isso iria acabar” (FRANCO, locais do Kindle 1709-1711). “Para aumentar o coro das manifestações”, os protestos foram amplamente noticiados na *Globo News* - que mostrou ao menos quinze cidades com mobilizações, ainda que numericamente bem menores (MONIZ; BENITES, 2016).

Em resumo, Jessé Souza (2016) relaciona a operação Lava Jato e o papel desempenhado pela mídia, com as Organizações Globo à frente, de modo indissociável para a consecução do golpe contra o mandato de Dilma Rousseff. O juiz Sérgio Moro - “homem do ano da revista *Isto é*, e personalidade do ano do jornal *O Globo*” -, foi quem, de fato, desferiu as ações de mais alto impacto negativo, e estrategicamente sequenciais, à base governista. Cumpriu este papel blindado pelos principais meios de comunicação de massa, o que o tornou “na prática, a única figura da direita, desde a ascensão de Lula em 2002, a rivalizar com ele em prestígio” (SOUZA, 2016, p. 125-7). Ainda de acordo com o sociólogo, o impeachment de Dilma Rousseff, capitaneado pelo bloco partidário PSDB/PMDB - e principalmente pela operação Lava Jato -, assumiu o objetivo de reconfigurar completamente a participação do Brasil no cenário econômico e geopolítico internacional. O Brasil voltaria a ser, “para os americanos, como quintal empobrecido e mercado interno colonizado. O pré-sal e a Petrobras eram a carta na manga do país para uma inserção internacional menos dependente” (SOUZA,

2017, p. 225). Destituir o Partido dos Trabalhadores do poder era a condição fundamental para que isso fosse impedido.

Ainda no ano de 2016, van Dijk publicaria um interessante estudo - no qual ele procede a uma análise sistemática dos editoriais do jornal O Globo, publicados entre março e abril de 2016. Nesse estudo, o autor classifica as Organizações Globo como “a maior corporação midiática do país e porta-voz da classe-média conservadora e, de maneira mais geral, da também conservadora oligarquia direitista (*right wings*), economicamente dominante e com sua agenda neoliberal ameaçada ante os avanços dos direitos sociais na jovem democracia do País” (VAN DIJK, 2011, p. 200, tradução nossa)⁴⁰. O autor ressalta que, apesar de não surpreender que mídias conservadoras critiquem governos e presidentes de esquerda (*left wing*), a análise dos editoriais mostra que, tanto a opinião pública quanto os protestos, assim como a própria decisão política tomada pelo impeachment, foram sistematicamente manipulados por uma cobertura midiática parcial e inegavelmente deturpada (VAN DIJK, 2011, p. 200, tradução nossa)⁴¹.

Em síntese, van Dijk (2016) descreveria da seguinte maneira o papel da mídia nacional sobre o processo que levou ao impeachment de Dilma Rousseff no Brasil:

Destaca-se o envolvimento do poderoso conglomerado midiático das Organizações Globo que, utilizando-se de seus veículos de comunicação, como o jornal O Globo e o noticiário televisivo de mais alta audiência no país, o Jornal Nacional, demonizou e deslegitimou, de maneira sistemática, a então presidente Dilma, o ex-presidente Lula e o PT em suas reportagens e editoriais, ao seletivamente associá-los à corrupção disseminada e culpá-los pela séria recessão econômica (VAN DIJK, 2016, p.1).

Tem-se, portanto, de um lado, um contexto internacional, exposto aos desdobramentos da crise de 2008 e por sua segunda onda, em 2011, de impacto na Europa (DOWBOR, 2017; SINGER, 2015), assim como um novo cenário de disputa geopolítica - que posiciona o ascendente mercado brasileiro em uma relativa experiência de protagonismo ocidental⁴² junto

⁴⁰ “(...) the largest media corporation in the country and the voice of the conservative middle class, and more generally of the economically dominant right wing oligarchy and its neoliberal agenda threatening the advancement of social rights in the young democracy of the country”.

⁴¹ “While it is hardly surprising that conservative media criticize a left wing government and president, a systematic analysis of the editorials of *O Globo* newspaper (henceforth *Globo*) in March and April 2016 shows that public opinion and protest, and the ensuing political decision-making, were systematically *manipulated* by biased coverage and misrepresentation”.

⁴² É importante alertarmos para relação ambígua entre China e países ditos emergentes, em especial, o Brasil, conforme destaca o Ex-ministro da Fazenda do governo grego, Yanes Varoufakis (2016), em sua análise de repercussão internacional acerca dos desdobramentos do grande colapso econômico de 2008, na obra *O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*: “a China aumentou

aos BRICS e de certa insurgência à submissão ou à reprimarização econômica frente os Estados Unidos -, associado a outro interno: de decisão política do governo Dilma de, internamente, conter o avanço de juros e distribuir renda, atacando os lucros do mercado financeiro (MARINGONI, 2018, SOUZA, 2016, 2017; MASCARO, 2018).

De fato, conforme Mascaro (2018), os governos Lula e Dilma marcaram uma ruptura - ainda que parcial, no plano externo - com as políticas anteriores de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990 e, nessa perspectiva, o *golpe de 2016*, em atendimento aos interesses globais - da agenda de choque neoliberal – buscava, paralelamente à destituição do PT e a quebra de setores estratégicos de desenvolvimento da economia nacional, o restabelecimento de um modelo anterior:

A quebra das empresas nacionais se apresenta como uma inegável oportunidade estratégica de acumulação por parte de capitais competidores externos, seja por meio de espoliação – como no caso da tomada de campos do pré-sal das mãos da Petrobras –, seja por meio da reconquista de espaços comerciais, a partir da quebra das construtoras brasileiras e de sua correspondente inação no exterior (MASCARO, 2018. p. 89-90).

Tal como no contexto externo, internamente o autor (2018) sinaliza que as estratégias de acumulação de frações do capital e os embates com seus antagonismos (personificados no governo de Dilma Rousseff) se tornaram evidentes. Ao passo que o processo de financeirização da economia, tendencial na dinâmica geral do capitalismo, é majorado na década de 1990, dá-se um processo oposto nos governos petistas, por meio, sobretudo, do fortalecimento dos bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e da projeção de grandes reservas (mediante o anúncio do Pré-sal). Isso tudo apesar da manutenção da “política estrutural de juros altos e de lucros garantidos aos bancos privados”.

Sob esse aspecto, “uma das estratégias de acumulação do capital financeiro nacional, com o golpe de 2016, foi exatamente inviabilizar o contraponto dos bancos públicos, que passam a ser combatidos e deixados a definharem” (MASCARO, 2018, p. 90). Para isso, conforme Jessé Souza (2016), uma crise política foi desencadeada, envolvendo personagens

seus investimentos na América Latina. Agora, este terceiro desenvolvimento é bem significativo. Até recentemente, a China investia na África, e em outros lugares, em projetos cuja última finalidade seria garantir matérias-primas para as suas indústrias domésticas. Com estes novos investimentos em países como o Brasil, a China parece estar desenvolvendo uma nova estratégia de criar algo parecido com o seu próprio Plano Global! Ela está direcionando parte de seus fluxos de capitais externos para outros países que não os Estados Unidos, em um esforço para estimular a demanda por produtos chineses nesses outros lugares (VAROUFAKIS, 2016, p. 255).

políticos, partidos políticos, empresas privadas e instituições jurídicas e midiáticas - na busca pela construção de uma narrativa sedutora e eficazmente encenada pelas principais corporações midiáticas nacionais (combate à corrupção). Uma grande história, tramada em discursos salvacionistas e em valores tradicionais, que arregimentasse a opinião pública em torno de “um golpe de classe burguesa, realinhando as frações da classe nacional e internacional para a acumulação, numa situação específica de crise do capitalismo mundial e brasileiro, pós-fordista e neoliberal” (MASCARO, 2018, p. 93).

3.2 “Sim” pelo que mesmo? Investigação, culpa ou expulsão?

Seguindo fundamentação metodológica para o tratamento dos dados a partir de (SANTOS, 2004), passemos à exposição da primeira etapa dos procedimentos de análise. Etapa de natureza descritiva na qual se buscou identificar as chamadas *regularidades* ou *evidências significativas*, tendo como critérios de identificação suas caracterizações de natureza recorrential, idiossincráticas e de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos de enunciação.

Uma primeira ressalva se faz necessária: há uma diferença substancial entre se admitir a possibilidade de culpa por crime de responsabilidade e o desejo de aceitação da denúncia ou mesmo o desejo de que o libelo acusatório, uma vez aberto, resulte em impedimento. Basta citarmos, para isso, que a mesma Câmara dos Deputados, que aprovou a abertura de processo contra Dilma Rousseff, rejeitou a denúncia contra o seu ex-vice-presidente, Michel Temer por um placar de 363 votos contrários à aceitação de denúncia contra 227 favoráveis.

Apesar da admissão, por diversas falas dos deputados, da possibilidade de o então Presidente ter cometido o crime de corrupção passiva, denunciado pela Procuradoria Geral da República, a denúncia foi recusada com argumentos recorrentes a necessidade de estabilização da economia. Categorias de forte incidência na justificação para a abertura do processo contra Dilma Rousseff como “família” (167 votos favoráveis e 6 contrários) e “religião” (77 votos favoráveis e 4 contrários), de acordo com Duarte (2017) quase desapareceram das justificativas: 23 citações para a categoria “família” e oito para a categoria “Deus”.⁴³ Essas categorias deram lugar à outras como “economia”, normalmente

⁴³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40833882>. Acessado em: 17 set. 2019.

acompanhada por “estabilidade”, “responsabilidade”, “avanço”, “crescimento” ou “paz”.⁴⁴

Essa distinção se relaciona diretamente com a primeira regularidade identificada e de intensa recorrência que diz respeito à própria natureza da sessão plenária em destaque. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, na qualidade que lhe cabia regimentalmente de presidente da Sessão de número 091.2.55.O, de natureza deliberativa extraordinária, faz a leitura da matéria e da constante da ordem do dia, como item único, a saber, Denúncia por Crime de Responsabilidade Nº 1, de 2015, da seguinte maneira:

Votação, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, *pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade* (Relator: Deputado Jovair Arantes) (BRASIL, 2016, p.6, grifo nosso).

Pelo exposto, a sessão trata da deliberação que aceitaria ou não a denúncia e que, em caso de aceitação, autorizaria a abertura do processo propriamente dito pelo Senado Federal *a posteriori*. Entretanto, as manifestações favoráveis à denúncia demonstraram desejo antecipado pela condenação e expulsão: “Fora, Dilma! Impeachment já!”⁴⁵ “tchau, querida!”⁴⁶ não apenas da Presidenta— ainda não acusada formalmente —, mas de todo o Partido dos Trabalhadores, como podemos verificar em diversas outras enunciações tais como “Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT!”⁴⁷, e suas variáveis.

Ademais, se considerarmos a categoria “esperança”, associada ao grupo discursivo que contém a categoria “mudança”, ambas autoapresentadas e associadas aos deputados favoráveis a aceitação da denúncia como veremos mais detidamente adiante, o *slogan* “fora, Dilma!”, “fora, PT!” assume a função de desejo expresso de substituição do governo eleito nas eleições de 2014 assim como de suas agendas, sobretudo, a econômica. Pelo exposto, constitui-se nosso primeiro axioma discursivo:

AXIOMA 01: dentre as 367 manifestações que aprovaram a aceitação da denúncia contra a então Presidenta, Dilma Rousseff, houve uma recorrência bastante significativa, ora explícita

⁴⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/03/politica/1501715251_361448.html. Acessado em: 17 set. 2019.

⁴⁵ IZALCI (PSDB-DF.) (BRASIL, 2016, p. 170)

⁴⁶ Elizeu Dionizio (PSDB-MS.) (Ibid., p.155-156), Alexandre Leite (DEM-SP.) (Ibid., p.180), Marco Feliciano (Bloco/PSC) (Ibid., p.199), Cabo Sabino (Bloco/PR-CE.) (Ibid., p.2014), Laudívio Carvalho (SD-MG.) (Ibid., p.260).

⁴⁷ DELEGADO WALDIR (Bloco/PR-GO.) (Ibid., p.165);

ora implicitamente, de expressões de desejo da *remoção do grupo governista* vencedor das eleições de 2014.

Para facilitar a visualização da regularidade referentes a esse axioma, montamos uma matriz, contendo todas as ocorrências nas quais slogans políticos como “tchau, querida!”, “fora, Dilma!” e “fora, PT!” aparecem nas manifestações:

MATRIZ I – REFERENTE AO AXIOMA 01	
DESEJO DA DESTITUIÇÃO DO GRUPO GOVERNISTA	
NOME DO DEPUTADO	DISCURSO DE VOTAÇÃO
Elizeu Dionizio (PSDB-MS.)	Sr. Presidente, na minha curta estrada da política, é a segunda vez que eu deparo com uma situação dessas. É a segunda vez que tenho que votar contra um gestor que cometeu improbidade administrativa. Como na primeira vez, eu voto pelo meu Mato Grosso do Sul. Pela juventude do meu Brasil, eu voto “sim”. Tchau, querida! (Manifestação no plenário. Palmas.)
Delegado Waldir (Bloco/PR-GO.)	Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta. Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu País, por Deus, por minha família, pelas famílias e pelas pessoas de bem, o meu voto é “sim”. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! (Palmas.)
Izalci (PSDB-DF.)	Em respeito à Constituição; em homenagem à minha família e aos meus eleitores; em homenagem ao aniversário da minha cidade — 56 anos da Capital da República; em homenagem ao povo brasileiro, voto "sim". Fora, Dilma! Impeachment já!
Laerte Bessa (Bloco/PR-DF.)	Sr. Presidente, desculpe-me o PR, meu partido, mas, pela minha mãezinha, Melanie, pelas minhas três filhas, pelo meu neto e pelo Brasil, eu voto "sim". E que o Brasil esteja comprometido com a segurança pública! Fora, PT! (Palmas.)
Rocha (PSDB-AC.)	Sr. Presidente, ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil. Por um País melhor; por mais esperança para a nossa população; por um novo futuro para as novas gerações, eu voto em favor da minha família, do meu Estado, o Acre, e do Brasil. É “sim”, pelo impeachment! Fora, PT! Fora, roubaheira!
Alexandre Leite (DEM-SP.)	Sr. Presidente, eu saúdo o Brasil e os brasileiros. Eu saúdo o meu Estado de São Paulo e a minha querida Zona Sul com o voto “sim”, pelo impedimento da Presidente Dilma Vana Rousseff. Tchau, querida!
Pr. Marco Feliciano (Bloco/PSC)	Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente!
Cabo Sabino (Bloco/PR-CE.)	Presidenta Dilma, V.Exa. está sentindo o que 10 milhões de brasileiros sentiram quando receberam o aviso prévio de perda dos seus empregos. V.Exa. também está perdendo o seu emprego. Tchau, querida, não precisa voltar! Eu voto “sim”.
Vitor Valim (Bloco/PMDB-CE.)	Para que a esperança possa vencer o medo, em nome de mais de 10 milhões de brasileiros desempregados, em nome do meu Estado do Ceará e dos verdadeiros golpistas que não cumpriram a promessa da refinaria nem do metrô, em nome do meu povo de Fortaleza — um abraço a todos vocês que estão na Praça Portugal —, meu voto é “sim”. Fora, PT!
Rogério Marinho (PSDB-RN.)	Pela coerência com os meus eleitores e respeito à minha família, aos meus pais, que me deixaram um legado, e aos meus filhos, a quem eu quero transmitir o legado de respeito ao meu País, contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para

	financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio, com todo o coração voto “sim”. Fora, Dilma! (Manifestação no plenário. Palmas.)
Laudivio Carvalho (SD-MG.)	Sr. Presidente, chega de roubalheira no Brasil! Chega de safadeza! Chega de tanta corrupção! Lugar de bandido é na cadeia, não é no Palácio do Governo. Por isso, Sr. Presidente, eu voto “sim”. Eu voto “sim” porque não há golpe, há impeachment! Presidente, tchau, querida! (Manifestação no plenário.)
José Carlos Aleluia (DEM-BA.)	Durante 13 anos, o meu partido, o Democratas, fez oposição ao projeto criminoso implantado por Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2007, ele disse que iria extirpar o Democratas da política brasileira. Hoje, nós estamos extirpando Lula e Dilma, e ele vai para a cadeia. (Palmas.) Eu estou votando “sim” pelos crimes que Dilma cometeu e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro. Ela roubou na refinaria, roubou na PETROBRAS e roubou em Belo Monte. Ela não é honrada. Eu voto “sim” pelos princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça. Eu voto pelo povo baiano, voto pela minha mulher Maria Luísa, pelos meus filhos e pelos meus netos. Viva o Brasil! Viva a Bahia! Fora, Lula! Fora, Dilma! (Palmas.) (Manifestação no plenário: Aleluia! Aleluia!)
Daniel Coelho (PSDB-PE.)	Num momento da história, este Plenário cassou um Presidente que cometeu crime, o ex-Presidente Collor. Esse fato se repete hoje no Brasil. A Presidente Dilma — ex-Presidente Dilma — cometeu crime de responsabilidade ao usar dinheiro público sem autorização desta Casa. A lei é para todos. Eu voto “sim” com o Brasil. Fora, Dilma! Fora, Dilma!
Manifestação coletiva no plenário precedente ao 343º voto “sim”.	Fora PT! Fora PT! Fora PT!

Fonte: Autoria própria

3.3 Da imprescindibilidade de materialidade jurídica ao seu uso escasso como causa de aceitação da denúncia

Ao analisarmos os 367 votos que aprovaram a aceitação da denúncia contra a Presidenta da República, assim como suas respectivas justificativas, uma segunda regularidade se fez notar não por recorrentialidade, mas exatamente pela sua ausência em uma situação na qual poderia maior expectativa acerca da sua presença. Com efeito, de acordo com estudo categorial de Duarte (2017), apenas dezoito deputados favoráveis à aceitação da denúncia, o correspondente a apenas 4,9% dessas manifestações, mencionaram o motivo que ocasionou a sessão plenária e, portanto, a causa para que todos os 511 parlamentares ali estivessem: a condição jurídica necessária ao prosseguimento da denúncia, ou seja, a categoria “crime de responsabilidade”.

Em estudo sobre a politização da justiça, partindo da análise do processo de “impeachment” (destaque do autor) movido contra Dilma Rousseff em 2016 no Brasil, o alemão Georg Wink (2017), professor de Estudos brasileiros na Universidade de Copenhague,

destina um tópico específico para tratar do caráter conceitual e metodológico da natureza *jurídico-política* do processo.

Afirma o autor que a sua natureza mista é reconhecida na literatura jurídica sem muita divergência. No entanto, naturalizar essa denominação sem, contudo, adentrar a sua complexidade conceitual e metodológica, ou seja, concebê-la indevidamente como um fenômeno híbrido ao invés de um fenômeno que combina mecanismos jurídicos e políticos – o que não isenta a parte jurídica do rigor exigido no seu respectivo campo –, poderia tornar tautológica a comprovação das mútuas transgressões, tanto de natureza jurídica quanto política. O autor (2017) ressaltar que o próprio STF, quando consultado, entre outras ações, pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 378,

Sustentou, no acórdão do julgamento divulgado em 7 de março de 2016 (BRASIL, 2016a, p.59-62) que embora a decisão caiba ao Senado, o processo intervém na esfera jurídica, especialmente no que diz respeito à garantia do devido processo e à caracterização do crime de responsabilidade nos termos da Constituição e da Lei 1.079/50 (cf. também BAHIA et al., 2016) (WINK, 2017, p. 159).

Por fim, conforme ainda Wink (2017), esse entendimento do STF pela imprescindibilidade de elemento jurídico foi confirmado no próprio julgamento do “impeachment”, oficializado pela Resolução n.º 35/2016 do Senado Federal, assinada pelo presidente do STF “e do processo de impeachment”, Ricardo Lewandowski, e pelos “senadores que funcionaram como juízes” (BRASIL, 2016b, p. 2). Em resumo, para o estabelecimento de um processo de impeachment deve haver no mínimo provas de que foi cometido um dos crimes de responsabilidade previstos nos termos da Constituição e da Lei 1.079/50.

Desse modo, montamos nosso segundo axioma discursivo a partir de uma regularidade que pode ter ocasionado surpresas aos receptores dos discursos. Devido à sua relevância processual, é aceitável uma maior expectativa dos receptores dos discursos acerca da recorrência da categoria “crime de responsabilidade”. A regularidade, portanto, se expressou por meio da baixa incidência sobre a eventual existência de elemento material de natureza jurídica, na forma específica de crime de responsabilidade, necessário a aceitação da denúncia, como podemos perceber nos dados abaixo:

Tabela 1

TABELA E GRÁFICO INFORMATIVO REFERENTE AO AXIOMA 02	
Citaram crime de responsabilidade ou pedaladas	18

Citaram apenas outros motivos	342
Não citaram nenhum motivo	07
TOTAL	367

Fonte: Autoria própria

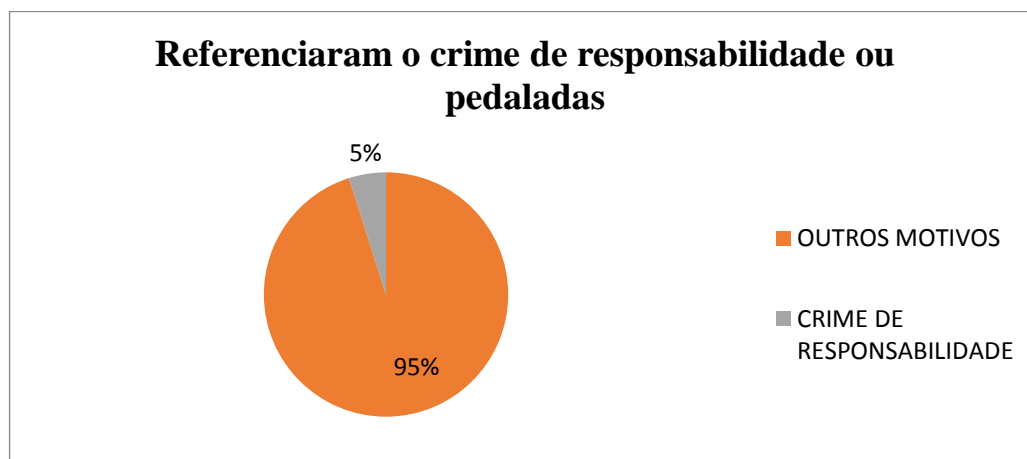


Gráfico 1. Fonte: Autoria própria

AXIOMA 02: As manifestações favoráveis à aceitação da denúncia denotam baixo interesse em demonstrar que suas decisões foram motivadas pelo suposto e, juridicamente imprescindível, cometimento de crime de responsabilidade pela então Presidenta da República.

3.4 Das (outras) razões evocadas para o impedimento

O axioma três decorre imediatamente do anterior, por isso uma única matriz poderá facilitar a demonstração das regularidades que resultam em ambos os axiomas.

A terceira regularidade se expressou quando analisávamos as dezoito manifestações que citaram o crime de responsabilidade. Buscávamos por determinações encobertas pela aparential superfície fenomênica das manifestações parlamentares. Assim percebemos que mesmo nestas poucas manifestações, houve duas peculiaridades: a primeira delas trataremos neste axioma, deixando a segunda particularidade para o posterior.

Conforme Duarte (2017), dentre todas as 367 manifestações pró-impeachment, 349 (96,1%) não mencionaram a categoria “crime de responsabilidade”. Partindo dessa quantificação categorial, analisando qual teria sido o grau de recorrência das manifestações que citaram apenas o elemento de natureza jurídica necessário à aceitação da denúncia. Acreditávamos, com isso, encontrar um desinteresse ainda maior dos parlamentares em

relação ao mérito da sessão. Esse desinteresse poderia sugerir que talvez nem mesmo alguns deputados pró-impeachment acreditassem estar ali por razões jurídicas.⁴⁸

Examinando esse recorte constituído pelos únicos dezoito votos pró-impeachment cujos autores mencionaram o suposto crime de responsabilidade, notamos grande recorrência na presença de *diversos outros motivos* referenciados. Note-se, por exemplo, as diversas categorias elencadas na manifestação do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR.):

Em nome do povo brasileiro, por amor a este País, aos paranaenses de Curitiba, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Ibiporã, que é a minha base eleitoral, e sabendo que este Governo não tem maioria no Parlamento — em qualquer Parlamento do mundo, quando não se tem maioria, só se tem um terço, não tem como governar. Na Europa, troca-se o Governo que não tem maioria. Pelos crimes de responsabilidade e de lesa-pátria cometidos pela Presidente Dilma, voto “sim”, pelo Brasil. (Palmas.) (Manifestação no plenário: Haully! Haully!) (BRASIL, 2016, p. 150).

Podemos perceber com certa facilidade a presença de alguns *slogans* políticos tradicionais na sessão, constituídos em torno da categoria “povo” (“povo brasileiro”, “este país”, “paranaenses” de várias cidades) e da categoria “base eleitoral”. As duas outras categorias que figuraram em sua fala expressaram empenho argumentativo diferenciado. À categoria “ausência de governabilidade” é dedicada estratégias argumentativas por analogia (“em qualquer Parlamento do mundo” e “na Europa, troca-se o governo”) e tautológicas (“sabendo que este Governo não tem maioria no Parlamento”, “quando não se tem maioria”, “só se tem um terço”, “que não tem maioria”). Todavia, a categoria crime de responsabilidade não recebe a mesma atenção argumentativa, figurando, de certo modo, como uma expressão protocolar.

Finalmente, após os exames de cada uma das falas que citaram o crime de responsabilidade, concluímos que dentre os 18 votos analisados, apenas 1 (Betinho Gomes - PSDB-PE.) deles não referenciou outra categoria, o que corresponde à 5,5 % daqueles que citaram o crime de responsabilidade e apenas 0,3% dos votantes pró-impeachment, conforme podemos identificar nos dados abaixo:

Tabela 2

TABELA E GRÁFICO INFORMATIVO REFERENTE AO AXIOMA 03
--

⁴⁸ Diversas falas posteriores à derrubada da Presidenta afirmariam uma articulação que em nada se relacionava ao processo de crime de responsabilidade. Por exemplo: “‘É óbvio que o Michel Temer operou o processo de impeachment da Dilma’, afirmou Maia quando questionado sobre o papel do então vice-presidente no processo. ‘Mas a Dilma ia cair de qualquer jeito’, completou.” Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/temer-operou-o-golpe-admite-rodri-go-maia/>. Acessado em: 17 set. 2019.

Citaram apenas crime de responsabilidade	1
Citaram crime de responsabilidade + outros motivos	359
Não citaram nenhum motivo	7
TOTAL	367

Fonte: Autoria própria

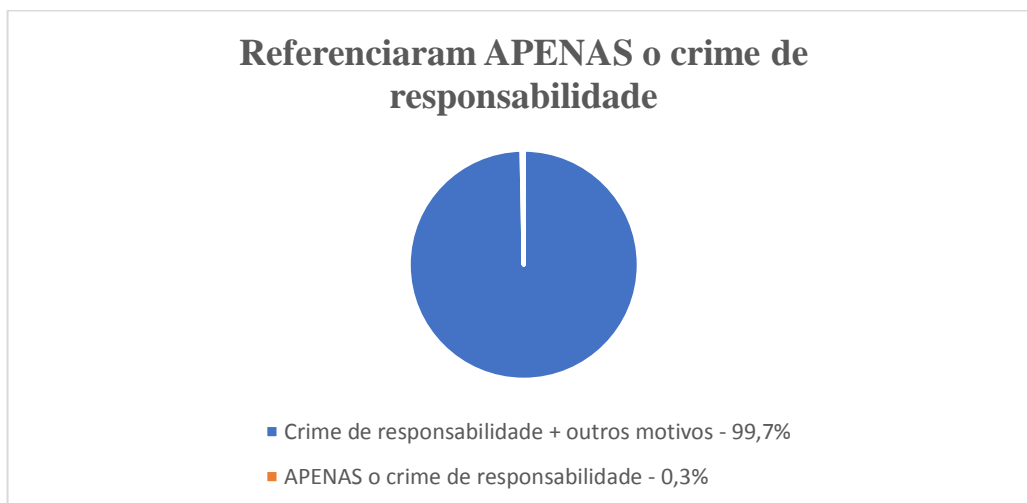


Gráfico 2. Fonte: Autoria própria

Desse modo, portanto, apresentamos nosso próximo axioma:

AXIOMA 03: As manifestações denotam grande interesse em apontar outras causas para justificar a necessidade do impeachment mesmo quando o crime de responsabilidade foi citado.

MATRIZ II – REFERENTE AO AXIOMA 02 E 03 MESMO QUANDO CITADO O CRIME DE RESPONSABILIDADE, MUITAS OUTRAS RAZÕES QUE MOTIVARAM AS DECISÕES	
NOME DO DEPUTADO	DISCURSO DE VOTAÇÃO
Luiz Carlos Haully (PSDB-PR.)	Em nome do povo brasileiro, por amor a este País, aos paranaenses de Curitiba, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas e Ibiporã, que é a minha base eleitoral, e sabendo que este Governo não tem maioria no Parlamento — em qualquer Parlamento do mundo, quando não se tem maioria, só se tem um terço, não tem como governar. Na Europa, troca-se o Governo que não tem maioria. Pelos crimes de responsabilidade e de lesa-pátria cometidos pela Presidente Dilma, voto “sim”, pelo Brasil. (Palmas.) (Manifestação no plenário: Haully! Haully!)
Marcos Rogério (DEM-RO.)	Sr. Presidente, demonstrada a existência de crime de responsabilidade, contra a corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração, contra o desgoverno, a favor dos rondonienses e dos brasileiros, eu voto “sim” ao impeachment.
Felipe Maia (DEM-RN.)	Sr. Presidente, pelo respeito à Constituição Federal, pelo respeito às outras leis do ordenamento jurídico do nosso País que regulamentam o crime de responsabilidade civil, pelo povo do Brasil, pelo povo do Rio Grande do Norte, por todos aqueles que ocupam as ruas do nosso Brasil, para pedir

	<p>mudanças para este País, pelas famílias que estão desempregadas — já se somam 10 milhões de famílias — e para que o Brasil possa, Sr. Presidente, ter uma luz no fim do túnel, eu voto “sim” ao impeachment da Presidente Dilma. (Muito bem! Palmas.)</p>
Eduardo Barbosa (PSDB-MG.)	<p>Sr. Presidente, ao longo desses meus 6 mandatos, tenho presenciado aqui uma incoerência de um discurso humanista com uma prática incoerente, rasteira e mentirosa. Por isso tudo e também pelo crime de responsabilidade cometido, pela honra do nosso povo mineiro e de todos aqueles que eu represento, meu voto é “sim”!</p>
Weliton Prado (PMB-MG)	<p>Repudio e sou contra a negociação de cargos feita à vista pelo Governo, repudio e sou contra a negociação de cargos feita a prazo pelo Temer. Se há crime de responsabilidade para a Dilma, há crime, sim, de responsabilidade para o Temer. Cartão vermelho para Dilma! Cartão vermelho para Temer! Cartão vermelho para Cunha! Para pacificar o País, Constituinte exclusiva! Para pacificar o País, novas eleições e uma reforma política já! Meu voto é “sim”.</p>
João Gualberto (PSDB-BA.)	<p>Com a convicção de que este Governo da Presidenta Dilma, corrupto e mentiroso, cometeu crime de responsabilidade fiscal e sonhando com um Governo sem corrupção, na esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido, aproveitando para homenagear o Ministério Público, a Polícia Federal, o Juiz Sérgio Moro e pedir que se prenda o resto dos corruptos, homenageando Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior, pela minha querida Mata de São João, pela minha Bahia, pelo Brasil verde e amarelo, eu voto “sim”. (Palmas.)</p>
José Carlos Aleluia (DEM-BA.)	<p>Durante 13 anos, o meu partido, o Democratas, fez oposição ao projeto criminoso implantado por Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2007, ele disse que iria extirpar o Democratas da política brasileira. Hoje, nós estamos extirpando Lula e Dilma, e ele vai para a cadeia. (Palmas.) Eu estou votando “sim” pelos crimes que Dilma cometeu e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro. Ela roubou na refinaria, roubou na PETROBRAS e roubou em Belo Monte. Ela não é honrada. Eu voto “sim” pelos princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça. Eu voto pelo povo baiano, voto pela minha mulher Maria Luísa, pelos meus filhos e pelos meus netos. Viva o Brasil! Viva a Bahia! Fora, Lula! Fora, Dilma! (Palmas.) (Manifestação no plenário: Aleluia! Aleluia!)</p>
Jutahy Junior (PSDB-BA.)	<p>Em respeito à Constituição, de cuja promulgação eu tive o privilégio de participar, assinando-a, constituinte que fui em 1988, sei que lá estão definidos os crimes de responsabilidade — a Presidente Dilma, através do parecer do Relator Jovair Arantes, muito bem definiu esses crimes. Na certeza de que, sem o movimento popular das ruas do Brasil, nós não teríamos a votação que nós tivemos hoje, em respeito a todos que foram às ruas, aos milhares de brasileiros, em defesa da Bahia e em defesa do Brasil, eu voto “sim”. (Palmas.)</p>
Tia Eron (Bloco/PRB-BA.)	<p>Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, estou muito honrada nesta noite, porque eu sou a voz da mulher negra e da mulher nordestina, que não quer mais a migalha do Governo Federal, pois tem dignidade para trabalhar e para vencer. Eu sou a voz do Presidente Nacional, Marcos Pereira, que traz aqui unidade ao Partido Republicano Brasileiro. Eu sou a voz dos jovens, das crianças da minha Bahia, da minha Salvador, terra mãe deste País, que não se curvará a esta farsa. Vários Deputados chegaram aqui para dizer que não existe crime, e estamos convencidos de que existe, sim, uma configuração do crime de responsabilidade. Portanto, o meu voto é “sim”, “sim”, “sim”. (Palmas.)</p>
Uldurico Junior (PV-BA.)	<p>Sr. Presidente, nada como a consciência limpa; consciência limpa por saber e ter a certeza de que houve, sim, crime de responsabilidade; consciência limpa de quem sabe e tem guardado no coração a certeza de que não se vendeu por cargos nem por dinheiro nenhum; consciência de</p>

	quem sabe e acredita que nós podemos, sim, mudar o nosso País. Em nome do extremo sul da Bahia e em nome do Brasil, o meu voto é a favor da Bahia, a favor do meu País, “sim” ao impeachment da Presidenta Dilma.
Benjamin Maranhão (SD-PB.)	O meu voto está fundamentado no relatório que foi aprovado na Comissão Especial, o relatório que aponta crime de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff. Ela feriu o art. 85 da Constituição. Ela atentou contra a Constituição e contra a Lei Orçamentária. Ela editou créditos, sem autorização, de 90 bilhões de reais. Isso é crime! Ela fez empréstimos em bancos públicos, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso também é crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Ela participou da compra fraudulenta de Pasadena. Ela é ladra! O dinheiro de Pasadena foi parar na conta de João Santana! Ela responderá por esses atos! Hoje o julgamento é político — do crime de responsabilidade —, mas depois ela vai responder criminalmente. Ela vai responder, sim, à Justiça. E pela Paraíba, pela tradição de luta e coragem do nosso povo, pelo meu partido, o Solidariedade, que lutou incansavelmente até este dia de hoje, eu vou votar “sim”, pela grandeza do nosso povo e pelo Brasil.
Efraim Filho (DEM-PB.)	Sr. Presidente, voto com a coerência de quem sempre fez oposição ao PT, apontando os seus erros, os seus equívocos e as suas mentiras, apontando os crimes de responsabilidade que causaram um rombo no Orçamento e essa farra com o dinheiro público, cuja conta quem paga é o cidadão. As empresas estão fechando, os pais e mães de família estão desempregados, roubaram o dinheiro dos aposentados nos fundos de pensão. O remédio para um Governo irresponsável está previsto na Constituição e é o impeachment, realizado pelo Congresso e fiscalizado pelo Supremo Federal. Por isso, pelo amor à minha Paraíba e à minha família, meu voto é “sim”, Sr. Presidente. (Manifestação no plenário. Efraim! Muito bem! Faltam 11!)
Betinho Gomes (PSDB-PE.)	Povo brasileiro, nós estamos aqui para autorizar a abertura de um processo contra a Presidente da República. É uma Presidente que cometeu as pedaladas fiscais e gerou um rombo de 60 bilhões, uma Presidente que publicou decretos sem autorização desta Casa, a Casa do Povo, causando um prejuízo de 90 bilhões, uma Presidente que infringiu a Constituição brasileira e que, por isso, vai ser julgada pelo Senado, e, certamente, vai responder pelos crimes de responsabilidade que cometeu. Por isso, é “sim” ao impeachment! (Manifestação no Plenário: Um! Um! Um!)
Daniel Coelho (PSDB-PE.)	Num momento da história, este Plenário cassou um Presidente que cometeu crime, o ex-Presidente Collor. Esse fato se repete hoje no Brasil. A Presidente Dilma — ex-Presidente Dilma — cometeu crime de responsabilidade ao usar dinheiro público sem autorização desta Casa. A lei é para todos. Eu voto “sim” com o Brasil. Fora, Dilma! Fora, Dilma!
Jarbas Vasconcelos (Bloco/PMDB-PE.)	Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é evidente que a Presidente da República não só cometeu crimes como as pedaladas, mas sobretudo mentiu ao País. Mentiu ao País quando prometeu uma coisa na campanha e fez outra, exatamente ao contrário. O País está no fundo do poço, quebrado, arrebentado, sem crédito e desmoralizado. Eu voto “sim” pelo impeachment. (Manifestação no plenário.) Mas quero, Sr. Presidente, dizer do meu desconforto de ter aqui uma pessoa como V.Exa. presidindo esta Casa. V.Exa. agrava, cada vez mais, com o seu expediente aqui, o processo político brasileiro. Ele fica profundamente maculado com a sua presença. (Manifestação no plenário. Já votou!)
Mendonça Filho (DEM-PE.)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho de um Estado de tradições libertárias e democráticas. A Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. A regra constitucional é clara. O povo coloca o Presidente no poder. Quando o Presidente da República comete crime de responsabilidade, cabe aos representantes do povo — portanto, nós — tirar aquele que cometeu o crime do cargo que ocupa como Presidente da República. E nós estamos cumprindo com a nossa obrigação perante a

	Constituição. Vamos votar “sim” pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff. (Palmas.)
Tadeu Alencar (PSB-PE.)	Sr. Presidente, o afastamento de um Presidente da República é sempre algo muito traumático na vida de qualquer país, mas essa é uma noite necessária. Estão presentes os pressupostos políticos e jurídicos que caracterizam crime de responsabilidade da Presidente. Essa grande manifestação do Parlamento brasileiro é o sentimento da maioria da sociedade brasileira. Por isso, hoje, nós começamos, aqui, a reconstruir a vida pública em nosso País, a tentar reconstruí-la. Precisamos seguir mudando. Inclusive, é um imperativo cívico a este Parlamento que a Presidência desta Casa se submeta ao julgamento deste Parlamento, porque a sociedade brasileira não entende que a Presidente da República esteja sendo afastada e que esta Presidência continue sob o repúdio da sociedade. Por Pernambuco, pelo meu líder Eduardo Campos, pelo Brasil, eu voto “sim”. (Palmas.)
Maurício Quintella Lessa (Bloco/PR-AL.)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus queridos amigos do Estado de Alagoas, do litoral ao sertão do meu Estado, quero dizer que, quando este processo começou, eu não tinha opinião formada. Eu fui para a Comissão Especial, lá sentei ao lado do Deputado Jovair Arantes, do Deputado Rogério Rosso, do Deputado Carlos Sampaio, de todos aqueles companheiros. Ouvi, com toda a atenção, os denunciantes, dissequei a defesa e fiz meu convencimento. Quero aqui dizer, companheiros, que a Presidente da República não cometeu um crime de responsabilidade: ela cometeu um rol de crimes de responsabilidade. Ela atentou contra o Orçamento do País, ela atentou contra a competência do Congresso Nacional, ela atentou contra a própria democracia. Mesmo tendo o meu partido orientação diferente, eu não podia liderar a maioria da minha bancada, pelo menos, para o precipício. Renunciei à liderança da minha bancada, para chegar a este momento aqui em paz com o meu travesseiro, que é o melhor amigo da minha consciência. Voto “sim” pelo impeachment! Voto “sim” pelo afastamento da Presidenta! (Palmas.)

Fonte: Autoria própria

3.5 Das principais categorias temáticas motivadoras do impeachment

Até aqui, as regularidades identificadas nas manifestações explicitaram quatro evidências: (i) expressões denotadoras de interesse na expulsão do grupo governista por razões alheias ao suposto crime de responsabilidade fiscal, (ii) a demonstração de pouco interesse no crime de responsabilidade propriamente dito enquanto causa para a aceitação da denúncia, (iii) o grande interesse em outros motivos para a justificação do impeachment mesmo nas falas que citaram o crime de responsabilidade e (iv) a presença bastante recorrente de uma construção linguístico-discursiva presente nas falas de representantes de todos os partidos políticos e Estados brasileiros como instrumento para exposição destas outras motivações.

O quadro categorial dessas outras causas motivadoras dos votos pelo impeachment, consideradas pelos deputados é bastante amplo de modo a não haver pretensão em contemplá-

lo em sua totalidade. Contudo, uma vez que essas outras causas motivadoras foram identificadas em 99,7% das 367 manifestações pró-impeachment (ver axioma III), e que esta estrutura linguístico-discursiva foi identificada em 87,3% nas mesmas falas, se torna fundamental para os objetivos propostos por este trabalho procedermos tanto a análise da natureza dessas outras causas, isto é, da natureza das categorias mais recorrentes nessas manifestações quanto, principalmente, promovermos um exame do efeito de sentido produzido pela sua forma principal de exposição, ou seja, pela estrutura discursiva escolhida para encenar os valores que deram lugar ao crime de responsabilidade.

3.5.1 Da natureza valorativa das principais categorias motivadoras do impeachment

O antropólogo social e Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, Luiz Fernando Dias Duarte, apresentou um estudo categorial relevante acerca das motivações parlamentares na sessão plenária que resultou na aceitação do processo de impeachment. Para o autor, as manifestações orais dos parlamentares nesta Sessão são compreendidas “como um corpus etnográfico dotado de significação própria e suficiente para uma interpretação ideológica” e foram expostas de maneira peculiar por conterem uma certa lógica subjacente, pois consistiam “em segmentos de narrativas ideológicas de longo curso” (DUARTE, 2017, p. 148-9).

O autor buscou enfatizar, em ambas as falas prós e contra a abertura do processo, as principais categorias de *natureza avaliativa* que têm norteado, grosso modo, seu campo de pesquisa, tais como a categoria “família”, e a categoria “Deus” (49 votos favoráveis e 5 contrários). A discrepância no percentual do uso destas categorias entre votos favoráveis e contrários chamou a atenção: quase metade dos votantes pelo impedimento (167), ou seja, 45,5% fez citações ao universo semântico de “família” enquanto apenas 4,6% dos contrários (6) se dispuseram a fazê-lo. A categoria “Deus” sozinha respondeu por 49 votos favoráveis e apenas 5 contrários, embora tenha contabilizado um total de 76 referências ao universo religioso (71 votos favoráveis e 5 contrários). “Brasil” foi a categoria de mais alta incidência com 240 referências. Duarte acrescenta que “foram frequentes e muito enfáticas e carregadas de termos afetivos a referências aos Estados de representação dos deputados e às suas bases políticas municipais.” (DUARTE, 2017, p. 150). Foram 323 menções a fazê-lo e 144 que mencionaram suas cidades. Apesar da alta recorrências às categorias relativas às unidades federativas dos parlamentares, suas regiões, municípios e localidades, as categorias que o

autor chamou de “morais” também obtiveram grande incidência e foram lideradas pela categoria “esperança” (53 votos favoráveis e 5 contrários) e “futuro” (33 votos favoráveis)⁴⁹.

Em estudo recente de mineração de textos para análise do discurso, Marcolin et al. (2019, p. 7) apresenta os 50 termos mais frequentes nos discursos entre os deputados que votaram a favor do impedimento de Dilma Rousseff. A palavra “sim” foi o termo mais recorrente, contando de 386 utilizações. Se desconsiderarmos essa categoria devido a sua pouca relevância semântico-pragmática em decorrência de sua enunciação obrigatória para a definição do voto mais recorrente, a liderança nas ocorrências coube respectivamente às categorias “família” (106 ocorrências), “esperança” (51 ocorrências) e “Deus” (50 ocorrências). Se considerarmos ainda o que dispõe a autora de que “a família foi um argumento evocado, por meio das palavras ‘família’ e ‘filhos’ *que se conectam com ‘momento’ e ‘futuro’*” (MARCOLIM, 2019, p. 8, grifo nosso), podemos considerar ainda maior a relevância da categoria “esperança” pela sua associação semântica à “futuro”, que também obteve destaque, sendo referendada em 42 votos “sim”.

Essa associação semântica entre “esperança” e futuro” pode ser percebida de modo explícito como, por exemplo, no voto do Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS.): “É ‘sim’, de *esperança* num novo *futuro* para o nosso Brasil.” (BRASIL, 2016, p. 130, grifo nosso); ou de forma inferenciada⁵⁰ como na fala do deputado Jerônimo Goergen (Bloco/PP-RS.), na qual o deputado tem “esperança” que algo aconteça se houver o impedimento:

Para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro, pelo Rio Grande e pelo Brasil, “sim” ao impeachment! (Manifestação no plenário.) (BRASIL, 2016, p. 126).

Do modo parecido, foram bastante recorrentes e variadas as subcategorias⁵¹ associadas ao campo semântico de “futuro” e, por conseguinte, de “esperança”. Tal como no exemplo acima, no qual não só a categoria “esperança” em “vivam num país de futuro” outras subcategorias “filho”, “filha” são associadas à categoria “futuro”, também o foram outras do

⁴⁹ Quanto à categoria “futuro” houve uma discrepância que consideramos substancial entre os dados de Duarte em relação à mineração de Marcolim: Duarte referencia 33 ocorrências enquanto Marcolim constata 41 utilizações. Em nossa pesquisa constatamos não estar contabilizada entre essas 41 utilizações outras 4 referências a “futuras gerações” (votos “sim” de n. 158, 189, 270, 308), o que totalizaria 45 ocorrências especificamente da categoria “futuro” e “futuras”, não havendo nenhuma ocorrência a “futura” ou a “futuros”.

⁵⁰ A condição de a informação não-explicita no texto ser acrescida a ele pelo leitor e a segunda seria a de que esse acréscimo fosse feito respeitando-se as indicações do texto, e não seguindo cegamente as vontades do leitor.

⁵¹ Atribui o termo subcategoria à todas as categorias que orbitavam o universo semântico da categoria “futuro”, pois consideramos que estas subcategorias tiveram por a função precípua construir uma representação mental favorável, uma valoração positiva acerca daquilo que está por vir.

mesmo campo semântico, tais como, outros graus de parentesco e nomes próprios dos familiares. Muitas falas explicitaram uma gama de outras subcategorias utilizadas para fabricar uma representação mental futura benéfica em caso de efetivação do impeachment. Desta feita, foram utilizadas, com bastante frequência nesta mesma associação com a categoria “futuro”, por exemplo, indicamos na tabela abaixo alguns exemplos de subcategorias:

Tabela 3

SUBCATEGORIAS RELACIONADAS À CATEGORIA “FUTURO”	EXEMPLOS
“esperança” e “Brasil”	“É ‘sim’, de <i>esperança</i> num novo <i>futuro</i> para o nosso <i>Brasil</i> ” Onyx Lorenzoni (DEM-RS.)
“família”	“Precisamos dar novamente <i>esperança</i> às famílias brasileiras” Rodrigo de Castro (PSDB-MG.); “Para que as <i>famílias</i> do Distrito Federal, do entorno e do Brasil voltem a sonhar” Rôney Nemer (Bloco/PP-DF.)
“brasileiros”	“Na <i>esperança</i> de construirmos um País em que caiba a grandeza da felicidade, do <i>futuro</i> de todos os brasileiros” Arthur Oliveira Maia (PPS-BA.)
“do povo do Brasil”	“Pelo futuro do povo do Brasil” Rodrigo Martins (PSB-PI.)
“juventude” e “novas gerações”	“Pela <i>juventude</i> , pelo futuro das novas gerações” Mariana Carvalho (PSDB-RO.)
“crianças” e “jovens”	“Pelo futuro de todas as crianças e jovens do nosso País” Lucas Vergilio (SD-GO.)
“melhor”	“Pela <i>esperança</i> de um futuro melhor” Milton Monti (Bloco/PR-SP.)
“País”, “filhos” E “netos”	“Pelo futuro deste País para nossos filhos e nossos netos” Flaviano Melo (Bloco/PMDB-AC.)

Fonte: A autoria própria

É importante ressaltarmos que diversas falas não explicitaram palavras diretamente associadas ao campo semântico de “futuro” ou “esperança”, no entanto essas categorias se fizeram representar por meio do tempo verbal empregado, como exemplo a seguir no discurso proferido pelo Deputado Abel Mesquita Jr. (DEM-RR.) “para que *possamos* exercer o direito constitucional de ir e vir” (BRASIL, 2016, p. 121), ou de locuções verbais denotativas de tempo futuro “Para que as famílias do Distrito Federal, do entorno e do Brasil *voltem a sonhar, voltem a acreditar* na geração de emprego, *voltem a acreditar* que o País tem jeito” (BRASIL, 2016, p. 172, grifo nosso).

Desse modo, muitas entre as principais motivações mais recorrentes elencadas nas falas do “sim” referenciaram um universo de “crenças na memória social que não são tratados em termos de critérios de verdade, mas são compartilhados na base de critérios avaliativos

(bom *versus* ruim etc.), a saber, as opiniões” e que “são baseadas em normas e valores” (VAN DIJK, 2008, p. 2016-7). Assim, a categoria “família” é uma opinião devido a referenciar um modelo associativo de grupos social que é processado e avaliado como positivo entre uma grande variedade de membros e grupos sociais. Ademais o próprio modelo “família” se subdivide em submodelos que recebem valorações positivas ou negativas de acordo com os papéis desempenhados pelos seus respectivos membros. A “esperança” também é avaliada socialmente como valor positivo em contraposição ao “desespero” como veremos a seguir. “Deus” é avaliado positivamente em contraponto a entidades demoníacas ou ao próprio ceticismo e, não raro, também são atribuídos valores negativos a manifestações religiosas de outras matrizes não cristãs. Por sua vez, “futuro” talvez represente a categoria avaliativa mais complexa, porque o seu valor positivo ou negativo dependerá das demais categorias que lhe são associadas. Enquanto categoria relativa, sua *positividade* será advinda daquilo a que se opõe, isto é, às duas outras categorias avaliativas relativas de natureza temporal: ora o presente ora o passado. Nas manifestações que constituem nosso *corpus*, 100% das 42 referências à categoria “futuro” obtiveram valoração positiva.

Foram muitas as categorias que orbitaram em torno do universo semântico de um tempo futuro. Vota-se, por conseguinte, para que a “família” – juntamente com todo o campo semântico que as orbita, ou seja, a família do/a parlamentar, especificada ou não pelos nomes próprios de filhos e filhas, netos e netas, sobrinhos e sobrinhas, pai, mãe, esposa; famílias do Brasil, dos Estados, regiões, municípios, cidades; famílias de bem entre outras –, tenham “esperança” de um “futuro” “melhor”, exemplo Manifestação do Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP.): “pela esperança de um futuro melhor para o nosso País” (BRASIL, 2016, p. 202). Do mesmo modo se dá a construção de sentido em torno da categoria “povo” e seu vasto universo semântico (“brasileiro”, “Brasil” de determinado Estado, município e/ou cidade do enunciador, “nas/das ruas” etc.). Assim, vota-se “Para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro” como no exemplo anterior ou pelo “sim”, de esperança num novo futuro para o nosso Brasil” (BRASIL, 2016, p. 130).

Analisemos o voto proferido pelo Deputado Gilberto Nascimento (Bloco/PSC-SP.):

Sr. Presidente, eu, primeiro, agradeço a Deus pelo fato de estar neste momento nesta Casa. (i)Em nome da minha família e (ii)pensando no *futuro* dos meus *netos*, *Guilherme*, *Elisa* e *Gabriel*; (iii)pensando também nos [futuro de] *10 milhões de brasileiros que estão desempregados*; (iv)pensando nos [futuro de] *mais de 60 milhões de pessoas que estão com seu nome no SPC*; (v)pensando ainda no [futuro do] *povo evangélico* e (vi)nos [futuro dos] *meus eleitores de São Paulo*; (vii)na

esperança de que os brasileiros *voltem a sonhar, voltem a sorrir*, o meu voto é “sim” ao impeachment. Muito obrigado (BRASIL, 2016, p. 190, grifo nosso).

É importante atentarmos para a incidência da estratégia de singularização atuando em torno da ideia única de “futuro”. O uso desta categoria, explicitada em (ii) e inferenciada em (vii), se associa a outras categorias, remetendo-as à projeção de uma imagem espaço-temporal na qual os “desempregados”, inadimplentes, o “povo evangélico”, e os seus “eleitores” paulistanos, acrescidos do restante dos “brasileiros” “voltem a sonhar, voltem a sorrir”, pois esta é a sua “esperança”.

De modo ainda mais explícito, a imagem de um futuro promissor associado a outras categorias se verifica na fala do Deputado Rodrigo Martins (PSB-PI.);

(i)Pelo meu Estado do Piauí; (ii)*pelo futuro do povo do Brasil*, (iii)em especial, *dos piauienses e da cidade de Teresina*; (iv)em respeito *a todos os homens e mulheres de bem* (v)*que estão lutando, estão nas ruas por um Brasil melhor* [no futuro]; (vi)*pelo futuro das minhas filhas Maria Luísa e Ana Maria*; (vii)eu voto "sim" ao impeachment (Palmas) (BRASIL, 2016, p. 250, grifo nosso).

Partindo do mesmo expediente do exemplo anterior, a categoria “futuro” domina o universo sentidural do enunciado à medida que se associa a todas as outras categorias enumeradas: Ela se encontra elíptica em (i) e explícita em (ii) que se estende a (iii) e novamente explícita em (vi). Note-se que mesmo quando outro valor “respeito” é associado ao referente em (iv) “homens e mulheres de bem” a categoria “futuro” reaparece em (v), inferenciada, associada ao mesmo referente “por um Brasil melhor”.

Ao passo que chamou a atenção o fato de que foram, via de regra, favoráveis as categorias que remetiam à ideia de um tempo futuro condicionado à efetivação do impeachment, a sua contraposição também foi recorrentemente percebida. Houve vasta e distinta associação desfavorável à representação acerca do tempo presente, pois este resultaria dos vitupérios cometidos no passado pelo grupo governista à época. Em levantamento tipológico do *ethos*, ou seja, a imagem produzida para si no discurso dos líderes dos partidos que orientaram voto favorável à abertura do processo de impeachment, Lima (2018) conclui que a maioria dessas lideranças partidárias está identificada com *ethos* denunciador, desqualificador, responsabilizador e de ironia. Este estudo revelou a construção da imagem de “um político revoltado com *o Brasil da roubalheira*, e com *os vagabundos do PT*, atentos à *respeito à democracia, às leis e às divergências de opiniões* e que estão *ao lado do povo brasileiro*” (LIMA, 2018, p. 73). Por fim, o estudo conclui principalmente que a construção dessa imagem

(...) está inscrita num universo de significações correspondente a um imaginário em relação a um outro grupo. Esse imaginário foi construído em torno das expectativas daqueles que estavam nas ruas desde 2013 com os movimentos antipetistas gerenciados pela elite empresarial e midiática do Brasil (LIMA, 2018, p. 75).

Para a construção da representação mental do tempo presente, a categoria “corrupção” sozinha mereceu 51 menções “sim” e 7, “não” (DUARTE, p. 151). Ressalte-se que a categoria “corrupção” foi essencialmente associada ao grupo governista ou à condição atual da sociedade pelas manifestações favoráveis ao impedimento.

Assim, ao analisarmos todas as 40 manifestações que utilizaram a categoria temática “futuro”, buscamos identificar quantas dentre elas associaram essa categoria a valores positivos e socioculturalmente legitimados com base no processamento da informação em plataforma de critérios avaliativos (VAN DIJK, 2008), tais como “esperança”, “Deus”, “melhor” etc., conforme demonstrado no gráfico que segue:

Tabela 4

MANIFESTAÇÕES QUE CITARAM A CATEGORIA TEMÁTICA “FUTURO”	
ACEPÇÕES POSITIVAS	40
ACEPÇÕES NEGATIVAS	0
TOTAL	40

Fonte: Autoria própria

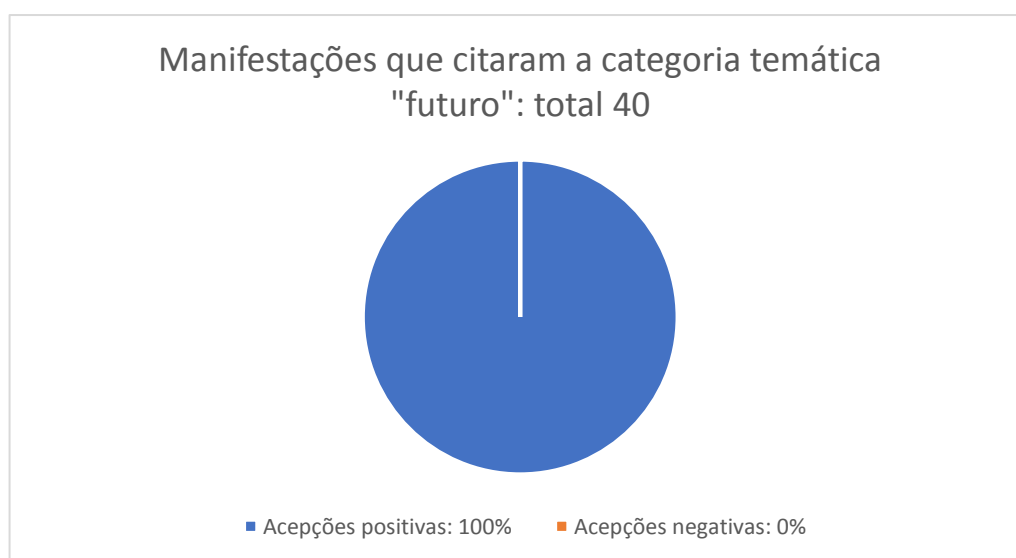


Gráfico 4. Fonte: Autoria própria

Com base nas recorrências identificadas, ou seja, na identificação das principais razões que motivaram os votantes do “sim” e, principalmente, no modo como essas categorias se

associaram a outras categorias indicativas de tempo (presente e futuro), podemos formular nosso quarto axioma:

AXIOMA 04: As motivações (subcategorias) mais recorrentes nas manifestações favoráveis ao impedimento (povo, Brasil, família, esperança, Deus) se associaram semanticamente, de modos diversos, à categoria “futuro”, construindo, assim, uma representação mental acerca do tempo futuro, dotado de esperança em melhorias diversas e na conquista da segurança contra as ameaças impostas pelo presente. De modo oposto, o tempo presente foi representado negativamente por associação a qualificações como corrupção, desespero (ausência de esperança) e ameaçador da realização de um futuro melhor.

MATRIZ III – REFERENTE AO AXIOMA 04 AS MOTIVAÇÕES (SUBCATEGORIAS) ASSOCIADAS SEMANTICAMENTE À CATEGORIA “FUTURO”	
NOME DO DEPUTADO	DISCURSO DE VOTAÇÃO
Jerônimo Goergen (Bloco/PP-RS.)	Para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro, pelo Rio Grande e pelo Brasil, “sim” ao impeachment! (Manifestação no plenário.)
Onyx Lorenzoni (DEM-RS.)	Diz o hino rio-grandense: “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra.” Estamos legitimados pelo povo brasileiro para dizer um “basta” para a roubalheira.
João Paulo Kleinübing (Bloco/PSD-SC.)	Sr. Presidente, com a esperança de um futuro melhor, pela brava gente de Santa Catarina e da minha Blumenau, eu voto “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)
Marco Tebaldi (PSDB-SC.)	Em nome de Joinville, de Santa Catarina, pelo meu neto Pedro, que nasceu há 10 dias, pelo futuro dele e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é “sim”. (Palmas.)
Nilson Pinto (PSDB-PA.)	Sr. Presidente, em respeito à minha mulher, aos meus filhos e aos meus netos, pelo povo do meu querido Estado do Pará, por um futuro melhor para o Brasil, eu voto “sim”. (Manifestação no plenário.)
Alex Canziani (Bloco/PTB-PR.)	“O futuro não é o mero encontro dos astros, o futuro se constrói”, segundo Dom Ivo Lorscheiter. Sr. Presidente, nobres pares, voto com o Relator Jovair Arantes. Voto pela reconstrução do Brasil. Voto “sim”!
Alfredo Kaefer (Bloco/PSL-PR.)	Pela liberdade, pela democracia, por um futuro melhor, em honra do povo do Paraná e das pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder, eu voto “sim” pelo impeachment. (Palmas.)
Mariana Carvalho (PSDB-RO.)	Pelo resgate da dignidade, pelos sonhos, pelo resgate da autoestima do povo brasileiro, pela juventude, pelo futuro das novas gerações, pelo povo de Rondônia, pelo Brasil, por Porto Velho, eu digo “sim” ao impeachment. (Palmas.)
Nilton Capixaba (Bloco/PTB-RO.)	Pelos meus eleitores, pela minha cidade de Cacoal, pela minha família, pelos evangélicos, por meu Estado de Rondônia e pelo futuro do Brasil, eu voto “sim”. (Palmas.)
Fábio Sousa (PSDB-GO.)	Sr. Presidente, pela minha família, por meus filhos, Estêvão e Amanda, pela minha esposa, pelos meus pais, pelo meu Estado de Goiás, pelo futuro do Brasil, eu digo “sim”. Viva o Brasil! (Palmas.)
Heuler Cruvinel (Bloco/PSD-GO.)	Por um Brasil melhor e mais decente, pelo futuro de nossos filhos, pelo fim da corrupção e dos fichas-sujas, por minha querida Rio Verde, pelo meu Estado de Goiás, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente. (Palmas.)
Lucas Vergilio	Pela minha filha Manuela que vai nascer, pela minha sobrinha Helena,

(SD-GO.)	pelo futuro de todas as crianças e jovens do nosso País, por todos os corretores de seguros do Brasil, em especial por todo o povo goiano, eu voto “sim”! Viva o Brasil! (Palmas.)
Flaviano Melo (Bloco/PMDB-AC.)	Pelo meu querido Estado do Acre; pelos peemedebistas, que sempre me acompanharam; pela democracia; pelo futuro deste País para nossos filhos e nossos netos, eu voto “sim”
Rocha (PSDB-AC.)	Sr. Presidente, ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil. Por um País melhor; por mais esperança para a nossa população; por um novo futuro para as novas gerações, eu voto em favor da minha família, do meu Estado, o Acre, e do Brasil. É “sim”, pelo impeachment! Fora, PT! Fora, rouba-lheira!
Alex Manente (PPS-SP.)	Sr. Presidente, tenho a honra de iniciar a votação do Estado mais forte do nosso País. Em respeito à minha família, para honrar o futuro das minhas filhas, para ter fé no nosso País, trago aqui a representação de uma das maiores regiões do nosso País, que é o grande ABC paulista. Trago também a bandeira da minha cidade, São Bernardo do Campo. É pelo Brasil e por São Bernardo que eu voto “sim”, pelo impeachment da Presidente.
Capitão Augusto (Bloco/PR-SP.)	Sr. Presidente, pelo futuro do meu filho, Breno, pela minha família, pela minha cidade de Ourinhos e região, pela minha querida Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo Brasil, pela honestidade e pela ética, em homenagem aos policiais militares que deram a sua vida pela sociedade, eu voto “sim”, pelo impeachment.
Eli Corrêa Filho (DEM-SP.)	Contra a corrupção deste País, pelo futuro das minhas filhas Sophia e Luna e de todos os brasileiros, por Guarulhos, por São Paulo e pelo Brasil, “sim” ao impeachment.
Gilberto Nascimento (Bloco/PSC-SP.)	Sr. Presidente, eu, primeiro, agradeço a Deus pelo fato de estar neste momento nesta Casa. Em nome da minha família e pensando no futuro dos meus netos, Guilherme, Elisa e Gabriel; pensando também nos 10 milhões de brasileiros que estão desempregados; pensando nos mais de 60 milhões de pessoas que estão com seu nome no SPC; pensando ainda no povo evangélico e nos meus eleitores de São Paulo; na esperança de que os brasileiros voltem a sonhar, voltem a sorrir, o meu voto é “sim” ao impeachment. Muito obrigado.
Luiz Lauro Filho (PSB-SP.)	Sr. Presidente, deixo claro que o meu posicionamento desde o início era para que houvesse novas eleições, para que o povo, sim, pudesse escolher o futuro do nosso País. Mas, com o sentimento de dever e obrigação, representando os mais de 105 mil eleitores que me colocaram aqui neste meu primeiro mandato, honrando esta confiança que recebi; em nome da minha família — meus pais, que estão aqui em Brasília me acompanhando; minha mãe, Iara; meu pai, Luiz Lauro; minha esposa, Larissa, e o meu filho, que traz também o meu nome, Luiz Lauro Neto —, Sr. Presidente, eu voto “sim”
Milton Monti (Bloco/PR-SP.)	Voto pela juventude brasileira, pela esperança de um futuro melhor. Voto “sim”! (Palmas.)
Rodrigo Garcia (DEM-SP.)	Sr. Presidente, ao lado aqui do meu suplente, Deputado Marcelo Aguiar, que comigo representa São Paulo; pelo futuro dos meus filhos, pelo futuro dos filhos de todos os brasileiros, pelo nosso querido Estado de São Paulo e pelo Brasil, eu voto “sim”
Samuel Moreira (PSDB-SP.)	Sr. Presidente, por absoluto respeito à Constituição, por reformas, pela esperança de um futuro melhor para o nosso País, eu voto “sim”
Juscelino Filho (DEM-MA.)	Sr. Presidente, pela minha família, pelos meus amigos e colegas médicos, pelo povo do meu querido Estado, o Maranhão, que me deu a oportunidade de representá-lo hoje neste momento histórico, em especial pela minha querida Santa Inês e por Vitorino Freire, por um futuro melhor para o nosso Brasil, meu voto é “sim”! (Palmas.)
Aureo (SD-RJ.)	“Feliz a nação cujo Deus é Senhor!” Sr. Presidente, eu acredito nisso. Como Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro, representando aqui não só o Estado, mas a minha cidade de Duque de Caxias, com a responsabilidade

	de chegar a casa e olhar meus filhos e a minha família, eu voto “sim”. Sr. Presidente, quero, ao olhar para os meus filhos, Gabriel e Alice, construir um futuro melhor e encher de esperança este Brasil. Eu voto “sim”. Fora, Dilma! Fora PT!
Felipe Bornier (Bloco/PROS-RJ)	Pelo futuro do meu filho e do meu País, pelo meu Estado do Rio de Janeiro; que tenho muito orgulho de representar aqui na Câmara dos Deputados; pelos meus eleitores do noroeste fluminense; pela minha querida Baixada Fluminense; pela minha maravilhosa cidade de Nova Iguaçu, que eu muito amo e tenho orgulho de representar nesta Casa, e pelos 10 milhões de brasileiros hoje desempregados, eu voto pelo impedimento da Presidente da República. Eu voto “sim” !
Otavio Leite (PSDB-RJ.)	Em primeiro lugar, eu queria deixar claro que, assim como o grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, eu creio na vitória final inexorável do Brasil como nação. Em nome daqueles que estão nas ruas no Rio de Janeiro, em nome do povo do Rio de Janeiro, em defesa do futuro e da esperança das novas gerações, eu voto “sim” ao impedimento de Dilma Lana Rousseff.
Heráclito Fortes (PSB-PI.)	Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu abraço à minha mulher Mariana; às minhas filhas Marianinha, Heloísa e Camila; aos meus netos Antônio e João; à minha neta que está por vir, Olímpia; à minha irmã Zélia; e à minha Tia Elzimir, com 96 anos. Esse pessoal sabe o que eu sofri nas mãos do PT de 2010 até agora. O voto que eu vou dar não é um voto de rancor, é o voto da lógica, é o voto do futuro do Brasil. O voto que eu vou dar é o voto que o Brasil está exigindo, é o voto em nome das ruas. Portanto, ele é “sim”. (Palmas.)
Rodrigo Martins (PSB-PI.)	Pelo meu Estado do Piauí; pelo futuro do povo do Brasil, em especial, dos piauienses e da cidade de Teresina; em respeito a todos os homens e mulheres de bem que estão lutando, estão nas ruas por um Brasil melhor; pelo futuro das minhas filhas Maria Luísa e Ana Maria; eu voto "sim" ao impeachment. (Palmas.)
Beto Rosado (Bloco/PP-RN.)	Agradeço a todo o Partido Progressista, que entendeu o sentimento das ruas e de toda a sua bancada e votou majoritariamente, fez questão de fechar o voto em favor do impeachment. Quero dizer que nós agora temos a oportunidade de sonhar, a oportunidade de ter esperança em um futuro melhor. Quero saudar minha cidade, Mossoró; todo o povo potiguar; minha família; meu pai, Betinho Rosado, que foi Parlamentar por cinco mandatos aqui nesta Casa. O meu voto é “sim”. (Muito bem! Palmas.)
Dâmina Pereira (Bloco/PSL-MG.)	Pelo futuro dos meus netos, pela minha cidade Lavras, pelo meu querido povo mineiro e pela retomada do crescimento do Brasil, meu voto é "sim".
Renzo Braz (Bloco/PP-MG.)	Sr. Presidente, pelo futuro de nossas crianças, pelos meus filhos, Marina, Gilberto Braz e Renzo Braz, por minha mulher, por minha Minas e a favor do Brasil, eu voto “sim”, Sr. Presidente. (Manifestação no plenário.)
Rodrigo De Castro (PSDB-MG.)	Por um futuro melhor para a nossa gente, precisamos reconstruir o País, arrasado pela quadrilha do PT. Precisamos dar novamente esperança às famílias brasileiras. Pelos exemplos e ensinamentos de meu pai, por meus filhos, por minha família, em memória de Juscelino e Tancredo, em honra à bandeira de Minas Gerais, “sim” ao impedimento da Presidente da República! (Palmas.)
Arthur Oliveira Maia (PPS-BA.)	Sr. Presidente, eu voto com a maioria do povo brasileiro. Eu voto, Sr. Presidente, na esperança de construirmos um País em que caiba a grandeza da felicidade, do futuro de todos os brasileiros. Pela Bahia e pelo Brasil! Meu voto é "sim". (Manifestação no plenário.)
Claudio Cajado (DEM-BA.)	Pelas baianas e baianos que querem um País decente, em nome da minha cidade, Dias d'Ávila, que me projetou para a vida pública, digo que o povo brasileiro não é refém deste momento, mas passageiro rumo ao futuro e ao seu melhor destino. Para que os governantes brasileiros possam cumprir a Constituição da República do Brasil e as leis brasileiras que ao tomarem posse juraram defender e cumprir, voto “sim”, pelo impeachment. (Manifestação no plenário.)

Elmar Nascimento (DEM-BA.)	Para extirpar da vida nacional essa organização criminososa que sequestrou a Bahia e o Brasil, pelo Brasil e pelos brasileiros, pela Bahia e pelos baianos, pelo futuro das minhas Mariana e Juliana, encho o peito de orgulho, e este campo-formosense vota “sim”. Viva o Brasil!
Paulo Azi (DEM-BA.)	Sr. Presidente, o meu voto homenageia a minha família. O meu voto respeita a vontade dos meus eleitores. Pela minha querida Alagoinhas; pela minha Bahia, que tem sofrido tanto nos últimos anos; pelos brasileiros que trabalham, que produzem e que constroem este País, um País de tanta corrupção — o meu voto também é uma homenagem a um exemplo de administrador público, perseguido pelo Governo Federal e Estadual e que, ainda assim, é considerado o melhor Prefeito do Brasil, o Prefeito de Salvador, ACM Neto —; e pelo futuro do Brasil; é “sim”. (Palmas.)
Aguinaldo Ribeiro (Bloco/PP-PB.)	Sr. Presidente, hoje não é um dia de homenagem, não é um dia de celebração, é um dia de lamento. E todos nós, todas as forças políticas que aqui estão, devemos ter responsabilidade, a partir de amanhã, com o futuro do nosso País. Eu respeitei democraticamente, como Líder do meu partido, a maioria absoluta que fechou a questão. Eu sou líder da maioria, não sou líder de minoria. Por isso, sigo o meu partido pela admissibilidade desse processo. (Manifestação no plenário.)
Rômulo Gouveia (Bloco/PSD-PB.)	Sr. Presidente, para chegar a esta Casa pedimos confiança à população. No meu Estado da Paraíba, na minha querida Campina Grande, a população inteira pede mudança. A população não aceita este modelo administrativo implantado no País. A minha população, através dos vários segmentos da sociedade, fez com que se decidisse neste instante o futuro do Brasil, que precisa de todos. Precisamos nos unir num Governo de coalizão, para o futuro deste País. Sr. Presidente, em 1952 o jovem Vereador Félix Araújo, em Campina Grande, foi assassinado porque combatia a corrupção. E o que nós estamos votando hoje é o combate à corrupção, é o fim da corrupção. Por isso, Sr. Presidente, em nome da Paraíba, em nome de Campina Grande, voto “sim”! (Palmas e manifestação no plenário. Sete! Sete! Sete! Sete!)
Wilson Filho (Bloco/PTB-PB.)	Sr. Presidente, Deputados e Deputadas do Brasil, eu tenho orgulho de neste momento histórico representar o meu Estado, a Paraíba. Em nome de João Pessoa, em nome de todo o Estado eu decidi olhar para o futuro, apostar na boa política e na renovação da esperança do brasileiro. As pedaladas fiscais aconteceram, e nós estamos no momento certo para mudar o Brasil. Está na hora de mudar o Brasil! Eu voto “sim”. (Manifestação no plenário: Cinco! Cinco! Cinco!)
Bruno Araújo (PSDB-PE.)	Sr. Presidente, quanta honra o destino me reservou de poder da minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, Pernambuco nunca faltou ao Brasil. Carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia. Por isso, eu digo ao Brasil "sim" pelo futuro! (Manifestação no plenário.)

Fonte: Autoria própria

Desse modo, duas imagens foram construídas por meio de recursos de sentido: uma imagem do (i) *futuro*, sempre positiva, que simboliza a *mudança* e a *esperança* de fuga de um (ii) *presente* cruel e perverso provocado pelo *passado* corrupto e/ou incompetente (bem menos utilizado) do governo atualmente no poder. Essa imagem do passado foi construída sobretudo de duas maneiras: tanto pela *denuncismo* direto como, por exemplo, em: “contra este Governo, que sempre tentou destruir a família” (BRASIL, 2016, p.237) assim como por oposição aos valores virtuosos do futuro como em “Por um Brasil com justiça, igualdade

social e sem corrupção, por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses, eu voto “sim”, Sr. Presidente.” (BRASIL, 2016, p. 121).

Essas regularidades identificadas mostram que este cenário discursivo com enfoque na luta do bem contra o mal nas imagens respectivas de futuro versus passado nas falas analisadas obteve prevalência absoluta sobre motivos que fugiram à esta polarização como o *fechamento de questão partidária* e o próprio crime de responsabilidade.

3.6 Da natureza ideológica e afetivamente polarizada das razões do impeachment

3.6.1 Da polarização afetiva

Para melhor compreensão do que se segue, isto, dos efeitos práticos da polarização ideológica enquanto ações sociais concretas – e que esteve na base e acompanhou a eclosão de uma onda de ódio e violências diversas, simbólicas e físicas, no país entre as manifestações de junho de 2013 e que perpassa a Sessão plenária do dia 17 de abril de 2016 –, importa-nos perscrutar minimamente a concepção do filósofo Baruch de Espinoza acerca de sua filosofia geométrica dos afetos.

Por afeto, o autor compreende “as afecções do corpo pelas quais a potência de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções” (ESPINOZA, 2015, p. 237). “O Aumento ou diminuição de potência não é, senão, aumento ou diminuição do conatus, isto é, da capacidade de ser e agir” (JESUS, 2015, p. 168). Se a potência de agir for aumentada, ou seja, a mente formar uma ideia que expresse mais realidade de que a que antes afirmava a respeito do seu corpo, tem-se o afeto da Alegria. Contrariamente, a passagem de um corpo a um estado de menor perfeição, ou potência de agir forma o afeto da Tristeza. Juntos, Desejo, Alegria e Tristeza, constituem os três afetos originários, a partir dos quais todos os outros derivam (ESPINOZA, 2015).

Derivam, pois, dos três afetos originários, entre outros, o Amor que é “a Alegria conjuntamente à ideia de causa externa” e o Ódio se configura por ser “uma Tristeza conjuntamente à ideia de causa externa” (ESPINOZA, 2015, p. 343-5). Acrescente-se que “por sumo direito de natureza cada um julga o que é bom, o que mau, e cuida do que lhe tem utilidade conforme seu engenho (*ver Prop. 19 e 20 desta parte*) vingam-se (*ver Corol. 2da*

Prop. 40 da parte 3) e esforça-se para conservar o que ama e destruir o que odeia (*ver Prop. 28 da parte 3*)” (ESPINOZA, 2015, p. 435).

Nas manifestações que exporemos em matriz específica no final da construção deste axioma, identificamos uma polarização ideológica operada por essas crenças de base valorativa, que posiciona, de um lado, uma autoapresentação positiva e mistificada da ideia de um tempo futuro que se associa ao afeto de Esperança, ou seja, “a Alegria inconstante originada da ideia de uma coisa futura ou passada de cuja ocorrência até certo ponto duvidamos”. (ESPINOZA, 2015, p. 347). Do outro lado, por outroapresentação negativa e não menos mistificada, identificamos a formação de uma ideia acerca do tempo presente que se associa ao afeto de Desespero, isto é, “a Tristeza originada da ideia de uma coisa futura ou passada da qual foi suprimida a causa de duvidar”. (ESPINOZA, 2015, p. 347).

Decorre imediatamente dessa polarização que: ao se autoapresentar o tempo futuro positivamente, associando-o ao afeto de Esperança, por definição, mobiliza-se necessariamente o afeto do Medo, pois “não se dá Esperança sem Medo, nem Medo sem Esperança”, isto é, a Esperança implica necessariamente o Medo da não realização de algo – uma vez que “quem está suspenso pela Esperança e duvida da ocorrência da coisa imagina algo que exclui a existência da coisa futura; e por isso se entristece” (ESPINOZA, 2015 p. 347).

Do mesmo modo, ao se outroapresentar o tempo presente (e o passado) negativamente, associando-o ao afeto de Desespero e, por definição, suprimindo-lhe a Esperança de melhora das condições sociais por meio da permanência do governo petista, mobiliza-se o afeto de Desejo pela Segurança que é “a Alegria originada da ideia de uma coisa futura ou passada da qual foi suprimida a causa de duvidar” (ESPINOZA, 2015 p. 347). Em síntese, não haveria nenhuma Esperança para o tempo presente (Desespero). Portanto, deve-se ter Desejo pelo futuro (portador de Esperança). Contudo, por definição há uma causa externa que provoca o Medo de que esse futuro não se realize. Uma vez que os indivíduos, por natureza, se alegram ao imaginarem destruído o que acreditam ser causa de Tristeza, logo, estará instituído o afeto do Ódio à causa externa que, por definição o constitui e, por conseguinte,

Nos alegraremos (pela Prop. 20 desta parte) se imaginarmos destruído o que acreditamos ser causa de Tristeza, isto é, (pelo Esc. da Prop. 13 desta parte), se imaginarmos destruído o que odiamos, e por isso (pela primeira parte desta demonstração) nos esforçaremos para destruí-lo, ou seja (pela Prop. 13 desta parte) para afastá-lo de nós a fim de que não o contemplemos como presente, o que era o

segundo. Logo, esforçamo-nos para fazer que aconteça, etc. C. Q. D. (ESPINOZA, 2015, p. 283).

Desse modo, quando o discurso político associa a categoria avaliativa “mudança” a um afeto de Alegria como a Esperança, o ato de *mudar* também se torna uma ação positiva à medida que se é preciso abandonar uma situação desfavorável (Desespero), tornando-se, portanto, uma ação desejada (“precisamos de mudança”). Contrariamente, se opõe a essa ação positiva da *mudança*, o estado negativo de permanência, sem qualquer Esperança de melhoria das condições da população.

O oposto também se apresenta: quando a categoria avaliativa “mudança” está associada ao afeto de Medo, o ato de mudar se torna uma ação de valor social negativo, pois não se deve abandonar a Segurança (valor social positivo) daquilo que já se tem, arriscando-se a mudar para uma situação futura de Desespero (afeto triste, valor social negativo). Por exemplo, há *slogans* políticos baseados em adágios populares que preconizam “ser melhor um passarinho na mão do que dois voando”.

Seja avaliado positivamente seja negativamente, a Esperança representa uma crença avaliativa, isto, é uma opinião. Quando associada à mudança, como em todos 360 pronunciamentos pró-impeachment, a Esperança, simultaneamente, constrói um sentido positivo de possibilidade de realização daquilo que se prenuncia, mas constrói também, por inferência, um sentido negativo de Medo da não realização. Se, portanto, for atribuída ao afeto de Tristeza uma causa externa, explícita ou inferenciada, mobiliza-se o afeto do Ódio contra essa causa externa e, por conseguinte, nos alegraremos ao imaginar a sua destruição e, por fim, nos esforçaremos por destruí-la.

Desta feita, analisemos a manifestação do Deputado Mário Heringer (PDT-MG.)⁵²:

1. “eu não tenho mais idade para ser rebelde”,
2. “mas ainda tenho idade para ter esperança”.
3. “E, neste momento, nós precisamos disso, precisamos de mudança. Por isso, eu vou votar “sim””.

⁵² “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho mais idade para ser rebelde, mas ainda tenho idade para ter esperança. E, neste momento, nós precisamos disso, precisamos de mudança. Por isso, eu vou votar “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)” (BRASIL, 2016, p. 268).

O esquema narrativo da manifestação do parlamentar segue um *script* básico bastante recorrente nas falas pró-impeachment: a polarização entre a outroapresentação negativa da permanência/tempo presente/Desespero (ausência de Esperança) *versus* a autoapresentação positiva da mudança/tempo futuro/Esperança. As manifestações geralmente se alternam entre um ou outro modelo, não sendo raro a dupla apresentação no mesmo pronunciamento. Assim em “1” há uma outroapresentação negativa por meio do valor da “rebeldia”.

Esta configura uma opinião, portanto, avaliada positiva ou negativamente, pois ela coloca em risco o valor social positivo do afeto de Segurança⁵³, associando-se, por inferência, à permanência/presente/Desespero. Em “2”, o afeto de Esperança também representa uma *opinião*, porque é um valor socialmente positivo por representar um afeto de Alegria diferentemente de sua afecção oposta: o Medo. Isso implica que em “3” o valor “mudança”, será avaliado positivamente, pois está associado a um afeto de (Esperança).

Assim, na fala do parlamentar há, no tempo futuro (mudança), (i) um afeto de Alegria (Esperança) que é constituído conceitualmente pelo afeto do Medo. Se for identificada o a causa externa que ameaça a Esperança (o/s governo/s do PT), tem-se o Ódio. Nos alegraremos ao imaginarmos destruído o que acreditamos ser a causa da Tristeza (o/s governo/s do PT) e, portanto, nos esforçaremos para destruí-lo.

Analiseemos o pronunciamento do Deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP.):

Presidente, meus caros colegas, meu voto é contra o Governo, que institucionalizou a corrupção neste País. Quero fazer homenagem aqui aos brasileiros de bem, àqueles milhões que foram às ruas para reivindicar mudanças, e mudança é o impeachment. Pela Constituição, pelo Brasil, pelo meu Estado de São Paulo, voto “sim”, Sr. Presidente (BRASIL, 2016, p. 203).

O esquema de polarização é mantido, porém identificando-se explicitamente a causa externa deliberadamente responsável pelas mazelas sociais que assolam a população e causam nela o afeto de Desespero (institucionalizou a corrupção). A esse afeto inicial de Tristeza, é colocada a opção da mudança (“e mudança é o impeachment”), buscando despertar a Alegria contida no afeto de Esperança. Entretanto, por não haver Esperança sem Medo, institui-se o temor de que a mudança não ocorra, devendo-se, pois, esforçar-se para destruir a causa externa geradora do afeto de Ódio: “o governo, que institucionalizou a corrupção neste país”.

⁵³ Além disso, ser rebelde caracteriza uma valoração negativa pra pessoas da idade do enunciador de acordo com os padrões avaliativos do modelo de família tradicional brasileira que, contrariamente, tende a valorizar positivamente a qualidade da obediência.

Em outras palavras, tenta-se (i) mobilizar um afeto de Tristeza associado ao tempo presente (Desespero); (ii) provocado por uma causa externa e que ameaça a Alegria da Esperança de um futuro melhor (o/s governo/s do PT) e, por isso, provoca Medo. Se naturalmente nos esforçamos para destruir o que nos causa Tristeza (Desespero do presente e Medo de não realização do futuro), logo nos alegraremos por imaginar a destruição do/s governo/s do PT e, conseqüentemente, nos esforçaremos para destruir o/s governo/s do PT.

Desse modo duas imagens foram construídas por meio de recursos de sentido: uma imagem (i) do tempo futuro, sempre positiva, que simboliza a mudança e a Esperança de fuga de um (ii) tempo presente cruel e perverso provocado pelo passado corrupto e/ou incompetente (bem menos utilizado) do governo no poder à época. Essa imagem do passado foi construída sobretudo de duas maneiras: tanto pela *denuncismo* direto como, por exemplo, em: “contra este Governo, que sempre tentou destruir a família” (BRASIL, 2016, p.237) assim como por oposição aos valores virtuosos do futuro como em “Por um Brasil com justiça, igualdade social e sem corrupção, por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses, eu voto “sim”, Sr. Presidente.” (BRASIL, 2016, p. 121).

Por fim, analisamos o uso efetivo do dispositivo do quadrado ideológico nas 360 manifestações que optaram por referenciar uma justificativa para o seu posicionamento. Conforme podemos verificar na tabela que segue, apenas dezesseis representantes não lançaram mão do estratagema da autoapresentação positiva e/ou da outroapresentação negativa, o que representa um percentual de 4,4% conforme vemos na tabela que segue:

TABELA REFERENTE ÀS MANIFESTAÇÕES QUE, CONFORME A PESQUISA, NÃO DEMONSTRARAM O USO DO RECURSO DO QUADRADO IDEOLÓGICO DA POLARIZAÇÃO

Tabela 5

01)	José Fogaça
02)	Celso Maldaner
03)	Giacobo
04)	Paulo Maluf
05)	Sarney Filho
06)	Deley
07)	Eduardo Cunha
08)	Iracema Portella
09)	Júlio Delgado
10)	Lincoln Portela
11)	Paulo Abi-Ackel
12)	Antonio Imbassahy

13)	Lucio Vieira Lima
14)	Fernando Coelho Filho
15)	João Fernando Coutinho
16)	Fábio Reis



Finalmente, temos elementos para a construção de um axioma baseado nas recorrências identificadas quanto à natureza ideológica e afetivamente polarizada das manifestações favoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff.

AXIOMA 05: Constatou-se, nas manifestações pró-impeachment, recorrência de um processo de polarização ideológica e afetiva, na medida em que foram associados valores negativos às representações mentais fabricadas acerca da condição de permanência e do tempo presente, suscitando a mobilização do afeto do Desespero, derivado do afeto originário da Tristeza. Em oposição, foram associados valores positivos às representações mentais fabricadas acerca da condição de mudança e do tempo futuro, suscitando a mobilização do afeto da Esperança, (derivado do afeto originário da Alegria) e, em consequência, do afeto do Medo, derivado do afeto originário de Tristeza.

3.7 A dramatização do ato: “o triângulo da dramaturgia política”⁵⁴ e o *slogan* político

3.7.1 Da apresentação dos valores

⁵⁴ Título de um tópico temático do capítulo “as estratégias do discurso político” da obra o discurso político de Patrick Charaudeau (2017).

Para o semiologista francês, Patrick Charaudeau (2005), a boa escolha dos valores não bastaria para a obtenção de resultados eficazes de manipulação (cognitiva) das crenças e *atitudes* sociais pretendidas pelos enunciadores do discurso político. Ele perceberia “que é na maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço político” (2017, p.97). Todavia, a importância e a eficácia da apresentação dos valores estariam submetidas à satisfação de certas *condições de simplicidade* e de *argumentação*. Uma vez satisfeitas essas condições, elas produziriam fórmulas destinadas a produzir efeitos de evidência aptos a aumentar o poder de atração do público tais como os *slogans* publicitários.

A pesquisa partiu da hipótese de que essas *condições de simplificação* e de *argumentação* cooperaram simultaneamente nas falas pró-impeachment para a construção de um formato linguístico-discursivo ideal, funcionando como um *slogan* político.

3.7.1.1 Condições de simplicidade

A estratégia de *simplificação* da complexidade inerente aos fenômenos da realidade concreta é tão necessária quanto pretenda o discurso político persuadir um conjunto de indivíduos “heterogêneos e dispares do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade de informar-se, de sua capacidade de raciocinar e de sua experiência de vida coletiva” (CHARAUDEAU, 2005, p.97). Ainda segundo o autor:

Simplificar não é fácil e comporta um risco. O mundo é complexo, o universo do pensamento é complexo, o processo de construção das opiniões é complexo; *simplificar é, portanto, tentar reduzir essa complexidade à sua expressão mais simples*. E aqui surge o risco, pois simplificar pode levar a uma falsa verdade; a uma verdade não provada ou mesmo a uma contra-verdade (CHARAUDEAU, 2005, p.98 grifo nosso).

O processo simplificador, ou nos termos de Charaudeau (2005, p.97-100), as *condições de simplicidade* acarretam sempre a perda de um pouco de verdade. Chomsky (2013) será mais enfático ao afirmar que a manipulação ideológica precisa “falsificar completamente a história”. A propaganda política precisa convencer a opinião pública “de que quando atacamos e destruímos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante”, ou seja, é preciso instigar a população “e para instiga-las é preciso amedrontá-las” (CHOMSKY, 2013, p.31-6).

3.7.1.1.1 Singularização

Charaudeau observará, no discurso político, o uso essencialmente de dois procedimentos constitutivos das *condições de simplicidade*: a *singularização* e a *essencialização*. O primeiro consiste em exprimir uma ideia de cada vez para tentar garantir a clareza que permitiria concentrar a atenção do expectador e mantê-la totalmente focalizada nessa ideia isolada e única, evitando, assim, a multiplicação de ideias capazes de confundir espíritos não habituados à especulação intelectual.

Por exemplo, ao votar a favor do impeachment da Presidenta, o Dep. Heuler Cruvinel (Bloco/PSD-GO.) declarou: “Por um Brasil melhor e mais decente, pelo futuro de nossos filhos, pelo fim da corrupção e dos fichas-sujas, por minha querida Rio Verde, pelo meu Estado de Goiás, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente. (Palmas.)” (BRASIL, 2016, p.164). Apesar da enumeração de diversos grupos e pessoas contempladas na fala, o processo de *singularização* aparece aqui na forma de uma única ideia central: *se nós (pessoas de Rio Verde e do Estado do Goiás) pretendemos viver (com nossos filhos) em um lugar melhor e mais decente no futuro (Brasil sem corrupção), a presidenta deve sair.*

3.7.1.1.2 Essencialização

O segundo processo de simplificação, a *essencialização*, consistiria “em fazer com que uma ideia seja inteiramente contida, reunida e condensada em uma noção que existiria em si, de maneira natural, como uma essência, independentemente de outra coisa que não ela mesma” (CHARAUDEAU, 2005, p.98-100). Essa ideia, uma vez essencializada, absolutizada no depender apenas de si própria, que existe em si mesma, isto é, a *essencialização*, se expressa fenomenicamente sob formas nominalizadas, tais como, “imigração” que reúne em si ideias e concepções deletérias já naturalizadas ao ponto de não se haver mais a necessidade de se interrogar acerca da complexidade desse fenômeno. A palavra imigração traz em si concepções não mais questionáveis, referindo-se àqueles que invadem territórios alheios, que provocam desemprego da população invadida, que representa uma ameaça à população do país invadido etc. (CHARAUDEAU, 2005).

No exemplo anterior do Deputado do PSD do Estado de Goiás a essencialização aparece, dentre outros sentidos construídos, no modo naturalizado, em nível de pressuposto, acerca da possibilidade de existência de um Brasil livre da corrupção no contexto econômico e sócio-político que atravessava à época e, principalmente, se o fim da corrupção estava, de fato, condicionada ao impeachment.

À luz da teoria analítica em nível sociocognitivo de descrição de van Dijk (2008), a *essencialização* corresponderia, ao nosso senso, a uma tentativa de transformação de opiniões sociais, ou seja, “conjuntos de crenças na memória social, que não são tratados em termos de critérios de verdade, mas são compartilhados na base de critérios avaliativos (bom vs. ruim etc.), em conhecimento “factuais”, ou seja, as crenças aceitas por grupos ou culturas inteiras baseadas em seus critérios de verdade, aceitos como verdadeiros e, portanto, não disputados, mas pressupostos dentro de determinado grupo, sociedade ou cultura tal como o conhecimento científico ou cultural. Resumidamente, a essencialização pretenderia transformar opiniões sociais avaliativas em conhecimentos culturais e sócio-historicamente legitimados. Opinião social que, de tantas vezes empregada em determinados contextos, “se torna portadora de algo que existe em si, de maneira absoluta, impondo-se inevitavelmente. O indivíduo não teria mais que se interrogar sobre a complexidade desse fenômeno” (CHARAUDEAU, 2005, p. 99).

3.7.2 O *slogan* e a busca pelo consenso passional

Charaudeau (2005) mostrará que as diferentes combinações constituídas por ambos os procedimentos (*singularização* e *essencialização*) gerará fórmulas destinadas a produzir um efeito de evidência, de modo que, quanto mais concisas e ao mesmo tempo semanticamente carregadas – isto é, apresentando, de maneira global, uma ou mais ideias, essencializando-as e tornando-as indeterminadas e fluidas –, mais essas fórmulas terão poder de atração (CHARAUDEAU, 2005, p.99).

O autor elencará diversas fórmulas munidas desses procedimentos que buscam afetar o público, pelo uso de (i) *palavras*, desligadas de seu contexto original, passando a emprega-las de maneira absoluta, sem que se saiba [ou seja, preciso saber] quem as utilizou inicialmente, a que atores estão relacionados nem a propósito do que foram empregadas: “imigração”, “solidariedade”, “precariedade”, “raça”, “(in)segurança”, “(anti)globalização”, assim como todos os *-ismos* como “comunismo”, “socialismo”, “neoliberalismo”; (ii) *sintagmas cristalizados*, compostos por um nome e um adjetivo ou dois nomes em relação de dependência: “resgate da esperança”,⁵⁵ “a favor da mudança”,⁵⁶ “populismo irresponsável”,⁵⁷

⁵⁵ Deputada Shéridan (PSDB-RR.) (BRASIL, 2016, p.123).

⁵⁶ Deputado Afonso Hamm (Bloco/PP-RS.) (BRASIL, 2016, p.123).

⁵⁷ Deputado Alceu Moreira (Bloco/PMDB-RS.) (BRASIL, 2016, p.124).

“vagabundização remunerada”,⁵⁸ “partido das trevas”,⁵⁹ “o pavor de Dilma Rousseff!”⁶⁰; (iii) *frases elípticas* cuja concretude produz efeito de absoluto: “isso nunca mais”, “pela minha família”, “que todos tenham dignidade”; (iv) *Frases definicionais e exclamativas*, que, ainda conforme Charaudeau (2005, p.99-100), funcionando como as *máximas*, *adágios* ou *provérbios*, apresentam-se com valor de verdade geral, algumas soando quase como veredictos: “verá que um filho teu não foge à luta”, “que Deus tenha misericórdia desta Nação”; (v) recursos retórico-estilísticos: “tchau, querida”, “PT, Partido das Trevas” entre outras estratégias elencadas pelo autor.

Charaudeau conclui que esses recursos concorrem para a fabricação do “efeito de *slogan*” à moda do discurso publicitário, ressaltando-se que em alguns *slogans* a força do critério de verdade nem sempre pode ser verificada facilmente, como em “L’Oréal, a eterna juventude”, “carne de qualidade tem que ser Friboi” ou “Banco do Brasil, todo seu”. Diferentemente, no discurso político, *slogans* como “contra este Governo, que sempre tentou destruir a família”, “o PT rasga a Constituição”, “Ela [Dilma] não é honrada”, “o país está clamando por mudança”, “a voz do povo ecoará na Casa do Povo”, “pelos milhões de brasileiros que foram às ruas”, são capazes de adquirirem “força de verdade para quem quer crer em sua essencialidade” (CHARAUDEAU, 2005, p.100).

Chomsky (2018) mostrará que o objetivo principal de uma propaganda bem-feita é conseguir estabelecer um *slogan* do qual ninguém poderá discordar e, portanto, serão levados a apoiar. Ressalta que ninguém saberá o que ela significa porque efetivamente não significa nada, por exemplo, “você apoia nossas tropas?”. No entanto, sua importância decisiva reside no desvio da atenção de uma questão que, esta sim, é bastante significativa: “você apoia nossa política?” (CHOMSKY, 2018, p.26).

Todavia, o ponto mais relevante aqui talvez seja a finalidade principal que o *slogan* pretende atingir, na visão Charaudeauriana:⁶¹

⁵⁸ Deputado Alceu Moreira (Bloco/PMDB-RS.) (BRASIL, 2016, p.124).

⁵⁹ Deputado Marco Feliciano (Bloco/PSC) (BRASIL, 2016, p.199).

⁶⁰ Deputado Jair Bolsonaro (Bloco/PSC-RJ.) (BRASIL, 2016, p.232-3)

⁶¹ Chomsky mostrará que o objetivo principal de uma propaganda bem-feita é conseguir estabelecer um *slogan* do qual ninguém poderá discordar e, portanto, serão levados a apoiar. Ressalta que ninguém saberá o que ela significa porque efetivamente não significa nada, por exemplo, “você apoia nossas tropas?”. No entanto, sua importância decisiva reside no desvio da atenção de uma questão que, esta sim, é bastante significativa: “você apoia nossa política?” (CHOMSKY, 2013, p.26).

É verdade, porém, que tanto em um caso quanto em outro, o *slogan* visa a produzir junto àqueles que o recebem um efeito de adesão *passional* mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma *razão emocional* que excede largamente o que é dito explicitamente (CHARAUDEAU, 2005, p. 100, grifo nosso).

Com efeito, Charaudeau (2005) sustenta a necessidade de o ator político dever aderir à imagem do representante *chefe* ideal “que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções” e que, assim como muitos pensadores afirmaram e algumas grandes personalidades colocaram em prática: “a gestão das paixões é a arte da boa política”. Conduzir o receptor a uma “disposição de espírito” tal que seu julgamento possa ser mais facilmente orientado nesta ou naquela direção remonta à Aristóteles⁶², passando por Cícero⁶³, Pascal⁶⁴, Rousseau⁶⁵, e chega à Nova Retórica⁶⁶, admitindo-se que nenhum processo linguageiro que procure influenciar o interlocutor pode descartar o potencial dos afetos.

Há uma advertência feita pelo autor para os casos nos quais o exercício dessa gestão das paixões seja levado ao extremo pelo mascaramento de desejos de poder pessoal que podem conduzir a desvios fascistas e/ou populistas. Nessas condições, isto é, quando a gestão das paixões conduz à submissão total e cega da maioria de um povo,

Ele não dispõe mais de nenhum julgamento livre, não exerce mais nenhum controle e segue o chefe cegamente em uma fusão (às vezes, uma fúria) coletiva e irracional. Derivados ou não, sustentamos a hipótese, seguindo filósofos da retórica política, de que a influência política é praticada tanto no terreno da paixão quanto no do pensamento (CHARAUDEAU, 2005, p.81).

Portanto, sem negligenciar o papel do *ethos* e do *logos*, Charaudeau não apenas resgata a importância que deve ser dedicada à gestão dos afetos (*pathos*) por analistas do discurso, sobretudo do discurso político, mas vai ainda além ao destacar a posição central ocupada pela influência das paixões no convencimento, sedução e, mesmo, na “submissão total e sega” que a mobilização afetiva pode proporcionar. Daí decorre a possibilidade de estudos futuros que possam relacionar a manipulação afetiva fomentada pelo discurso e pela propaganda política e o aumento exponencial dos crimes de ódio a grupos sociais opositores ao projeto político-econômico liberal-conservador nos últimos anos no Brasil.

⁶² Aristóteles, (1991) Retórica.

⁶³ Cícero (1966), *Do orador*.

⁶⁴ Pascal (1954), *Da arte de persuadir*.

⁶⁵ Rousseau (1966) Emílio.

⁶⁶ Perelman & Olbrechts-Tyteca (1970).

Em síntese, simplificar implica, para o autor, evidenciar os valores que podem ser partilhados, ou seja, cultural e sócio-historicamente legitimados na base das representações sociais coletiva, para que possam, na busca do “consenso” (CHARAUDEAU, 2005, p.79), serem compreendidos pela maioria, evitando o isolamento do público. Por exemplo, conforme os axiomas II e III, na sessão parlamentar em estudo, os valores escolhidos para a composição do discurso dos parlamentares foram elencados menos para satisfazer o mérito imprescindível do processo a ser deliberado do que para atingir o “denominador comum das ideias do grupo ao qual ele [o político] se dirige” (CHARAUDEAU, 2005, p.97-98).

Assim, Duarte (2017) identificou as principais categorias evocadas pelos parlamentares. Enquanto a categoria “crime de responsabilidade” mereceu ser citada por apenas 18 deputados favoráveis ao impedimento, o que corresponde a 4,9% daquelas falas (2017, p. 151), a categoria “família” foi por elas mencionada 167 vezes (45,5%) para justificar a concordância com o impedimento (DUARTE, 2017, p. 149). Dito de modo mais específico, valores éticos e morais como “família”, “religião”, “Brasil” e “esperança” foram escolhidos em substituição (ver axioma II) e/ou complemento (ver axioma III) ao mérito único e necessário que motivara a sessão, assim como foram apresentados, satisfazendo condições específicas de simplificação (*singularização* e *essencialização*) para a adesão passional da maior quantidade possível de expectadores ao projeto político da ocasião.

3.7.3 Condições de argumentação

Em busca de maior eficácia da persuasão/manipulação valorativo-passional, agregam-se às *condições de simplificação* outras estratégias relevantes encontradas no nosso *corpus*. As *condições de argumentação* devem ser consideradas, segundo Charaudeau (2005), em sua perspectiva persuasiva, isto é, buscando antes satisfazer critérios de veracidade do que de verdade. Mais especificamente, “não é o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer verdadeiro” (2017, p.101). Incidindo sobre as *condições de argumentação*, operam “simplificações extremas”, nas quais o político que argumenta dentro da perspectiva de “encenação dos valores” propõe um *raciocínio causal simples*, apoiado em crenças presumidamente legitimadas pela maioria dos ouvintes ou leitores, destinados a produzir um efeito de prova.

3.7.3.1 Raciocínio causal ético ou principista

Para o autor, há essencialmente dois tipos de raciocínio causal no discurso político: o *principista* (ou ético) e o *pragmático*. O primeiro recebe esse nome “porque apresenta a finalidade como um princípio de ação” (CHARAUDEAU, 2005, p.101). Por exemplo, “Sr. Presidente, pela democracia, pelo Brasil, por Minas Gerais, em busca de melhores dias, votamos sim.” (BRASIL, 2016, p.255)⁶⁷. Não se trata simplesmente de exercer um ato (votar *sim*) para a obtenção de algo (pela democracia, pelo Brasil, por Minas Gerais, em busca de melhores dias), mas antes se trata de firmar um princípio (moral) que acarreta a imposição do ato de votar obrigatoriamente.

O assim chamado por Charaudeau (2005, p.102) de *discurso político de raciocínio ético* [ou principista] “visa a colocar o indivíduo diante de uma escolha moral (‘em nome do que é preciso agir’), ou seja, “a fazer os indivíduos aderirem a uma ideia simples que deveria constituir o princípio de sua adesão ao projeto político que lhes é proposto” (CHARAUDEAU, 2005, p.101). A estrutura lógico-causal *ética* ou *principista* foi a estratégia preferida pelos deputados federais na chamada votação do impeachment em 2016. Trata-se de uma proposição lógica do tipo “é porque *p* que *q*” na qual *p* representa as motivações evocadas pelas e pelos parlamentares e *q* representa a constante do posicionamento favorável quase sempre representado pelo advérbio “sim”: “Pelo resgate da dignidade, pelos sonhos, pelo resgate da autoestima do povo brasileiro, pela juventude, pelo futuro das novas gerações, pelo povo de Rondônia, pelo Brasil, por Porto Velho, eu digo “sim” ao impeachment.” (BRASIL, 2016, p. 163).

3.7.3.2 Raciocínio causal pragmático

Note-se que além da relação explícita de causalidade do tipo “é porque *p* que *q*” (“pelo resgate da dignidade [...] eu digo sim”) há também uma relação de condicionalidade implícita do tipo “se *p*, então *q*” na qual *p* representa, desta vez, a constante de posicionamento “sim” enquanto *q* passa a representar as variáveis pretendidas (“resgate da dignidade”, “sonhos”, “resgate da autoestima do povo brasileiro” etc.). Daí resulta que o resgate da dignidade, dos sonhos e da autoestima do povo brasileiro só se realizará *se* o grupo governista for afastado do comando do Estado e que por decorrência inferencial “necessária” a mesma destinação não acontecerá se o grupo permanecer. Mesmo nas formas mais reduzidas nas quais as

⁶⁷ Pronunciamento do Dep. do PSDB/MG, Bonifácio de Andrade.

qualificações associadas à categoria evocada estão implícitas, a condicionalidade permanece. Ainda no mesmo exemplo, na expressão “pelo Brasil” estão implícitos sentidos como “bem”, “futuro melhor” e “respeito à vontade do povo” principalmente. Todavia, tanto o “bem do Brasil”, “um futuro melhor para o Brasil” ou o “respeito à vontade do povo” apenas se efetivarão se o voto for “sim”, se se efetivar a saída do grupo que vencera a última eleição.

A essa construção de sentido causal-condicional do tipo “se p , então q ”, apresentadora de “uma premissa que implica uma consequência mais ou menos certa ou que visa a um objetivo”, Charaudeau (2005, p. 101-2) intitulou de *raciocínio pragmático*. Esse tipo de raciocínio pretende convencer o receptor de que não há outra consequência possível além da enunciada. Opera-se, portanto,

um deslize lógico de uma causalidade possível para uma causalidade fatal. O discurso político de raciocínio ético visa a colocar o indivíduo diante de uma escolha moral (em nome do que é preciso agir), enquanto o raciocínio pragmático visa a colocá-lo diante de uma responsabilidade (“quais meios utilizar para chegar a seus fins”) (CHARAUDEAU, 2005, p. 102).

3.7.3.3 Triângulos da dramaturgia política

Tomadas em conjunto, esses quatro operadores discursivos (singularização, essencialização, raciocínio lógico-causal-ético e lógico-causal-pragmático) precisariam de um esquema narrativo para potencializarem seus efeitos de sentido por meio de uma autoapresentação positiva e uma outroapresentação negativa, constituindo o quadrado ideológico da polarização de grupos discursivos. Charaudeau (2005) perceberia um esquema narrativo clássico na encenação do discurso político que chamou de *triângulo da dramaturgia política*. Consiste no modo de encenação, em três atos, realizado pelo discurso político – mas não só por ele –, que segue “o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura”:

Ato I – “Uma situação inicial que descreve o mal” – o tempo presente e o passado;

Ato II – “A determinação de sua causa”;

Ato III – “A reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural” (CHARAUDEAU, 2005, p. 91, grifo nosso).

Nas falas analisadas, o ato I, correspondente à descrição do mal, foi representado pelas motivações qualificativas que remetiam e, portanto, se associavam à representação do tempo

presente e do passado. A determinação dos causadores do mal a que está submetida a população em seu cotidiano (ato II) se expressou ora por acusações ao próprio Partido dos Trabalhadores ora aos seus representantes e/ou partidos políticos que o compõem ou o apoiam. O ato III, ou seja, a reparação do mal foi representada pelo voto “sim”, isto é, a extirpação dos causadores do mal pelo heroísmo abnegado (*pelo povo, pela família*) dos enunciadores pró-impeachment. Analisemos, por exemplo, a manifestação do deputado Jair Bolsonaro (Bloco/PSC-RJ.):

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! (Manifestação no plenário.) Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (Apupos no plenário.) Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Manifestação no plenário.) (BRASIL, 2016, p. 232-3)

O deputado inicia o ato I, qualificando positivamente o futuro a ser iniciado a partir deste “dia de glória para o povo brasileiro”. A descrição do mal inicia sua concretização, de forma inferenciada, pelo fenecimento da pressuposta realidade presente desfavorável causada pelo irrompimento da nova realidade (“dia de glória”). Em seguida, o enunciador passa ao ato II no qual deve determinar as causas do mal. Assim prenuncia e indetermina os causadores do mal na forma do grupo político que perdera a disputa governamental por meio do ato político que institui os anos de ditadura militar no Brasil e que representariam as mesmas forças políticas do grupo político prestes a ser destituído do comando do poder executivo do País. Para maior especificação do grupo promotor do mal que assolaria a população e que, por hora, ameaçaria a “família” e “a inocência das crianças em sala de aula”, o deputado intitula os responsáveis: “o PT”. Ainda no ato II, o enunciador opõe as categorias “comunismo” versus “liberdade”, acrescenta mais três supostos responsáveis pela situação desfavorável da população que o tempo presente representa: o “comunismo” que se opõe à “liberdade”, o Jornal, Folha de São Paulo e a presidenta Dilma Rousseff, apresentada por meio da saudação a um dos supostos heróis capazes de enfrentar os causadores do mal: o responsável pela tortura imposta a então presidenta nos anos de ditadura militar no Brasil. Finaliza com o ato III e a resposta última e fundamental ao fim dos males e início das virtudes: o voto “sim”.

Em síntese, a pesquisa identificou uma estrutura linguístico-discursiva que reúne quatro processos de formação – e de limitação –, de sentido (*singularização, essencialização, raciocínio lógico-causal principista e lógico-causal pragmático*), operando simultaneamente

nesta mesma estrutura, e que esteve presente em 321 dentre todos os 360 votos favoráveis ao impedimento que optaram por referenciar alguma motivação para sua tomada de posição (87,3%), não sendo, pois, utilizada em 46 pronunciamentos (12,7%). conforme podemos verificar nos dados abaixo:

Tabela 6

UTILIZAÇÃO DO SLOGAN POLÍTICO “É PORQUE P QUE Q”	
Votos que utilizaram o slogan “é porque <i>p</i> que <i>q</i> ”	321
Votos que não utilizaram o slogan “é porque <i>p</i> que <i>q</i> ”	46
Não citaram nenhum motivo	7
TOTAL	367

Fonte: Autoria própria.

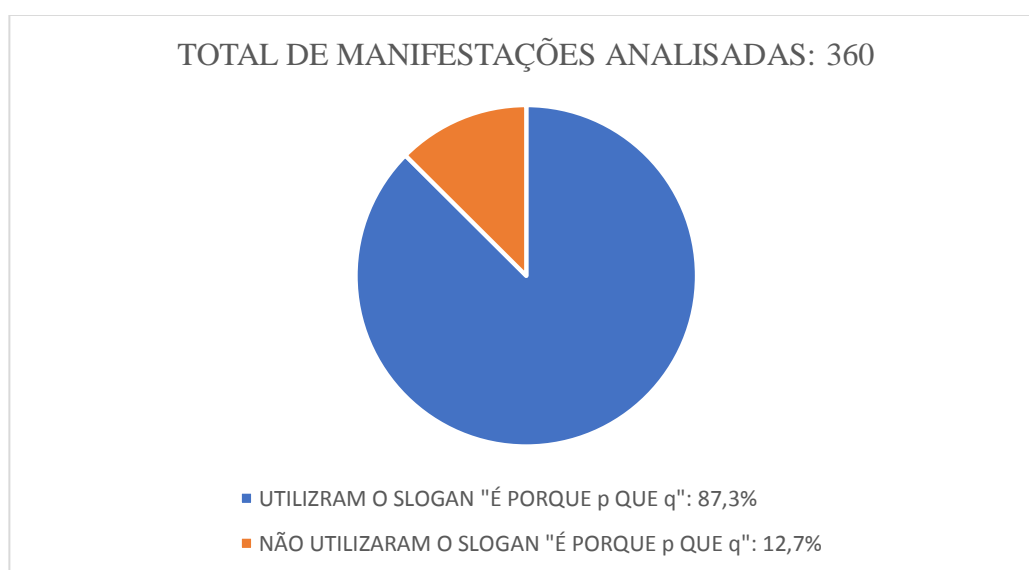


Gráfico 5. Fonte: Autoria própria.

Há ainda um destaque relevante acerca desta estrutura devido a ela se fazer presente nas falas de representantes de todos os Estados da federação e de todas as legendas partidárias. Tem-se, então:

AXIOMA 06 – Os parlamentares empregaram uma estrutura linguístico-discursiva do tipo “é porque *p* que *q*”, potencializadora do processo de polarização ideológico-afetiva, com funcionamento de um *slogan* político, que se fez presente em 87,3% das suas manifestações pró-impeachment além de figurarem nas justificativas de votos dos representantes de todos os partidos políticos e de todos os Estados da federação brasileira.

De modo a visualizarmos as regularidades afirmadas acima, montamos a matriz n.º III, constituída por ao menos um voto de representantes de cada legenda partidária distribuído de modo a contemplarem a representação de cada Estado da federação.

MATRIZ IV – REFERENTE AOS AXIOMAS 05 E 06 DEMONSTRA A POLARIZAÇÃO IDEOLOGICO-AFETIVA ENTRE PERMANÊNCIA/DESESPERO/PRESENTE <i>VERSUS</i> MUDANÇA/ESPERANÇA/FUTURO DEMONSTRA TAMBÉM A AMPLITUDE ESPECTRAL E ESPACIAL DA IED DO TIPO É PORQUE P QUE Q,	
NOME DO DEPUTADO	DISCURSO DE VOTAÇÃO
Abel Mesquita Jr. (DEM-RR.)	Roraima, verás que o filho teu não foge à luta! O povo brasileiro merece respeito! Por um Brasil com justiça, igualdade social e sem corrupção, por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses, eu voto “sim”, Sr. Presidente. (Manifestação no plenário. Palmas.)
João Derly (Rede-RS.)	Com a minha consciência tranquila, pelo Rio Grande, pelo meu Brasil, eu voto “sim”. (Manifestação no plenário.)
Jorge Boeira (Bloco/PP-SC.)	Pelos princípios que ensinei às minhas filhas da ética, da honestidade, da moral, os quais eu quero elas ensinem aos meus netos; pelo povo de Santa Catarina, que vai às ruas protestar contra a corrupção, eu voto “sim”. (Palmas.)
Cabuçu Borges (Bloco/PMDB-AP.)	Sr. Presidente, pelo Brasil e pelo meu querido Estado do Amapá, pela minha família, pelos meus amigos, pelos meus eleitores que votaram em mim de forma espontânea, por esse povo maravilhoso do Estado do Amapá, pela paz, pela harmonia e pela concórdia, eu voto “sim”. (Palmas.)
Delegado Éder Mauro (Bloco/PSD-PA.)	Sr. Presidente, em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto “sim”. (Palmas.)
Alfredo Kaefer (Bloco/PSL-PR.)	Pela liberdade, pela democracia, por um futuro melhor, em honra do povo do Paraná e das pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder, eu voto “sim” pelo impeachment. (Palmas.)
Carlos Marun (Bloco/PMDB-MS.)	Sr. Presidente, porque é constitucional, porque é necessário — meu País precisa de um novo rumo —, pela minha família, pelo meu Mato Grosso do Sul, eu voto “sim”. Impeachment já! Viva o Brasil! (Palmas.)
Marcos Rotta (Bloco/PMDB-AM.)	Sr. Presidente, para que Manaus, o Amazonas e o Brasil voltem a acreditar em um País justo, decente, ordeiro, honesto e, acima de tudo, democrático, voto, com muita satisfação e orgulho, “sim”.
Mariana Carvalho (PSDB-RO.)	Pelo resgate da dignidade, pelos sonhos, pelo resgate da autoestima do povo brasileiro, pela juventude, pelo futuro das novas gerações, pelo povo de Rondônia, pelo Brasil, por Porto Velho, eu digo “sim” ao impeachment. (Palmas.)
João Campos (Bloco/PRB-GO.)	Presidente, que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação! Na defesa do Estado Democrático de Direito, contra a corrupção e a impunidade, contra a violência e a insegurança, na defesa da vida e da família, por Goiás, pelo Brasil, por minha família, pela dignidade do povo brasileiro, por esperança, por dias melhores, o meu voto é “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)
Marcos Abrão (PPS-GO.)	Por todos aqueles que não têm onde morar, por todos os brasileiros que tiveram os seus sonhos frustrados e por todas as famílias do meu Estado de Goiás — minha filha, você vai crescer num País melhor do aquele onde o seu pai cresceu —, o meu voto é “sim”. (Palmas.)
Ronaldo Fonseca (Bloco/PROS-DF.)	Sr. Presidente, sem medo de ter esperança e com a convicção de que a Constituição Federal ampara esta sessão; pelo povo brasileiro; pelo Distrito Federal; pela nação evangélica e cristã e pela paz de Jerusalém, eu voto “sim”.

	(Palmas.)
Rocha (PSDB-AC.)	Sr. Presidente, ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil. Por um País melhor; por mais esperança para a nossa população; por um novo futuro para as novas gerações, eu voto em favor da minha família, do meu Estado, o Acre, e do Brasil. É “sim”, pelo impeachment! Fora, PT! Fora, roubalheira!.
César Halum (Bloco/PRB-TO.)	Para devolver a esperança ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado de Tocantins; especialmente pela minha cidade de Araguaína; em memória do meu irmão João Halum, que me ensinou a combater a corrupção, eu voto "sim". (Palmas.)
Nilson Leitão (PSDB-MT.)	Meus colegas Deputados e Deputadas de todos os partidos, o Brasil chegou hoje ao juízo final de uma luta de quase 1 ano dizendo que o impeachment tinha que ocorrer. Que Deus ilumine este País! Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só — ninguém vai nos dividir —, em nome da minha família, do meu Mato Grosso, da minha cidade de Sinop, da nossa Pátria, eu voto “sim”, pelo Brasil.
Arnaldo Faria De Sá (Bloco/PTB-SP.)	Pela segunda vez, eu vou votar pelo impeachment e, sem dúvida nenhuma, acompanhando aqueles aposentados, pensionistas e idosos que querem que eu vote dessa maneira. Pela recuperação da economia brasileira, pelo combate à recessão e pela garantia de emprego para 10 milhões de trabalhadores desempregados, meu voto é “sim”.
Sinval Malheiros (Bloco/PTN-SP.)	Meu querido Presidente, colegas Deputados, eu sou um dos representantes do Estado de São Paulo. Estou solidário à nossa população brasileira e paulista, pelas suas grandes dificuldades. Na saúde, as Santas Casas estão fechando, endividadas, com médicos e enfermeiros passando por dificuldades. Em relação aos estudantes, o FIES está muito comprometido, e muitos bons estudantes não conseguem estudar. Quanto ao desemprego, o setor sucroalcooleiro da nossa região, que é um setor que sempre gerou emprego, hoje está em grande dificuldade. Em decorrência de todos esses fatores, eu acho que temos que dar ânimo e uma nova esperança para o povo brasileiro. Votamos “sim”.
Keiko Ota (PSB-SP.)	Sr. Presidente, em nome do meu querido filho, Ives Ota; em nome de todas as mulheres brasileiras; em nome de milhares de mães que perderam os seus filhos em virtude da violência, que clamam por paz, justiça e direitos humanos para todos, declaro o meu voto “sim”. (Palmas.)
Miguel Lombardi (Bloco/PR-SP.)	Sr. Presidente, eu vou votar pelas famílias que estão desesperadas, sem emprego, sem seu sustento, pelas famílias que estão com medo de perder o seu emprego, pelo desenvolvimento, pela geração de emprego, pela Nação brasileira, pelo Estado de São Paulo, pela minha consciência, pela minha mãe, pela memória do meu pai, pela minha cidade de Limeira, por ter acreditado em mim, eu voto "sim", Sr. Presidente! (Palmas.)
Paulo Pereira da Silva (SD-SP.)	Pelos trabalhadores do Brasil, pelos aposentados, contra os 10 milhões de pessoas que perderam emprego no Governo Dilma, do PT, pelo crescimento do Brasil, por mais emprego e contra a boquinha do PT, pelo fim da boquinha do PT e do PCdoB, eu voto “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)
Vanderlei Macris (PSDB-SP.)	Presidente, meus caros colegas, meu voto é contra o Governo, que institucionalizou a corrupção neste País. Quero fazer homenagem aqui aos brasileiros de bem, àqueles milhões que foram às ruas para reivindicar mudanças, e mudança é o impeachment. Pela Constituição, pelo Brasil, pelo meu Estado de São Paulo, voto “sim”, Sr. Presidente.
Alberto Filho (Bloco/PMDB-MA.)	Sr. Presidente, pela moralidade, pela democracia do nosso País, em nome do povo do meu Estado do Maranhão, em especial da minha cidade de Bacabal, que hoje completa 96 anos, eu voto “sim” ao prosseguimento do impeachment. (Manifestação no plenário.)
Vitor Valim (Bloco/PMDB-CE.)	Para que a esperança possa vencer o medo, em nome de mais de 10 milhões de brasileiros desempregados, em nome do meu Estado do Ceará e dos

	verdadeiros golpistas que não cumpriram a promessa da refinaria nem do metrô, em nome do meu povo de Fortaleza — um abraço a todos vocês que estão na Praça Portugal —, meu voto é “sim”. Fora, PT!
Cabo Daciolo (Bloco/PTdoB-RJ.)	Glória a Deus! Sr. Presidente, todos aqui ouviram eu falar “Fora, Dilma!”, “Fora, Michel Temer!”, “Fora, Eduardo Cunha!”, “Fora, Rede Globo”, mentirosa, que fica difamando pessoas. (Palmas.) Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequenininhos. Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje. E venho dizer aqui, pelos militares das Forças Armadas que estão sendo sucateados há anos, pelos militares da segurança pública que estão morrendo todos os dias, pelos militares que estão agora, inativos e pensionistas, sem salário, “Fora, Pezão!”, “Fora, Dornelles!”. Chega de corrupção! O meu voto é “sim”. Glória a Deus! “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor.”
Jair Bolsonaro (Bloco/PSC-RJ.)	Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! (Manifestação no plenário.) Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (Apupos no plenário.) Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Manifestação no plenário.)
Evair De Melo (PV-ES.)	Sras. e Srs. Deputados, os capixabas nunca legitimaram este Governo. Este Governo, para aumentar a maldade, abandonou os capixabas, nossas rodovias, portos e aeroportos. Então, por tudo isso, Srs. Deputados, e pela minha família, em especial, pelo meu filho Arthur e pela minha filha Sarah, pela agricultura e pelos agricultores do meu Espírito Santo, pelo cooperativismo, pela indústria abandonada por este Governo, pela ciência e pela tecnologia, pela maioria esmagadora dos capixabas, Espírito Santo, o meu voto é “sim”!
Júlio Cesar (Bloco/PSD-PI.)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contra o desajuste das contas públicas, contra o aumento da inflação, contra o desemprego e a favor dos 10 milhões de desempregados do nosso País, em defesa dos 5.570 Municípios e para restabelecer a esperança do povo do Piauí e do povo brasileiro, eu voto “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)
Rogério Marinho (PSDB-RN.)	Pela coerência com os meus eleitores e respeito à minha família, aos meus pais, que me deixaram um legado, e aos meus filhos, a quem eu quero transmitir o legado de respeito ao meu País, contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio, com todo o coração voto “sim”. Fora, Dilma! (Manifestação no plenário. Palmas.)
Mário Heringer (PDT-MG.)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho mais idade para ser rebelde, mas ainda tenho idade para ter esperança. E, neste momento, nós precisamos disso, precisamos de mudança. Por isso, eu vou votar “sim”, Sr. Presidente. (Palmas.)
Saraiva Felipe (Bloco/PMDB-MG.)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão unânime do PMDB de Minas Gerais levou em conta, primeiro, o relatório do Deputado Jovair Arantes. Em segundo lugar, pesou muito o descalabro econômico que nós estamos vivendo. Nós temos o recuo das políticas sociais, nós temos a saúde que está em frangalhos, temos uma educação que está cada vez mais com dificuldades, os recursos do FIES estão sendo reduzidos. Então, a pergunta que perpassou a nossa decisão unânime foi: o Brasil dá conta de esperar até 2018? Portanto, o meu voto, que é o voto unânime do PMDB de Minas Gerais, é “sim”.

Weliton Prado (PMB-MG)	Repudio e sou contra a negociação de cargos feita à vista pelo Governo, repudio e sou contra a negociação de cargos feita a prazo pelo Temer. Se há crime de responsabilidade para a Dilma, há crime, sim, de responsabilidade para o Temer. Cartão vermelho para Dilma! Cartão vermelho para Temer! Cartão vermelho para Cunha! Para pacificar o País, Constituinte exclusiva! Para pacificar o País, novas eleições e uma reforma política já! Meu voto é “sim”.
Elmar Nascimento (DEM-BA.)	Para extirpar da vida nacional essa organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil, pelo Brasil e pelos brasileiros, pela Bahia e pelos baianos, pelo futuro das minhas Mariana e Juliana, encho o peito de orgulho, e este campo-formosense vota “sim”. Viva o Brasil!
Erivelton Santana (Bloco/PEN-BA.)	Presidente, pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé, voto “sim”.
Manoel Junior (Bloco/PMDB-PB.)	Sr. Presidente, ecoa nesta Casa o clamor das ruas. A Nação exige mudança. A Nação terá mudança. Contra a corrupção, por mais qualidade na saúde, na educação, na segurança do nosso País; pela honra dos meus eleitores da Paraíba, pelos meus companheiros médicos e da área da Saúde, pelos meus conterrâneos de Pedras de Fogo, pela minha querida João Pessoa, pela Paraíba e pelo Brasil, “sim” ao impeachment. (Palmas.) (Manifestação no plenário. Muito bem! Nove! Nove! Nove!)
Pastor Eurico (PHS-PE.)	Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim”.
Adelson Barreto (Bloco/PR-SE.)	Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, em sintonia e harmonia com o povo de Aracaju, com o povo de Sergipe, meu estimado e amado Estado, em sintonia com a maioria do povo brasileiro, na esperança do extirpar da estagnação a que fora submetido este País, na esperança de que o País possa progredir, nós votamos “sim”. (Palmas.)
Marx Beltrão (Bloco/PMDB-AL.)	Diante da impossibilidade de novas eleições, em favor dos 10 milhões de desempregados no nosso País; em favor de melhorar a economia do nosso País; em favor da minha querida cidade de Coruripe; em homenagem aos jovens do nosso País, à minha geração, à geração dos meus filhos, à geração que clama por esperança e por dias melhores; pelo bem da Nação e, acima de tudo, pelo bem do meu Estado de Alagoas, eu voto “sim” pelo impeachment da Presidente.

Fonte: Autoria própria

Assim os discursos ideologicamente polarizados buscam, por meios de estratégias diversas, fabricar crenças acerca do futuro. Caso o discurso fabrique a imagem de um futuro favorável, benéfico, destituído de males, instabilidades e distúrbios que ameacem a segurança da vida e dos valores que legitimamos como bons, essa imagem pode mobilizar nossos afetos de esperança. Contrariamente, crenças em imagens futuras ameaçadoras do afeto de segurança (da nossa vida e das pessoas que amamos, dos valores que legitimamos como bons para nós) podem mobilizar o afeto do medo. Por exemplo, analisemos a fala do deputado Abel Mesquita Jr (DEM-RR.):

(T1) (p.a) Roraima, verás que o filho teu não foge à luta! (b) O povo brasileiro merece respeito! (c) Por um Brasil com justiça, igualdade social e sem corrupção, (d) por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e (e) por todas as famílias roraimenses, (f) eu voto “sim”, Sr. Presidente. (BRASIL, 2016, p. 121).

Note-se que o parlamentar inicia seu pronunciamento por uma combinação entre frases *definicionais* (a e b) considerada por Charaudeau (2005, p.99) como uma fórmula que combina, entre outras estratégias, essencialmente as *condições de simplicidade da singularização e essencialização*. Essa fórmula é produzida com vistas a atrair o público à causa defendida pelo parlamentar (impeachment) por meio de sua concisão e carga semântica contidas em poucas ideias essencializadas, tornando-as fluidas e produzindo um efeito de evidência, de verdade geral tal como veredictos. A *singularização* já nos é indiciada pela própria extensão curta das duas frases. Os indícios de que comportam poucas ideias se confirmam quando percebemos que, em “a”, se reduz semanticamente a ideia inferenciada de que o parlamentar é dotado da qualidade da coragem.

No entanto, é importante percebermos que o processo de *singularização*, apesar de trazer poucas ideias para manter o foco do receptor – que, em se tratando da maior parte da população brasileira, pode não dispor de recursos intelectuais suficientes para a adequada compreensão de períodos compostos mais complexos, o que poderia comprometer a eficácia da adesão popular –, elas remetem a outras ideias simples com as quais se relacionam por inferência. Por exemplo, a expressão “não foge à luta” não só constrói o sentido de que o parlamentar é corajoso, mas, também, considerando o evento em si, isto é, o seu posicionamento frente ao grupo opositor que ameaça o futuro benfazejo construído em “c”, “d” e “e”, constrói o sentido de que o parlamentar não retrocederá da *missão* de lutar pela expulsão do grupo que ameaça aquele futuro auspicioso.

Do mesmo modo, a proposição “b” explicita o respeito merecido pela população, entretanto acrescenta a inferência de que ele, diferentemente dos opositores, consegue perceber esse merecimento e que munido de sua coragem (“a”), lutará contra todas e quaisquer ameaças ao futuro prenunciado nas demais proposições.

O processo de essencialização operado em “a” é favorecido *a priori* pela imagem de veracidade incontestável já construída e espalhada fortemente no imaginário social porque a proposição compõe o próprio hino nacional. Este, por sua vez, ativa um campo semântico permeado por outras representações mentais associadas a ideologia nacionalista (ritmo).

Nesta construção, o voto “sim” representa a saída de um grupo político do poder. Já a gradação de valores tem representação semântica condicional de modo que, para que estes valores continuem existindo, aquele grupo (empecilho) deve sair. Por exemplo, na

justificativa do voto do deputado Marcos Rota do PMDB-AM ele anuncia: “Sr. Presidente, para que Manaus, o Amazonas e o Brasil voltem a acreditar em um País justo, decente, ordeiro, honesto e, acima de tudo, democrático, voto, com muita satisfação e orgulho, sim.” O deputado demonstra explicitamente essa oposição condicional na medida em que a saída do grupo do poder condiciona a possibilidade de manutenção dos valores positivos enunciados por aqueles que ainda os preservariam, mas que temem a ameaça promovida pelos valores negativos opostos proclamados e já espalhados pelo tempo do presente (“voltem a acreditar”).

Se a relação de oposição condicional, neste caso, é explícita, há uma inferência e, portanto, implícita na mesma relação: se a manutenção dos valores está condicionada a saída do grupo, então ou este grupo não preza pelos mesmos valores ou, ainda pior, trabalha para extingui-los. De fato, alguns pronunciamentos explicitariam esse significado textual para, com isso, criar uma representação mental acerca do grupo governista enquanto destruidor dos valores da família tradicional brasileira, tal como a justificativa de voto do Deputado Federal pelo partido Democratas do Rio de Janeiro, Marcos Soares: que o PT “Sr. Presidente, pelo Rio de Janeiro, contra este Governo, que sempre tentou destruir a família. Agora, temos a oportunidade de votar pelo ‘sim.’ do Brasil. ‘Sim.’ pelo impeachment.” (BRASIL, 2016, 237).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tamanha naturalização de um ódio tão mesquinho foi possível entre nós? Essa é a grande questão brasileira do momento. Nenhuma outra se compara a ela em magnitude e urgência. Como se construiu esse câncer do Brasil moderno? Como foi e é possível tamanho ódio em circunstâncias modernas, circunstâncias essas que o nobre Florestan Fernandes imaginava que poderia, por si só, redimir a classe dos abandonados? Como foi tramada e projetada a continuidade de uma sociedade sem aprendizado moral e sem culpa?

(Jessé Souza, 2017)

Pelo que foi analisado, a pesquisa confirmou a hipótese inicial, qual seja, por meio da realização de uma análise crítica e sociocognitivamente orientada das manifestações favoráveis à aceitação da denúncia de crime de responsabilidade supostamente cometido pela primeira mulher eleita Presidenta do Brasil na Sessão plenária do dia 17 de abril de 2016, identificar eventuais relações existentes entre a disputa pelo controle da agenda econômica do País e a manipulação ideológico-cognitiva de afetos sociais.

Essa relação de dominação e controle que submete os interesses da população contidos nas diferentes agendas dos Estados nacionais aos interesses econômicos de acumulação, típicos da sociabilidade capitalista, por redes de corporações internacionais (MASCARO, 2018; SOUZA, 2016, 2017; BELLUZZO, 2018, DOWBOR, 2017, RIBEIRO, 2006) é normalmente implícita e encoberta por manipulações ideológico-afetivas baseadas nos sistemas de crença que o discurso político presume corresponder à cognição social (VAN DIJK, 2008, 2015; CHARAUDEAU, 2005, 2007, 2016).

Por essa razão, de modo mais específico, a pesquisa se propôs a compreender, naquelas motivações, quais mecanismos e processos de formação, esvaziamento e mistificação sentidural, temáticos e formais, operam sobre conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, normas e valores, produzindo, fomentando e potencializando estados patêmicos dos receptores.

Para satisfazermos esse objetivo, foi preciso, antes de partir para a análise propriamente dita do discurso político, percorrermos a orientação de van Dijk (2008) que propunha ao pesquisador assumir, como base teórico-metodológica a concepção de

triangulação na qual as pesquisas em Estudos Críticos do Discurso devem apontar para uma conexão explícita entre discurso, cognição e sociedade. O autor se serve dessa abordagem de orientação sociocognitiva para empreender uma compreensão mais ampla acerca da relação entre estruturas linguísticas e propriedades e processos de estruturas políticas, aplicando concretamente essa abordagem justamente ao seu estudo das relações entre discurso e manipulação.

Essa abordagem se justifica porque uma análise linguístico-discursiva é tanto necessária quanto insuficiente. Para o autor, ela deve acompanhar uma abordagem cognitiva porque a manipulação opera nas mentes dos manipulados, especialmente em seus conhecimentos e crenças sócio-historicamente compartilhados. Ademais, uma abordagem social também pode esclarecer alguns aspectos, disposições e efeitos dessa manipulação: tendo em conta que ela se exerce através de relações de interação discursiva as quais, de sólito, implicam em abuso de poder e em dominação entre indivíduos, grupos e instituições sociais.

Desse modo, os três primeiros domínios de análise de natureza teórico-conceitual, que se iniciou por uma perscrutação da esfera social, revelou substância factual significativa no que concerne especialmente a relações de poder e dominação nas interações entre os diferentes atores e grupos políticos atuando em um cenário mais amplo de determinações externas, tais como a crise financeira de 2008 e o papel do Brasil no bloco político e econômico dos BRICS.

Em um segundo âmbito de análise, revelou-se também a eficácia da disposição de uma perspectiva de natureza cognitiva para compreensão de relações existentes entre o fenômeno da manipulação ideológica da cognição social e fabricação de subjetividades sociais, sobretudo aquelas de natureza afetivas. Quanto ao enfoque discursivo, analisamos algumas relações estabelecidas entre discurso, poder e ideologia na sociedade, o que teoricamente evidenciou os muitos e distintos modos que podem assumir a seleção de conteúdos e estruturas e esquemas de exposição desses conteúdos de modo a possibilitar a polarização de afetos de Medo, Esperança e Ódio da própria população, manipulando-a a agir contrariamente a seus próprios interesses e a favor dos interesses do manipulador.

Para o tratamento do *corpus*, adotamos um método de tratamento e exposição dos dados de pesquisas em análise do discurso, com fundamentação em Santos (2004) e França

(2009), que consiste em identificar *regularidades significativas* no *corpus* de pesquisa e, a partir delas, proceder às análises que resultam na construção de axiomas discursivos, sintetizadores da análise de cada regularidade identificada e, por fim, expô-las por meio de matrizes que compilam exemplificações discursivas utilizadas para a construção da síntese axiomática.

Desse modo, a pesquisa identificou uma primeira regularidade que consiste na presença de razões, ora explícitas ora implícitas, representativas de intencionalidade na deposição imediata da Presidenta eleita, Dilma Rousseff. Isso implica uma expressa inadequação temática dos pronunciamentos em relação ao mérito julgado na ocasião, a saber, a abertura de libelo acusatório contra ela.

Demonstrou-se pelo segundo axioma o baixíssimo percentual de pronunciamentos que mencionaram o mérito técnico-jurídico imprescindível para abertura do processo que motivara a própria existência da Sessão plenária em destaque. Dentre todas as 367 manifestações, apenas dezoito fizeram referência ao mérito único da Sessão plenária, totalizando um percentual de apenas 4,9% do *corpus* a fazê-lo. Consequentemente, 95,1% dos deputados e deputadas sequer o mencionaram de qualquer maneira.

Uma outra recorrência idiossincrática exposta pelo terceiro axioma da pesquisa identificou que apenas uma manifestação referenciou apenas o crime de responsabilidade dentre as 18 que a citaram. Se considerarmos que 7 votantes não alegaram nenhuma justificativa como motivadora de sua tomada de posição a favor do impedimento, chegaremos ao dado de que 99,7% de todas as 367 manifestações anunciaram ao menos uma motivação alheia ao próprio crime de responsabilidade.

Os resultados obtidos pelo quarto axioma, partiram de análises categoriais de alguns autores e autoras que se propuseram a identificar as categorias mais recorrentes nos pronunciamentos. Ao examiná-las, esta pesquisa se propôs a identificar a natureza dessas categorias, considerando a abordagem sociocognitiva vandijkiana (2008), enquanto suas plataformas de processamento da informação. Desse modo, verificou-se que as principais categorias temáticas evocadas pelos votos “sim” correspondiam àquele “conjunto de crenças na memória social que não são tratados em termos de critérios de verdade, mas são compartilhados na base de critérios avaliativos (bom vs. ruim etc.), a saber, as opiniões.” (VAN DIJK, 2008, p. 217).

Assim, categorias como “Brasil”, “povo”, “Estado” assim como as variações dessas categorias que orbitam os seus universos semânticos e também suas combinações (“povo do meu Estado”, “povo de meu Brasil”, “povo brasileiro” etc), o mesmo se aplicando para “família”, “esperança”, “Deus” entre diversas outras, operaram associações explícitas e/ou inferenciadas à Macrocategoria “futuro”. Logo, devido a sua natureza avaliativa, essas categorias que angariam geralmente valores positivos nos sistemas de crenças sociais, uma vez associadas à categoria “futuro” atribuem a esta suas valorações.

O seu contraponto, também foi examinado e demonstrado pela pesquisa de modo que categorias de avaliação geral negativa para os mais diversos grupos sociais brasileiros como “corrupção” e “desespero” (ausência de “esperança”), assim como a ausência de “respeito”, “moralidade”, produtoras de uma representação mental que ameaça a realização de um “futuro” “melhor”, foram associados ao tempo do presente.

Uma vez identificada a natureza avaliativa (bom vs. ruim etc.) das categorias temáticas que dominaram as manifestações pró-impeachment, os axiomas V e VI partiram do exame das manifestações fundamentado pela noção de “quadrado ideológico” da polarização de grupos discursivos apresentada por van Dijk (2008) e pela filosofia geométrica dos afetos proposta pelo filósofo Baruch de Espinoza (2015). A pesquisa, então, revelou a natureza ideológica das categorias mais recorrentes motivadoras do impedimento.

Essa natureza se evidenciou nos pronunciamentos através dos dispositivos discursivos de apresentação positiva do endogrupo caracterizado pela ideia de “mudança” para um “futuro” melhor em oposição à apresentação negativa do exogrupo caracterizado pelo estado de “permanência” de um tempo presente hostil, desesperançado e ameaçador dos valores associados ao endogrupo. Acrescente-se a isso, o modo de exposição das manifestações por meio de uma EID, constituída por uma proposição lógico-causal do tipo “é porque p que q ”, com a função de um *slogan* político, construindo o sentido lógico de condicionalidade do tipo “se p , então q ”. Agindo em conjunto, polarização e a EID instrumentalizam o triângulo da dramaturgia política, ou seja, “o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventuras” (CHARAUDEAU, 2005, p. 91), caracterizado pela descrição do mal, determinação de sua causa e reparação do mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural. Tem-se, pois, a ação simultânea de

1. uma polarização de categorias temática, opondo a esperança de um futuro melhor *versus* a manutenção de um presente desesperador;
2. uma EID cuja condicionalidade lógica (se p , então q) da permanência do governo petista, essencializado como responsável intencional pelos males que assolam o presente, ameaça o futuro e os valores da “família”, da “esperança” e de “Deus”;
3. uma sequência narrativa que identifica o mal (permanência/presente), determina sua causa (o/s governo/s petistas), e aponta a reparação do mal (mudança/futuro).

Tomados em conjunto e concomitantemente, esses processos ora explicitados ora inferenciados reúnem potencial para mobilizar uma outra polarização não explicitada e não inferenciada: a polarização afetiva. Com afeito, a permanência do governo petista passa a representar a cauda externa responsável pela ideia de ausência total do afeto positivo da Esperança da população o que caracteriza o afeto de Desespero, derivado do afeto originário da Tristeza que, por natureza, nos esforçamos por destruir (ESPINOZA, 2015). (“Pelo resgate da esperança que foi roubada do povo brasileiro[...]”) (BRASIL, 2016, p. 123). Se o afeto passional do Ódio é concebido por Espinoza (2015, p. 345) como “a tristeza conjuntamente à ideia de causa exterior”, revela-se, por conseguinte e por implicação derradeira, a fórmula da ideologia do ódio ao/s governo/s petista.

Lacunas na pesquisa e novas perspectivas de análises futuras surgiram. Por exemplo, devido à suscetibilidade de diversos e numerosos grupos sociais à ideia de ameaça ao sistema de crenças valorativas que defende, a pesquisa aponta para investigações que tenham como propósito identificar a matriz originária dos valores amplamente aceitos, legitimados e compartilhados socialmente por diversos grupos sociais brasileiros.

Essa pesquisa se justificaria pelo motivo de algumas dentre as representações mentais de base valorativa, ou seja, as opiniões e atitudes, instituírem estereótipos que, por sua vez, formam atitudes e opiniões de ideologias subjacentes e que fornecem legitimações, psicologicamente racionalizadas, violências diversas. Tomemos, por exemplo, casos nos quais o assassinato de pobres em periferias e de moradores de rua é legitimado ou tratado com indiferença pela razão de se acreditar na ideologia meritocrática de que são fracassados e que seus impostos pagam a sua sobrevivência; ou acerca da morte de negros e negras pela crença, de base cristã, na maldição que este povo teria sofrido por Deus; ou na morte, estupros e submissões de mulheres a homens pelo motivo de se acreditar que elas são inferiores e criadas para servi-los pois foram feitas de sua costela.

Uma outra sugestão surgida dos desdobramentos da nossa pesquisa seria a implementação de pesquisa sobre o possível uso do mecanismo de defesa do ego de racionalização (FREUD, 2006) como produtor de razões socialmente legitimadas para mobilização de grupos sociais dominados a defenderem interesses dos seus dominadores e contrários os seus próprios. Por exemplo, como o combate a corrupção foi instrumentalizado para promover mais corrupção após o impeachment de 2016 no Brasil ou como o combate à violência é utilizado para promover mais violência contra aqueles que professam valores diferentes ou ainda como o combate à intolerância pode promover diversas formas de intolerância seja religiosa seja à qualquer grupo ou indivíduo que ostente valores diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Os deuses do parlamento. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.71-79, jun. 2017. *Novos Estudos - CEBRAP*. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201700040008>. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/produto/especial-dinamicas-da-crise/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

ANA LUIZA ALBUQUERQUE. **Auxílio-moradia compensa falta de reajuste, afirma Moro: O juiz recebe o benefício mesmo tendo imóvel próprio em Curitiba desde 2002**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/auxilio-moradia-compensa-falta-de-reajuste-afirma-moro-a-jornal.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BARBEIRO, Célia Lavado Mendes Jorge Pereira. **As Práticas Discursivas nas Interações Verbais em Contexto Pedagógico**. 2017. 499 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Portugueses, Universidade Aberta, Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6691/1/As%20Pra%CC%81ticas%20Discursivas%20nas%20Intera%C3%A7%C3%B5es%20Verbais%20em%20Contexto%20Pedag%C3%B3gico.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BBC, Agência de Notícias (Org.). **De campeã de popularidade a 62% de rejeição: Seis momentos-chave no governo Dilma**. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BEDINELLI, Talita. **Escudo de Cunha, bancada ‘Bala, Boi e Bíblia’ faz avançar pauta conservadora: Aprovação de mudança do Estatuto do Desarmamento em comissão é parte de estratégia Projeto que complica acesso a aborto legal também, além da PEC das terras indígenas**. 2015. *Jornal El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/27/politica/1445980653_786437.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BENITES, Afonso. **O plano da Câmara para perdoar 543 bilhões que empresários devem à União: Cifra proposta no Refis, que renegocia débitos, é duas vezes maior que orçamento de São Paulo. Medida Provisória do tema deve ser votada nesta semana na Câmara em pleno "apagão fiscal"**. 2017. *Jornal El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/politica/1502754070_555329.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BENITES, Afonso; BETIM, Felipe. **Cúpula do Exército se junta à pressão sobre o STF no dia D de Lula: General fala contra "impunidade" e "respeito à Constituição" e é apoiado por outros generais. Mensagem, tida como interferência, é duramente criticada. Governo diz que foi chamado "à serenidade"**. 2018. *Jornal El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522803698_804414.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Reclamação nº 23.457, de 13 de julho de 2016. **Decisão**. Curitiba, PARANÁ, Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4951535>>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAMPOS, Patrícia Mello. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp: Com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada**. 2018. *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CASADO, Letícia. **Procuradoria pede ao STF inquérito para investigar Sarney, Jucá e Renan.** 2017. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1856366-pgr-pede-abertura-de-inquerito-contrasarney-juca-e-renan.shtml>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Discurso político.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. O Discurso Político. in Wander Emediato, Ida Lucia Machado, William Menezes. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade.** Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006, consulté le 2 juin 2019 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/O-Discurso-Politico.html>

_____. Pathos e discurso político, in Machado I., Menzes W., Mendes E. (orgs.), **As emoções no discurso.** Rio de Janeiro, Lucerna, 2010, p.240-251, 2007, consulté le 2 juin 2019 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-e-discurso-politico,324.html>

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. A nova guerra contra o terror. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 16, n. 44, p.5-33, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142002000100002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CORRÊA, JOÃO V. C.; SANTOS, NATÁLIA P.; NUNES, V. Z. 14 de abril de 2016 – uma análise sobre os discursos na votação do impeachment de Dilma Rousseff: um jogo de máscaras e articulações políticas. **Leopoldianum**, Santos, v. 44, n. 123, p.87-108, ago. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/issue/view/89/showToc>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

COSTA, Fernando Nogueira da. Estado da arte da política econômica. **Política Social e Desenvolvimento: Políticas de austeridade econômica: o debate sobre alternativas**, São Paulo, v. 3, n. 16, p.6-15, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://revistapoliticassocialedesenvolvimento.com/2015/03/23/apresentacao-16/>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

_____. **Economicismo ou Politicismo.** 2017. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2017/09/03/economicismo-ou-politicismo/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa (Org.). **47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção.** 2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contraa-corrupcao.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa (Org.). **Primeiro ano de Dilma tem a maior aprovação desde redemocratização:** Gestão da petista é avaliada como ótima ou boa por 59%, índice superior ao de seus antecessores após. 2012. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/01/1211074-primeiro-ano-de-dilma-tem-a-maior-a>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DELGADO, Malu. Para Temer, povo pode relativizar democracia. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 ago. 2019. Política, p. 1-3. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/coluna/para-temer-povo-pode-relativizar-democracia.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p.145-166, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap08>.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

ESPINOZA, Benedictus de. **Ética**. São Paulo: Edusp, 2015. 600 p. Tradução do Grupo de Estudos Espinosanos.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 338 p.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FRANÇA, Thyago Madeira. **Sentidos do signo "dízimo" no jornal "Folha Universal"**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15356>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros "ismos" aos paradigmas científicos. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánches (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 60-83. (Questões da nossa época; v. 42).

GODOY, Luisa. **Preposições e os verbos transitivos indiretos**: interface sintaxe-semântica lexical. Revista da ABRALIN, v. 7(1), p. 49-68, 2008.

GÓIS, Fábio. **Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara**: Em entrevista à TV Bandeirantes, peemedebista diz que, se os três deputados petistas no Conselho de Ética tivessem votado para salvar Cunha da degola, “é muito provável que a senhora presidente continuasse [no mandato]”. 2017. Jornal Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

GAMBOA, Silvio Sánches. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánches (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 84-108. (Questões da nossa época; v. 42)

GOMES, Kalem Kanyk Fernandes. **Pela minha família digo sim**: uma análise crítica dos discursos favoráveis à aceitabilidade do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. 2017. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras e Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Catolé do Rocha, 2017. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16125>>. Acesso em: 22 maio 2019.

GONZÁLEZ, Miguel. **Espanha aprova nesta sexta-feira o envio de militares para o Iraque: Governo espanhol enviará instrutores para auxiliar o exército iraquiano na luta contra o EI.** 2014. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/09/internacional/1412867011_131222.html>. Acesso em: 05 out. 2019.

HAIDT, Jonathan. *The Righteous Mind: why good people are divided by politics and religion.* United States: Pantheon Books, 2012.

HOEVELER, R. C.. **Imperialismo e neoliberalismo nas Américas: o caso do Council of the Americas.** In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 ? 1917), 2017. v. 1. p. 1-17.

IRINEU, Lucineudo Machado. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no orkut.** 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8289>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

JESUS, Paula Bettani Mendes. Considerações acerca da noção de afeto em espinosa. **Cadernos Espinosanos**, [s.l.], n. 33, p.161-190, 23 dez. 2015. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2015.105572>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/105572>>. Acesso em: 05 maio 2019.

LIMA, David José Andrade. **Análise do ethos discursivo dos líderes opositoristas durante o impeachment de Dilma Rousseff.** 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1097>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LOPES, Monalisa Soares; ALBUQUERQUE, Grazielle. O Nome das Coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p.279-316, mar. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19322>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

LUZ, Cícero Krupp da; MESSIAS, Thanus Luiz Nogueira Zenun. O IMPEACHMENT FORJADO COMO VOTO DESTITUINTE: ANÁLISE DOS VOTOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO CASO DO BRASIL DE 2016. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 21, n. 21, p.4-27, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/issue/view/Revista%20Direitos%20Fundamentais%20e%20Democracia%20-%20edi%C3%A7%C3%A3o%20tem%C3%A1tica>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARCOLIN, Carla Bonato et al. ARGUMENTOS DA DECISÃO DE VOTO DE DEPUTADOS DURANTE A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT. **Revista Alcance**, Santa Catarina, v. 26, n. 1/, p.004-12, 24 maio 2019. Editora UNIVALI. [http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v26n1\(jan/abr\).p004-012](http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v26n1(jan/abr).p004-012). Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/issue/view/531/showToc>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINGONI, Gilberto. Viralatismo em marcha: golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo. In: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Org.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente/boitempo, 2018. Cap. 2. p. 27-42.

MARQUES, Camila; RIELLI, Mariana. **A violência policial de junho 2013, agora aprimorada: A repressão se manteve e novas técnicas foram desenvolvidas com o intuito de conter manifestações**. 2016. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/21/opinion/1466530548_709223.html>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MARTÍN, María. **Deus derruba a presidenta do Brasil: Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e a família: o motivo real da votação é esquecido**. 2016. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson L.. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATSUKI, Edgard. **Cerca de 60% dos deputados que votaram impeachment têm pendências na Justiça**. 2016. Portal Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/cerca-de-60-dos-deputados-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na-justica>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

MENDES, E.; MACHADO, Ida Lúcia (Org.) ; MENEZES, William Augusto (Org.) . **As emoções no discurso**. vol I. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

MIGUEL, Luís Felipe et al. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Organização Esther Solano Gallego.

MONIZ, Gustavo; BENITES, Afonso. **Áudio com diálogo de Lula e Dilma leva milhares de manifestantes às ruas: Conversa da mandatária com ex-presidente sugere manobra para livrá-lo de detenção de Moro Justiça torna públicas gravações de Lula em que reclama da “República de Curitiba”**. 2016. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458179601_208300.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

NASCIMENTO, E. P.. **A Modalização Deontica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas**. Fórum Linguístico (Online), v. 7, p. 30-45, 2010.

NOVAES, Marina. **“Constrangimento” com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe: Ricardo Galvão disse a jornalistas que sua permanência na direção do Instituto tornou-se "insustentável" diante do desgaste com o presidente, que chamou de falsos os dados sobre a destruição da Amazônia**. 2019. Jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html>. Acesso em: 07 nov. 2019.

OLIVEIRA, Silaine Bohry de. **A democracia e a mulher: Uma análise da abordagem da questão de gênero durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

O MÉTODO em Marx. Realização de Departamento de Pós-graduação em Serviço Social. Intérpretes: José Paulo Netto. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. 10 DVDs, VHS, P&B. O

Professor José Paulo Netto ministrou, em 2002, o Curso **O Método em Marx na pós-graduação em Serviço Social da UFPE**. O Curso foi gravado originalmente em Fitas VHS. A versão para DVD, dos 5 dias de aula (manhã e tarde), resultou em 2 DVDs por aula, num total de 10 DVDs.. Disponível em: <[http://www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9_p_netto - curso o m%C3%A9todo em marx ->](http://www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9_p_netto_-_curso_o_m%C3%A9todo_em_marx_->)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 33, n. 96, p.1-22, 5 fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.17666/339603/2018>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092018000100501&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff. **Contemporânea - Revista de Sociologia da Ufscar**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.275-299, jul. 2019. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.091>.

PÚBLICA AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO / OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país**: Levantamento inédito contabilizou relatos de agressões e ameaças contra pessoas em 18 estados e no DF nos últimos dez dias; 6 apoiadores do candidato do PSL também foram agredidos. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

RICHTER, André. **Moro pede desculpas ao STF por divulgar conversa de Lula e Dilma**. 2016. Portal Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/moro-admite-ao-stf-equivoco-ao-divulgar-conversa-de-lula-e-dilma>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. 440 p. (Companhia). 13ª reimpressão.

SANTOS, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. **Análise do discurso – unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p.109-118.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Direito e politicismo no Brasil: para uma análise da conjuntura nacional pré e pós golpe. **Revista de Ciências do Estado**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p.107-144, 31 dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/5048>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

SINGER, André [et. al]. Jinkings, Ivana; Kim, Doria; Cleto, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. As democracias passam por um momento muito difícil. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 12, n. 86, p.12-20, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3250&Itemid=8>. Acesso em: 01 jan. 2020.

RODRIGUES, Isabel Cristina de Araújo. **A narrativa espetacular na mídia televisiva: a votação do impeachment de Dilma Rousseff** (pt) na câmara dos deputados. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Departamento de Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opin. Publica**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-59, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100033&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191211133>.

SOARES, Felipe; RECUERO, Raquel. A Argumentação dos Deputados na Votação do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 27, p.69-85, 18 dez. 2018. Universidade da Beira Interior. <http://dx.doi.org/10.20287/ec.n27.v1.a05>.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. 1. Ed. São Paulo: LEYA, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHERER, M. I. Sobre a contribuição da categoria de totalidade para História Social. In: **XIII Encontro Estadual de História - ANPUH-RS**, 2016, Santa Cruz do Sul. A totalidade concreta: uma categoria para análise em história social, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 1329 p.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, John B.. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global: A Verdadeira Origem da Crise Financeira e o Futuro da Economia Global**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016. 304 p. Tradução de Marcela Werneck.

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia. Letras de Hoje**, Porto Alegre/rs, v. 50, n. 5, p.53-61, 18 fev. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139>. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139>>. Acesso em: 10 set. 2019.

VAN DIJK, Teun A.. Structures of Discourse and Structures of Power. **Annals Of The International Communication Association**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.18-59, jan. 1989. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/23808985.1989.11678711>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23808985.1989.11678711>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

VAN DIJK, Teun A.. Ideology and discourse analysis. **Journal Of Political Ideologies**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.115-140, jun. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13569310600687908>. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.652.4149>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 281 p.

_____. **Discurso e contexto: Uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Ideological discourse analysis.** 1995. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.652.4149>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.199-229, fev. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1750481317691838>. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1750481317691838>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

VIEIRA, Inácio. **Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘Ponte para o futuro’.** 2016. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. “PELA MINHA FAMÍLIA, POR DEUS E PELO FIM DA CORRUPÇÃO”: notas sobre o patrimonialismo na política brasileira contemporânea e a falência do Estado Democrático de Direito. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 1, p.46-79, 7 abr. 2017. Centro Universitario Autonomo do Brasil. <http://dx.doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i1870>.

VIEIRA, A. R. A Filosofia Marxiana: uma Análise das Teses de Marx sobre Feuerbach. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 3, n. 04, p. 27-50, 4 out. 2010.

WINK, Georg. Judicialização da política ou politização da justiça? Uma análise discursiva do Libelo Acusatório contra a presidenta Dilma Rousseff no processo de impeachment. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, [S.l.], n. 47, p. 152-173, nov. 2017. ISSN 0104-0944. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4226>>. Acesso em: 09 dez. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i47.4226>.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (dis)curso**, Santa Catarina, v. 4, n. , p.223-243, jul. 2004. Anual.

WODAK, R. (2009). ‘And where is the Lebanon?’ **A socio-psycholinguistic investigation of comprehension and intelligibility of news.** Text - Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse, 7(4), pp. 377-410. Retrieved 15 Apr. 2019, from doi:10.1515/text.1.1987.7.4.377.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (dis)curso**, Santa Catarina, v. 4, n. , p.223-243, jul. 2004. Anual.

ANEXOS

A TABELA DE AXIOMAS DEMONSTRA A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AXIOMAS E AS RESPECTIVAS MATRIZES NAS QUAIS PODEM SER EVIDENCIADOS AS REGULARIDADES ANALISADAS.

TABELA DE AXIOMAS		
	LOCALIZAÇÃO DE MATRIZ	DESCRIÇÃO
AXIOMA 01	MATRIZ I	Desejo da destituição do grupo governista
AXIOMA 02	MATRIZ II	Manifestações que citaram “crime de responsabilidade” juntamente com outras razões que motivaram as decisões
AXIOMA 03	MATRIZ II	Manifestações que citaram apenas a categoria “crime de responsabilidade” e/ou “pedaladas”
AXIOMA 04	MATRIZ III	As motivações (subcategorias) associadas semanticamente à categoria “futuro”
AXIOMA 05	MATRIZ IV	Demonstra a polarização ideológico-afetiva entre permanência/desespero/presente <i>versus</i> mudança/esperança/futuro
AXIOMA 06	MATRIZ IV	Demonstra a amplitude espectral e espacial da IED do tipo <i>é porque p que q</i> .

Tabela 7. Fonte: Autoria própria

AXIOMA 01 - Desejo da destituição do grupo governista
Total = 14 MANIFESTAÇÕES

AXIOMA 02 - Crime de responsabilidade e outras razões que motivaram as decisões
AXIOMA 03 – Apenas o crime de responsabilidade
Total = 18 MANIFESTAÇÕES

AXIOMA 04 - As motivações (subcategorias) associadas semanticamente à categoria “futuro”
Total = 40 MANIFESTAÇÕES

AXIOMA 05: Demonstra a polarização ideológico-afetiva entre permanência/desespero/presente *versus* mudança/esperança/futuro

AXIOMA 06 - Demonstra a amplitude espectral e espacial da IED do tipo *é porque p que q*,
Total = 37 MANIFESTAÇÕES

A TABELA SEGUINTE DEMONSTRA A QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES ANALISADAS E EXPOSTAS EM CADA MATRIZ.

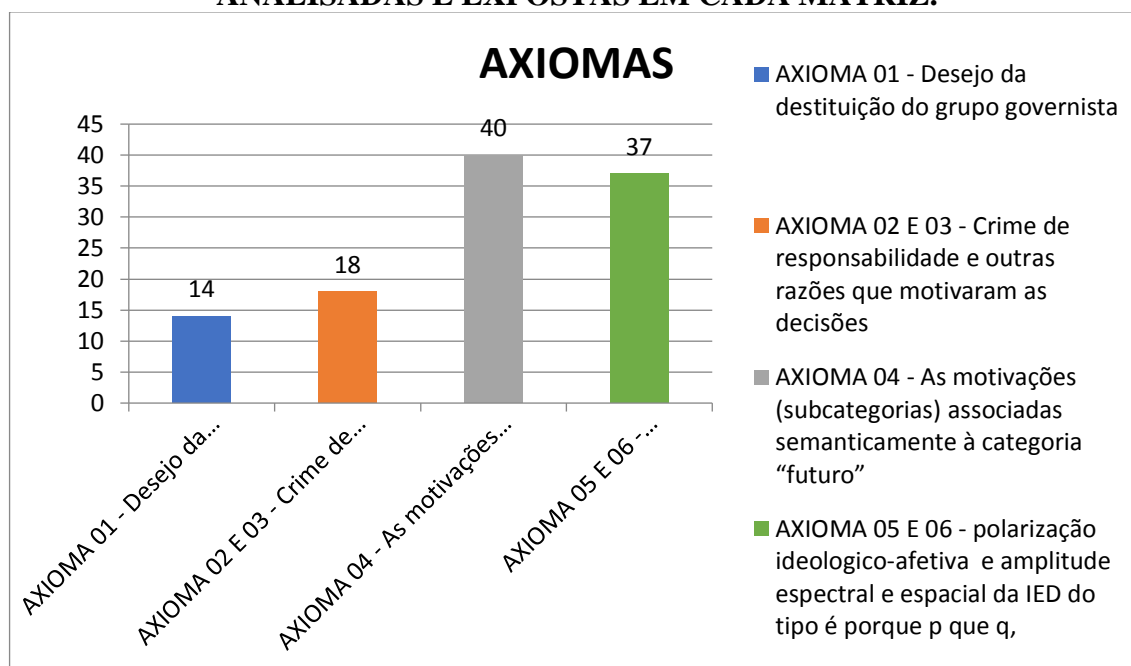


Tabela 8. Fonte: Autoria própria

DADOS GERAIS DO RESULTADO DA VOTAÇÃO

RESULTADO DA VOTAÇÃO SESSÃO NÚMERO 091.2.55.0	
SIM	367
NÃO	137
ABSTENÇÕES	7
AUSENTES	2
TOTAL	511

Tabela 9. Fonte: Autoria própria

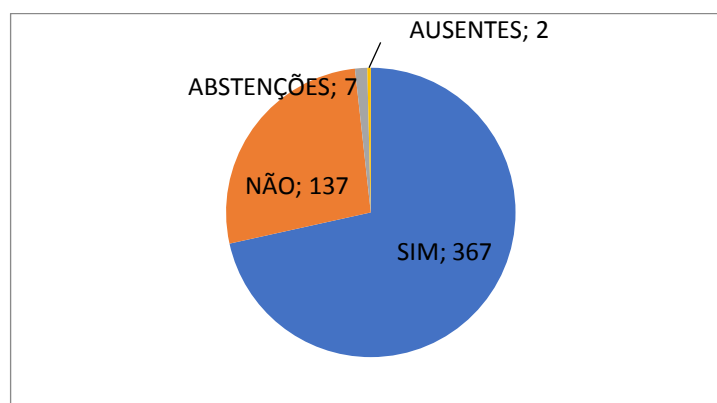


Gráfico 9. Fonte: Autoria própria

CATEGORIAS TEMÁTICAS POR DUARTE (2017)

CATEGORIA	VOTOS FAVORÁVEIS
DEUS	49
FAMÍLIA	167
RELIGIÃO	71
BRASIL	240
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	323
SUAS CIDADES	144
ESPERANÇA	53
FUTURO	33

Tabela 10. Fonte: Autoria própria

CATEGORIAS TEMÁTICAS POR MARCOLIM (2019)

CATEGORIA	VOTOS FAVORÁVEIS
FAMÍLIA	106
ESPERANÇA	51
DEUS	50
FUTURO	42

Tabela 11. Fonte: Autoria própria

ALGUMAS DENTRE AS SUBCATEGORIAS QUE, POR VEZES, REMETIAM À IDEIA DE FUTURO

SUBCATEGORIAS DE FUTURO
ESPERANÇA
BRASIL
FAMÍLIA
BRASILEIROS
DO POVO DO BRASIL
JUVENTUDE
NOVAS GERAÇÕES
CRIANÇAS
JOVENS
MELHOR
PAÍS
FILHOS
NETOS

Tabela 12. Fonte: Autoria própria

